



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

TALITA CRISTIANE MARTINS

**A DINÂMICA PRODUTIVA DOS APL'S DO “CORREDOR DA  
MODA”: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1995 A 2010**

---

LONDRINA  
2012

TALITA CRISTIANE MARTINS

**A DINÂMICA PRODUTIVA DOS APL'S DO “CORREDOR DA  
MODA”:** UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1995 A 2010

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência para sua conclusão.

Orientadora: Profa. Dra. Katy Maia

Londrina  
2012

## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M386d Martins, Cristiane Talita.

A dinâmica produtiva dos APL's do corredor da moda: uma análise do período de 1995 a 2010 / Talita Cristiane Martins. – Londrina, 2012.

143 f.

Orientadora: Katy Maia.

Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2008.

Bibliografia: f. 80-83.

1. Produtividade industrial – Paraná – Teses. 2. Vestuário – Indústria – Teses. 3. Economia regional – Paraná – Teses. 4. Desenvolvimento econômico – Teses. 5. Arranjos produtivos locais I. Maia, Katy. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional. III. Título.

CDU 338.45(816.22)

TALITA CRISTIANE MARTINS

**A DINÂMICA PRODUTIVA DOS APL'S DO “CORREDOR DA MODA”:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1995 A 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Orientadora Dra. Katy Maia  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Márcia Regina Gabardo da Camara  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Dr. Antonio Carlos de Campos  
Universidade Estadual de Maringá

Londrina, 02 de julho de 2012.

*Dedico esta dissertação à memória de Wilson Martins, meu pai. Homem que na sua simplicidade sempre me estimulou a dar este grande passo.*

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não foi uma caminhada simples, mas uma travessia que parecia sem fim, principalmente pelas intercorrências pessoais de toda ordem, que me atropelaram. O desafio era enorme, mas a generosidade, carinho e compreensão recebidas permitiram transformar a angústia e o sofrimento em esperança.

Dessa forma, quero expressar meus sinceros agradecimentos a todos que de forma direta ou indireta, contribuíram para esse trabalho.

A Deus, por me conceder paciência, sabedoria e discernimento para a realização desse trabalho.

À Minha família (Mãe, Vó e Maninho), pelo eterno orgulho de nossa caminhada, pelo apoio, compreensão e ajuda. Obrigado por vocês existirem e sempre depositarem em mim confiança.

Aos meus amigos, Lucas, Clécia, Luana, Fernando e Adriana sempre tão dedicados e preocupados comigo e com a tese.

À minha querida amiga Laira por todo amparo, compreensão e estímulo nos momentos de transpor as batalhas da vida. Pela cumplicidade do dia-a-dia, em ocasiões que aprontamos, rimos, choramos, acertamos, erramos e até mesmo naqueles dias que queríamos apenas ficar quietinhas.

À minha orientadora, Professora Dra. Katy Maia, agradeço as ricas sugestões a esse trabalho, assim como sua compreensão, que muito me ajudou a superar as situações-limite de prazo, estimulando-me a seguir em frente. No que concerne a esse último aspecto, quero agradecer também a contribuição da Coordenadora do curso Professora Dra. Márcia Regina Gabardo da Câmara, por todo seu apoio, tornando mais leve aquela fase.

Ao Professor Dr. Antonio Carlos de Campos da Universidade Estadual de Maringá por aceitar o convite de participação na banca de defesa da dissertação e por todas as contribuições dadas para melhorar esse trabalho.

À Lismaria, Oscar, Amanda, Inho e Gabriel, por serem minha segunda família.

A todos os empresários e instituições que me ajudaram, abrindo suas portas, não poderia deixar de expressar à minha imensa gratidão.

Um agradecimento especial à Fundação Araucária pelo apoio financeiro nos últimos meses da pesquisa, que possibilitaram dedicação exclusiva para a finalização deste trabalho.

MARTINS, Cristiane Talita. **A dinâmica produtiva dos APL's do "corredor da moda":** uma análise do período de 1995 a 2010. 143 f.. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação foi analisar a dinâmica produtiva dos APL's do "Corredor da Moda" e suas implicações ao crescimento econômico do setor e das regiões norte e noroeste do Paraná. A metodologia utilizada no presente estudo teve por base o levantamento de informações primárias e secundárias. A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira refere-se à caracterização do setor efetuada por meio da análise dos dados secundários obtidos a partir do Banco de Dados do Estado, disponível no *site* do IPARDES, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Sistema FIRJAN. A segunda etapa do estudo refere-se à pesquisa de campo em empresas dos principais municípios dos APL's de Confecções da região norte e noroeste do Paraná, além de entrevistas aplicadas em instituições de apoio. Os resultados mostraram que os municípios que apresentaram maiores inter-relações empresariais e institucionais também obtiveram maior crescimento do setor, o que evidencia a contribuição do setor de confecções para o crescimento econômico da região norte e noroeste do Paraná, confirmando uma característica relevante para qualquer arranjo produtivo local, que é a existência de um alto grau de cooperação e confiança entre as empresas e as instituições que o integram.

**Palavras-chave:** Arranjo produtivo local (APL). Indústria de confecções. Crescimento econômico. Paraná.

MARTINS, Cristiane Talita. **The APL's dynamic production of the "fashion's racer": an analysis of the period 1995 to 2010.** 143 f.. Dissertation (Master's Degree in Regional Economics) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

### **ABSTRACT**

The aim of this thesis was to analyze the dynamics of APL's production of "Fashion's racer" and its implications for economic growth in the sector and the regions north and northwest of Paraná. The methodology used in this study was based on a survey of primary and secondary information, carried out in two steps. The first refers to the characterization of the sector done by the analysis of secondary data obtained from the Database of State, available at the IPARDES, the Annual Relation of Social Information and System FIRJAN. The second stage the study refers to the field research companies in major cities of LPA's Clothing in northern Paraná, and interviews applied to support institutions. The results show that municipalities had greater interrelation of institutional and business, also had higher growth in the sector, which shows the contribution of garment sector for economic growth in northern Paraná, confirming an important feature for any productive arrangement local, which is the existence of a high degree of cooperation and trust between companies and institutions that comprise it.

**Keywords:** Local productive arrangement. Regional economic development. Garment industry. Economic growth. Paraná.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa de clusters LISA do setor de confecções no Estado do Paraná para os anos de 1995, 1999, 2003 e 2007.....	47
<b>Figura 2</b> – Mapa dos APL's do Corredor da Moda. ....	49
<b>Figura 3</b> – Idade das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	76
<b>Figura 4</b> – Atividades das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	77
<b>Figura 5</b> – Origem do capital das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	78
<b>Figura 6</b> – Tipo de sociedade das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	79
<b>Figura 7</b> – Escolaridade do proprietário ou sócio majoritário das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	80
<b>Figura 8</b> – Tipo de gestão das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	81
<b>Figura 9</b> – Contratação de mão de obra de outro município das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	84
<b>Figura 10</b> – Qualificação da mão de obra nas empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	86
<b>Figura 11</b> – Relações de subcontratação das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	88
<b>Figura 12</b> – Quantidade de facções do setor de confecções contratadas por empresa da amostra internamente, por município - 2010.....	89
<b>Figura 13</b> – Quantidade de facções contratadas por empresas da amostra do setor de confecções fora do município - 2010.....	90
<b>Figura 14</b> – Porte das empresas entrevistadas do setor de confecções por faixa de faturamento, por município - 2010.....	95
<b>Figura 15</b> – Cooperação das empresas entrevistadas do setor de confecções com outros fabricantes de produtos similares, por município - 2010.....	97
<b>Figura 16</b> – Troca de ideias das empresas entrevistadas do setor de confecções com outros fabricantes de produtos similares, por município - 2010.....	98

<b>Figura 17</b> –Visita a outros fabricantes de produtos similares das empresas entrevistadas do setor de confecções, por município - 2010.....	99
<b>Figura 18</b> –Abertura do local de trabalho das empresas do setor de confecções para outros fabricantes de produtos similares, por município - 2010.....	100
<b>Figura 19</b> –Interação social dos empresários entrevistados do setor de confecções com outros fabricantes de produtos similares, por município - 2010.....	101
<b>Figura 20</b> –Associação das empresas da amostra do setor de confecções a alguma entidade de classe, por município - 2010 .....	103
<b>Figura 21</b> –Participação das empresas da amostra do setor de confecções em algum programa de apoio coordenado por entidades locais ou instituições de apoio, por município - 2010 .....	105
<b>Figura 22</b> –Expansão e/ou modernização da capacidade produtiva nos últimos 5 anos das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010 .....	108

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Balança Comercial Brasileira do setor têxtil e de confecções, período de 2004 a 2009 .....	41
<b>Gráfico 2</b> – Produtividade relativa do Setor de Confecções no VTI da indústria, período de 1996 a 2005 .....	45
<b>Gráfico 3</b> – Número de estabelecimentos do setor de Confecções, por unidades da federação – 1995, 2000, 2005 e 2010.....	61
<b>Gráfico 4</b> – Número de estabelecimentos por porte do setor de Confecções no Município de Londrina – Período 1995-2010 .....	63
<b>Gráfico 5</b> – Número de estabelecimentos por porte do setor de Confecções no Município de Maringá – Período 1995-2010 .....	63
<b>Gráfico 6</b> – Número de estabelecimentos por porte do setor de Confecções no Município de Cianorte – Período 1995-2010 .....	64
<b>Gráfico 7</b> – Pessoal ocupado do setor de Confecções, nos municípios em estudo – 1995 a 2010 .....	65
<b>Gráfico 8</b> – Pessoal ocupado do setor de Confecções segmentado por gênero no município de Londrina – 1995 à 2010.....	67
<b>Gráfico 9</b> – Pessoal ocupado do setor de Confecções segmentado por gênero no município de Maringá – 1995 à 2010.....	67
<b>Gráfico 10</b> – Pessoal ocupado do setor de Confecções segmentado por gênero no município de Cianorte – 1995 à 2010.....	68
<b>Gráfico 11</b> – Absorção de mão de obra do setor de Confecções no próprio município – 1995 à 2006 .....	69
<b>Gráfico 12</b> – Produto Interno Bruto dos municípios em estudo – 1999 a 2008 .....	70
<b>Gráfico 13</b> – Rendimento médio dos municípios em estudo e do Estado do Paraná – 1999 à 2010 .....	72
<b>Gráfico 14</b> – Índice FIRJAN – Emprego e renda dos municípios em estudo – 2000, 2005 à 2009 .....	73
<b>Gráfico 15</b> – Índice FIRJAN – Consolidado dos municípios em estudo e do Estado – 2000 à 2009 .....	74
<b>Gráfico 16</b> – Número de funcionários no ano de abertura, após 5 anos e no ano atual nas empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010 .....	82

<b>Gráfico 17</b> – Percentual de funcionários do gênero homem no ano de abertura, após 5 anos e no ano atual nas empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	83
<b>Gráfico 18</b> – Produção mensal em volume das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010.....	92

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Confiança como fonte de vantagem competitiva .....	35
<b>Quadro 2</b> – Resumo dos principais resultados da pesquisa de campo nos municípios de Londrina, Maringá e Cianorte - 2010 .....	109

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Setor de Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios: total de estabelecimentos, por número de empregados, Brasil – 2000 e 2005.....	40
<b>Tabela 2</b> – Número de estabelecimentos do setor de confecções no Brasil (2000-2004).....	42
<b>Tabela 3</b> – APL's do setor Confecções identificados em todas as regiões do Brasil de acordo com seu desenvolvimento – 2004.....	44
<b>Tabela 4</b> – APL's do setor de Confecções identificados no Paraná de acordo com seu desenvolvimento – 2004.....	48
<b>Tabela 5</b> – APL's de Confecções do município de Maringá de acordo com a Classificação CNAE, Emprego, QL e Estabelecimentos – 2004 .....	51
<b>Tabela 6</b> – APL's de Confecções do município de Cianorte de acordo com a Classificação CNAE, Emprego, QL e Estabelecimentos – 2004 .....	53
<b>Tabela 7</b> – Número de estabelecimentos por APL e por municípios com maior representatividade nos APL's de Confecções do Paraná, nos anos de 1996, 2000, 2005 e 2010 .....	55
<b>Tabela 8</b> – Participação do número de estabelecimentos do setor de confecções nos municípios do Estado – 1995, 2000, 2005 e 2010.....	62
<b>Tabela 9</b> – Participação do pessoal ocupado do setor de confecções nos municípios do Estado – 1995, 2000, 2005 e 2010 .....	66
<b>Tabela 10</b> – Participação do Valor Adicionado Fiscal da indústria dos municípios no Estado (em R\$) – 1997, 2002, 2005 e 2008 .....	71
<b>Tabela 11</b> – Valor Adicionado Fiscal - Participação do setor confecções no total da indústria para o período de 2007 a 2010 (Em %).....	72
<b>Tabela 12</b> – Destino das Vendas no Paraná e em outros Estados das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010 .....	93
<b>Tabela 13</b> – Grau de importância da existência de alguma entidade nas atividades abaixo, segundo as empresas entrevistadas do setor de confecções, por município - 2010.....	106
<b>Tabela 14</b> – Comparação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que a instituição contribui nas atividades abaixo, no município de Londrina - 2010 .....	112

<b>Tabela 15</b> –Comparação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que a instituição contribui nas atividades abaixo no município de Maringá - 2010 .....	116
<b>Tabela 16</b> –Comparação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que a instituição contribui nas atividades abaixo no município de Cianorte - 2010 .....	119

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABDI</b>	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
<b>ABIT</b>	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
<b>ACIL</b>	Associação Comercial e Industrial de Londrina
<b>ACIM</b>	Associação Comercial e Industrial de Maringá
<b>APEX</b>	Agência de Promoção de Exportações e Investimentos
<b>APL</b>	Arranjo Produtivo Local
<b>ASAMODA</b>	Associação dos Lojistas Atacadistas de Moda de Cianorte
<b>ASCONVEST</b>	Associação das Indústrias de Confecções e do Vestuário de Cianorte
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CESUMAR</b>	Centro Universitário de Maringá
<b>DISET</b>	Departamento de Estudos Setoriais
<b>CODEM</b>	Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá
<b>E</b>	Embrião de Arranjo Produtivo Local
<b>FIEP</b>	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
<b>FIRJAN</b>	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
<b>GL</b>	Gini Locacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IEMI</b>	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
<b>IFDM</b>	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
<b>IPARDES</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada
<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
<b>IPDM</b>	Índices do IparDES de Desempenho Municipal
<b>MDIC</b>	Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior
<b>MPEs</b>	Médias e Pequenas Empresas
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>NEIT</b>	Núcleo de Desenvolvimento Industrial e da Tecnologia
<b>NDSR</b>	Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional
<b>PEA</b>	População Econômica Ativa
<b>PEIEX</b>	Programa de Extensão Industrial Exportadora
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto

<b>PMC</b>	Prefeitura Municipal de Cianorte
<b>PMEs</b>	Pequenas e médias empresas
<b>PML</b>	Prefeitura Municipal de Londrina
<b>PMM</b>	Prefeitura Municipal de Maringá
<b>QL</b>	Quociente Locacional
<b>RAIS</b>	Relação Anual de Informações Sociais
<b>RedeSist</b>	Rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SEPL</b>	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria
<b>SETI</b>	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>SINDVEST</b>	Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá.
<b>SINVESTE</b>	Sindicato Das Indústrias do Vestuário de Cianorte
<b>SIVEPAR</b>	Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado do Paraná
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>UNIPAR</b>	Universidade Paranaense
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>VA</b>	Vetor Avançado
<b>VAF</b>	Valor Adicionado Fiscal
<b>VDL</b>	Vetor de Desenvolvimento Local

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E OUTRAS TIPOLOGIAS ORGANIZACIONAIS</b> .....	21
1.1 AGLOMERAÇÕES.....	21
1.2 DISTRITOS INDUSTRIAIS E <i>CLUSTERS</i> .....	23
1.3 OS POLOS DE CRESCIMENTO DE PERROUX .....	26
1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL .....	27
1.5 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS .....	29
1.6 SISTEMAS PRODUTIVOS .....	30
1.7 COMPORTAMENTO EMPRESARIAL.....	33
1.8 AMBIENTE INSTITUCIONAL .....	36
<b>2 APL's : UMA VISÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO</b> .....	39
2.1 APL's DE CONFECÇÕES NO BRASIL.....	39
2.2 APL's DE CONFECÇÕES NO PARANÁ. ....	46
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	55
3.1 BASE DE DADOS .....	56
3.2 PESQUISA DE CAMPO .....	57
3.3 AMOSTRA .....	59
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DOS APL'S DO “CORREDOR DA MODA”</b> .....	61
<b>5 ANÁLISE DO ESTUDO DE CAMPO SOBRE O “CORREDOR DA MODA”</b> .....	75
5.1 AS EMPRESAS .....	75
5.2 AS INSTITUIÇÕES .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124
<b>APÊNDICES</b> .....	133

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o cenário mundial empresarial tem passado por grandes mudanças, influenciado pelo acelerado processo de globalização. Este processo alterou significativamente o ambiente competitivo e acarretou dificuldades às empresas, especialmente às pequenas e médias empresas (PMEs).

Nesse novo ambiente competitivo, há a necessidade de se estabelecer um novo formato organizacional que seja capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico, focado nas inter-relações empresariais, na cooperação, nas médias, pequenas e microempresas e no acesso a novos mercados.

Esses formatos organizacionais são definidos a partir de um conjunto de articulações entre empresas, resultando em diversos tipos de redes relacionais, tais como: aglomeração, distritos industriais, *clusters*, polos de crescimento, modelo de desenvolvimento local e regional, arranjos produtivos locais, o qual foi objeto de estudo e sistemas produtivos.

O ambiente institucional é um fator de suma importância por tornar o comportamento da empresa mais previsível, o que reduz as incertezas nas relações entre os atores, proporcionando às organizações a possibilidade de adquirirem valor e estabilidade.

No Brasil, após a abertura comercial, a indústria de confecções foi exposta à concorrência externa, o que conduziu à necessidade de mudanças na organização produtiva, dando origem aos arranjos produtivos locais (BORIN, 2006).

A indústria têxtil e de confecções é a mais antiga do Brasil e está entre os principais produtores do mundo. Contudo, com o aumento da competitividade o setor tem perdido representatividade (SERRA, 2001; LUPATINI, 2004; COSTA, BERMAN e HABIB, 2000). De acordo com Kachba, Vaz e Kovaleski (2008) os estados com maior número de APL's de confecções são o Paraná e São Paulo.

O estado do Paraná vem ao longo do tempo se consolidando como importante polo na indústria confeccionista nacional. Em 2003, teve produção estimada em 216 milhões de peças ao ano e faturamento anual de R\$ 3,5 bilhões, o que o coloca como segundo maior produtor industrial de confecções do país (OLIVEIRA; CAMARA; BAPTISTA, 2007).

Devido à sua crescente representatividade, diversos pesquisadores tem estudado o setor no Estado. Podem-se analisar alguns estudos, como o de Camara, Souza e Oliveira (2006), o qual constatou a importância das quatro cidades, Londrina, Cianorte, Apucarana e Maringá frente ao setor; o estudo do IPARDES (2005) - etapa 2, com a

elaboração do Projeto Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APL's) do Estado do Paraná, no qual se observou o desenvolvimento dos APL's de confecções Cianorte, Apucarana, Maringá e Londrina.

O trabalho de Campos e Paula (2008) constatou a representatividade do setor de confecções da microrregião de Cianorte, composta pelos municípios que compõem o APL da região de Cianorte, exceto, Tapira e Nova Olímpia. Maia (1995) verificou que em 1993 o município de Cianorte destacava-se na indústria de confecções como principal fonte de renda e geração de emprego no município. Souza, Camara e Arbex (2006) identificaram o APL de confecções da região de Londrina e analisaram seu desenvolvimento, verificando a relevância da aglomeração do setor para o local.

No censo industrial do APL de bonés de Apucarana, o IPARDES (2006) analisou aspectos relacionados à formação, desenvolvimento e manutenção do arranjo produtivo, constatando em termos de emprego a importância do setor de confecções para o município. No entanto os APL's do município de Apucarana não serão analisados no presente estudo, visto que a principal atividade do município é a produção de bonés. Já nos municípios de Londrina, Maringá e Cianorte nota-se predominância da produção de modinha e jeans, o que implica em dinâmicas produtivas diferentes.

Conforme pode ser observado, são vastas as pesquisas sobre o setor, as quais abordam a caracterização, constatação e desenvolvimento dos APL's. Dessa forma o problema de pesquisa ficou definido como: Existe uma dinâmica nos municípios que compõem o “Corredor da Moda”?

A pesquisa trabalha com a hipótese de que ao longo do período de estudo mantêm-se uma dinâmica entre os três municípios, o que contribui tanto para o desenvolvimento desses APL's, como para o crescimento econômico da região norte e noroeste do Paraná.

A contribuição deste trabalho se dá por proporcionar a caracterização do setor nos municípios que compõem os APL's do “Corredor da Moda” em um amplo horizonte temporal que engloba desde o surgimento desses aglomerados até o exame da dinâmica produtiva de cada município e suas inter-relações entre as empresas e instituições. Dessa forma, a presente pesquisa possibilitou além da atualização das pesquisas já existentes, o avanço no que tange tanto a caracterização como o desenvolvimento dos APL's do “Corredor da Moda”, obtidos por meio de estudo de campo nos municípios de Londrina, Maringá e

Cianorte, o que evidencia a originalidade da pesquisa, a qual possibilitou aprofundar os estudos nos referidos APL's.

O objetivo geral desta dissertação é analisar a dinâmica produtiva dos APL's do "Corredor da Moda" e suas implicações ao crescimento econômico do setor e das regiões norte e noroeste do Paraná. Especificamente, os objetivos da pesquisa podem ser enumerados, como: i) realizar a caracterização do setor de confecções nos municípios em estudo; ii) verificar a evolução do setor de confecções; iii) investigar as inter-relações entre os APL's e as instituições de apoio; iv) discutir a importância da cooperação e da aprendizagem para o desenvolvimento dos APL's; e v) verificar a importância do "Corredor da Moda" para o crescimento econômico dos municípios em estudo

A fim de alcançar tais objetivos, a metodologia utilizada no presente estudo, teve por base o levantamento de informações primárias e secundárias. A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira refere-se à caracterização do setor de confecções por meio de dados secundários obtidos a partir do Banco de Dados do Estado, disponível no *site* do IPARDES, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Sistema FIRJAN.

As variáveis analisadas referem-se ao Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, Valor Adicionado Fiscal do setor com base na classificação CNAE 1.0 e CNAE 2.0, e Rendimento médio, a preços reais. Também foi utilizado o número de estabelecimentos, o número de postos de trabalho dos APL's dos anos de 1995 a 2010 e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

A segunda etapa do estudo refere-se à pesquisa de campo nas empresas dos principais municípios dos APL's de Confecções das regiões norte e noroeste do Paraná, além de entrevistas aplicadas em instituições de apoio.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta os aspectos teóricos referentes às aglomerações produtivas. O segundo capítulo é dedicado à revisão de literatura dos principais estudos publicados sobre o tema, partindo de uma visão geral com a análise do setor no Brasil, até o caso particular, objeto de pesquisa do presente trabalho, com foco nos APL's do "Corredor da Moda". O terceiro capítulo ocupa-se do detalhamento do banco de dados e procedimentos metodológicos. No quarto capítulo é exposta a caracterização do setor de confecções nos municípios em estudo. No quinto capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa de campo, também subdividido em duas seções, nas quais se discute: i) o comportamento das empresas; ii) a contribuição das instituições para o desenvolvimento dos APL's. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E OUTRAS TIPOLOGIAS ORGANIZACIONAIS**

A evolução dos cenários políticos, sociais e culturais ao longo da história, associada às transformações econômicas, tem favorecido o crescimento e o desenvolvimento econômico. Em termos produtivos, isso significa a transformação e a integração das cadeias produtivas. Essas, referem-se ao conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, em ciclos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. Implica em divisão de trabalho, na qual cada agente ou conjunto de agentes realiza etapas distintas do processo produtivo.

Segundo Mytelka e Farinelli (2000), o processo de globalização econômica desmantelou as tradicionais barreiras de comércio e investimento, alterando significativamente o ambiente competitivo e colocando enormes dificuldades às empresas nacionais de economias periféricas, especialmente as pequenas e médias empresas (PME's).

Neste novo ambiente competitivo, intensivo em conhecimento, globalizado produtivamente e comercialmente, a solução para os desafios enfrentados pelas micros, pequenas e médias empresas está na formação de redes cooperativas. Essas, são formatos organizacionais definidos a partir de um conjunto de articulações entre empresas, que podem estar presentes em quaisquer aglomerados produtivos, e envolve a realização de transações e/ou o intercâmbio de informações e conhecimentos entre os agentes, não implicando necessariamente na proximidade espacial de seus integrantes (SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002; CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

### **1.1 AGLOMERAÇÕES**

O termo aglomeração tem como aspecto central a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais (empresas e organizações públicas e privadas) em torno de uma atividade produtiva específica. Uma questão importante, associada a este termo, é a formação de economias de aglomeração, ou seja, as vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, incluindo acesso a matérias-primas, equipamentos, mão de obra, entre outros insumos e serviços. Considera-se que a aglomeração de empresas amplie suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em relevante fonte geradora de vantagens competitivas. Isto é particularmente significativo no caso de micro e pequenas empresas.

Richardson (1972) concebe a organização industrial como um aglomerado de relações entre agentes econômicos, em que a cooperação é privilegiada, constituindo-se, portanto, a organização em rede.

A ideia de aglomerados introduzida em Marshall (1982) defende que os aglomerados de empresas se apresentam como um sistema organizacional que proporciona a um conjunto de pequenas empresas a competitividade e a eficiência das grandes empresas.

A argumentação central de Marshall (1982) era de que a situação particular de “indústrias aglomeradas” envolvidas em atividades similares gerava um conjunto de vantagens econômicas (chamadas de “economias externas marshallianas”). Essas vantagens nasciam da própria divisão do trabalho entre os produtores de um mesmo ramo industrial concentrados numa mesma região geográfica.

O conceito de “economias externas” refere-se aos benefícios que as firmas obtêm do fato de estarem operando em uma situação de aglomeração industrial. Esses benefícios são resultados da especialização, fruto da divisão do trabalho no interior do distrito, da criação de uma infraestrutura, da troca de informações, da comunicação interna e da disponibilidade de uma força de trabalho especializada.

Marshall (1982, p. 234-235), destaca as seguintes vantagens da aglomeração industrial: (i) um fundo comum de trabalhadores especializados: Marshall usa o termo “aptidão hereditária” para se referir ao acúmulo de conhecimentos que surge na comunidade de pessoas presente na aglomeração, quando “os segredos da profissão deixam de serem segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles”, gerando uma mão de obra mais qualificada dentro do próprio tecido social; (ii) fácil acesso aos fornecedores de matérias-primas e de insumos diversos; (iii) acesso a serviços especializados; e (iv) disseminação de novos conhecimentos. A formação de uma rede dentro do aglomerado industrial promove a circulação de novos conhecimentos, novas ideias e também de mercadorias, gerando um acúmulo de habilidades produtivas.

Schmitz (1997), Schmitz e Nadiv (1999) e Suzigan (2001) destacam a importância das aglomerações locais, visto que as empresas pequenas ao se unirem podem superar suas limitações e reduzir seus custos de produção, fortalecendo os elos horizontais com as firmas concorrentes, os elos multilaterais com as instituições existentes na região e os elos verticais com fornecedores, tornando-se mais competitivas.

Porter (1998) mostra que essas vantagens competitivas são influenciadas pelas condições dos fatores internos e externos do aglomerado. Quanto aos fatores internos,

podem ser destacados a disponibilidade de habilidades, infraestrutura, capital, inovação, e as condições de exigência. Já os fatores externos referem-se aos sistemas locais de compras e distribuição, ao tamanho do mercado e se as indústrias relacionadas competem ou cooperam umas com as outras, incluindo as estruturas institucionais e o papel do governo.

Porter (1999) ressalta três fatores condicionadores do processo de desenvolvimento de uma aglomeração: (i) a intensidade de competição local; (ii) o ambiente geral da localidade com características favoráveis à constituição de novas empresas; e (iii) a eficácia dos mecanismos formais e informais para associação das empresas locais especializadas. Segundo esse autor, pode haver algumas vantagens causadas pelo relacionamento entre aglomerados, como a obtenção de *feedbacks*, que geram informações importantes para gestão e manutenção da competitividade do aglomerado, facilidade quanto à realização de trocas de tecnologias, maior proximidade entre os envolvidos, desenvolvimento de estratégias gerais pelo grupo, vantagens mútuas, entre outras. Devido a isso, afirma que a produtividade e a competitividade destes aglomerados tendem a crescer em proporção direta ao desenvolvimento de novas tecnologias e à integração entre os atores.

Para Paiva (2002), esses aglomerados representam o modelo mais simples de concentração industrial, caracterizados pela especialização de uma certa região em uma determinada atividade econômica. O autor acredita que a evolução dos aglomerados para níveis mais complexos acaba formando Arranjos Produtivos Locais, depois Sistemas Locais de Produção. Na medida em que uma simples aglomeração de empresas se desenvolve, automaticamente são atraídos para ela fornecedores de insumos e matérias-primas. Em seguida, novos produtores se instalam e inicia-se um círculo virtuoso sem fim preestabelecido que alimenta esse aglomerado.

Em uma definição ampla, é possível incluir os diferentes tipos de aglomerados referidos na literatura, tais como distritos e polos industriais, *clusters*, arranjos produtivos e inovativos locais, redes de empresas, entre outros (VARGAS, 2002).

## 1.2 DISTRITOS INDUSTRIAIS E *CLUSTERS*

O distrito industrial *marshalliano* pressupõe: (i) uma sobreposição entre o social e o produtivo; e (ii) uma ampla divisão do trabalho entre firmas envolvidas em atividades complementares com uma especialização setorial.

Becattini (1990) define distritos industriais como concentrações geográficas de firmas setorialmente especializadas, normalmente de pequeno e médio porte, cuja produção tende a ocorrer de forma verticalmente desintegrada, pelo fato dessas indústrias se especializarem em diferentes partes do processo produtivo.

Para Cassiolato e Lastres (2005), o distrito industrial refere-se a aglomerações de empresas, com elevado grau de especialização e interdependência, seja de caráter horizontal (entre empresas de um mesmo segmento, isto é, que realizam atividades similares) seja vertical (entre empresas que desenvolvem atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva).

A proximidade geográfica de empresas do mesmo setor permite avanços na divisão do trabalho, como uma maior especialização da mão de obra. Esta especialização resulta em um mercado de trabalho local mais dinâmico, e ganhos de aprendizagem, obtidos a partir da melhora e difusão dos métodos de produção.

O maior dinamismo no setor atrai fornecedores de bens e serviços, o que propicia a geração de economias externas aos produtores locais e consequentes ganhos de escala proveniente da redução nos custos de produção.

A presença de fornecedores de bens e serviços é vista como uma importante fonte de economias externas, especialmente quanto ao processo de conhecimento gerado através das relações entre firmas e seus fornecedores. Entretanto, os agentes locais poderiam fortalecer sua capacidade competitiva por meio de ações conjuntas deliberadas, tais como compras de matérias-primas, capacitação profissional, contratação de serviços especializados, entre outros (CAMPOS; CERCHIARI; VIGNANDI, 2011, p. 5).

De acordo com Schmitz (1997, p.181-182), os distritos industriais não resultam “de uma ação planejada, de uma estratégia industrial local ou regional”. Seu surgimento é espontâneo. O papel das instituições públicas e privadas é o auxílio no processo de crescimento do *cluster*, e não sua criação.

Schmitz (1997) definiu *clusters* como concentrações geográficas e setoriais de empresas, e introduziu a noção de eficiência coletiva que descreve os ganhos competitivos associados à interação entre empresas em nível local, além de outras vantagens derivadas da aglomeração. Para este autor a concentração geográfica:

[...] gera amplas oportunidades para a divisão do trabalho entre as empresas e, portanto, para a especialização e a inovação, essenciais para competir fora dos mercados locais. Há também, oportunidades substancialmente maiores para a ação conjunta.[...] A formação de *clusters* torna possível ganhos de eficiência que produtores individuais raramente conseguem alcançar (SCHMITZ, 1997, p. 169).

Os ganhos de eficiência não se originam apenas da concentração geográfica e setorial, é necessária a presença de mais elementos, como: i) divisão do trabalho e especialização do trabalho; ii) oferta de produtos especializados com rapidez; iii) surgimento de fornecedores e agentes que vendem para os mercados nacional e internacional; iv) surgimento de serviços especializados aos produtores (técnico, financeiro, contábil); e v) aglomeração de trabalhadores com qualificação setorial específica. De acordo com o autor “quanto mais esses elementos estiverem presentes, mais real se torna a noção de eficiência coletiva” (SCHMITZ, 1997, p.169-170).

A forma como os *clusters* se organizam varia de acordo com suas relações verticais<sup>1</sup>, horizontais<sup>2</sup> e os laços socioculturais<sup>3</sup>, visto que existem indicativos “de que, onde as redes sociais subjacentes são fracas, a cooperação entre as firmas é limitada” (SCHMITZ, 1997, p.179).

De acordo com Cassiolato e Lastres (2005), *cluster* refere-se à aglomeração territorial de empresas, com características similares aos arranjos e sistemas produtivos locais. Como características divergentes a estes, verifica-se: (i) a ênfase maior do aspecto da concorrência do que o da cooperação, como fator de dinamismo; (ii) a importância da inovação é vista de uma maneira simplificada (como aquisição de equipamentos); (iii) não contempla necessariamente outros atores, além das empresas, tais como organizações de ensino, pesquisa e desenvolvimento, apoio técnico, financiamento, promoção, entre outros.

Seria oportuno discutir a distinção conceitual entre *cluster* e “distrito industrial”. Humphrey e Schmitz (1996) procuraram diferenciar os conceitos argumentando que, existindo a aglomeração de empresas (geograficamente concentradas e setorialmente especializadas), provavelmente irão emergir “economias externas”. Assim, um distrito industrial, no sentido do termo, surge quando um *cluster* desenvolve mais do que especialização e divisão do trabalho entre firmas. O distrito industrial é marcado pelo surgimento de formas implícitas e explícitas de cooperação entre os agentes econômicos locais (fato que melhora a produção local e algumas vezes a capacidade de inovação) e pelo surgimento de fortes associações empresariais setoriais. Dessa forma, pode-se dizer que um distrito industrial é um *cluster* maduro ou que desenvolveu as suas potencialidades atingindo sua eficiência coletiva (RABELOTTI, 1995; HUMPHREY; SCHMITZ, 1996).

---

<sup>1</sup> “Relações verticais vão desde grandes firmas orquestrando a divisão do trabalho entre as pequenas até permutações contínuas de pequenas firmas complementando umas às outras; e de trocas casuais de informações e ferramentas até a colaboração estreita entre as firmas” (SCHMITZ, 1997, p.178).

<sup>2</sup> “Relações horizontais são marcadas por uma rivalidade intensa, mas a evidência de cooperação entre as firmas é mais variada” (SCHMITZ, 1997, p.178).

<sup>3</sup> Os laços sócio-culturais elevam em alguns casos o desempenho econômico (SCHMITZ, 1997, p.178).

Nesta perspectiva, outras teorias de desenvolvimento local e regional foram elaboradas, como a Teoria dos Polos de Perroux (1955).

### 1.3 OS POLOS DE CRESCIMENTO DE PERROUX

A teoria dos polos de crescimento foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial na França. O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes.

A indústria motriz apresenta as seguintes características: (i) cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; (ii) possui inúmeras ligações locais de insumo-produto por meio das compras e vendas de insumos; (iii) apresenta-se como uma atividade inovadora; (iv) possui grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos; (v) produz geralmente para o mercado nacional e externo (SOUZA, 2005).

Dessa forma, as indústrias motrizes atraem as empresas satélites, fornecedoras de insumos ou utilizadoras dos produtos das primeiras como insumos, desencadeando o crescimento local e regional.

A observação destes processos levou Perroux (1967) a formular o conceito de polos de desenvolvimento da seguinte forma: “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p.164).

Perroux (1955, p. 154) afirma que o polo industrial complexo seria capaz de modificar o seu “meio geográfico imediato” e a “estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado”, pelo fato que nos polos onde se verificam aglomerações industriais e urbanas “registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas” devido ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas.

A teoria de polos de desenvolvimento subsidiou na década de 70 a formulação de políticas de desenvolvimento regional em países desenvolvidos e em desenvolvimento. No entanto, foi severamente criticada visto que as experiências de desenvolvimento regional fundamentadas nesse conceito em sua maioria falharam, pois as indústrias motrizes implantadas não foram capazes de difundir inovações tecnológicas para as indústrias movidas, gerando em contrapartida, uma maior concentração regional das atividades econômicas nos países que a adotaram.

Com relação a estas críticas, o próprio Perroux chegou a defender-se afirmando que em qualquer lugar do planeta, onde ocorra crescimento e desenvolvimento, são observados a presença e os efeitos de polos de desenvolvimento (CAVALCANTE, 2002).

Segundo Cavalcante (2002), uma explicação talvez mais simples e lógica do declínio dos polos de crescimento é o fato de que estes teriam sido concebidos num ambiente onde a lógica de produção tinha uma base fordista.

Nos últimos anos, as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações. De acordo com Amaral Filho (2001), desde o final da década de 80 observa-se uma alteração relevante nas relações entre as empresas (subcontratações, alianças e fusões) e entre os países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial). No entanto, as regiões mostram no interior dos países um movimento de endogeneização.

#### 1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Desenvolvimento endógeno é “um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região”. Esse processo permite retenção do excedente econômico gerado na economia local e atração de excedentes provenientes de outras regiões, resultando na ampliação do emprego, do produto e da renda do local e regional (AMARAL FILHO, 2001, p.262).

A criação da teoria do desenvolvimento endógeno ocorre a partir da ruptura com a teoria tradicional do crescimento, de Solow, na qual o crescimento baseava-se no volume de produção, em função de três fatores – recursos naturais, capital e trabalho. A ruptura dessa teoria está no fato da teoria do desenvolvimento endógeno considerar fatores tidos como exógenos ao processo, como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, as regiões que estiverem mais bem abastecidas desses fatores poderão aumentar, com maior facilidade, o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, bem como acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda (AMARAL FILHO, 1996).

De acordo com Garofoli (1992), os modelos de desenvolvimento endógeno mais interessantes são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas localizadas num território, capazes de produzirem verdadeiras "intensificações localizadas" de economias

externas, que determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção "típica".

Esse modelo tem como principal característica a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais, colocando nas mãos destes o destino da economia local ou regional. Caracteriza-se por ser realizado de "baixo para cima", ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um desenvolvimento estruturado de "cima para baixo", isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo estado nacional (AMARAL FILHO, 1996).

Boisier (1989) critica o desenvolvimento estruturado de "cima para baixo", citando quatro limitações desse paradigma aplicado à América Latina: (i) universalização das práticas de planejamento regional pela aplicação irrestrita de teorias, modelos, metodologias e políticas pensadas em função de contextos muito diferentes dos prevalentes na América Latina; (ii) consideração da questão regional como um problema restrito à região, levando à completa separação entre políticas regionais e políticas econômicas nacionais e entre os planejadores regionais e os globais; (iii) monodisciplinaridade do planejamento regional no aspecto profissional, dado em função do controle majoritário dos economistas, o que conferiu um caráter economicista às propostas de desenvolvimento regional, e (iv) separação entre sujeito e objeto do planejamento regional, ou seja, separação entre planejadores e as próprias comunidades regionais; esta prática desconsidera as particularidades históricas, sociais e culturais da região que, nesse contexto, era considerada apenas como uma divisão geográfica.

Segundo Barquero (1995), o desenvolvimento regional endógeno se distingue em duas dimensões: (i) econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar os fatores produtivos da região; e (ii) sociocultural, em que os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

Dado o caráter não substituível da capacidade empresarial e das inovações no crescimento econômico, o processo de desenvolvimento somente pode ser possível em um entorno sociocultural que premie o espírito empreendedor, confie nos valores e nas energias locais, valorize positivamente a mudança, estimule a concorrência e aceite o risco. De qualquer forma, o desenvolvimento necessita criar seu próprio ambiente cultural, seja de forma espontânea, seja induzida, a partir da atuação dos agentes públicos e/ou privados (BARQUERO, 1995, p. 234).

Dessa forma, o papel do Estado dentro dos novos paradigmas de desenvolvimento local/regional deve estar voltado para as instâncias locais, visto que estas possuem maiores vantagens sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que

elas estão mais próximas dos utilizadores finais dos bens e serviços, podendo captar melhor as informações e manter uma interação em tempo real com produtores e consumidores.

Vários são os conceitos que recuperam a importância do novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, destacando-se os *Clusters*, os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais e os Arranjos Produtivos Locais, os quais serão abordados a seguir.

## 1.5 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Conforme a definição proposta pela RedeSist (2003), arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas, as quais podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Os arranjos produtivos, para Cassiolato e Lastres (2005), são definidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais cujo foco se encontra em um conjunto específico de atividades econômicas, os quais contêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

Puga (2003) define os arranjos produtivos locais como concentrações geográficas de empresas e de instituições que se relacionam em um setor particular. Uma característica relevante de qualquer arranjo produtivo local é a existência de um alto grau de cooperação e confiança entre as empresas e as instituições que o integram.

De acordo com Krugman (1998), a formação desses arranjos é importante pelo fato dessa concentração geográfica de firmas proporcionar retornos crescentes de escala. Marshall (1982) também pesquisou as economias de escala internas derivadas de uma nova tecnologia internalizada na empresa, que abrange os equipamentos, as máquinas, os conhecimentos e os modos de gerenciar a empresa. Essa organização interna das empresas possibilita economias de escala e induz melhorias na infraestrutura econômica e social, constituindo um importante aumento de competitividade empresarial e desenvolvimento regional.

Suzigan (2001) destaca que, em geral, os Arranjos Produtivos Locais (APL's) necessitam melhorar vários elementos competitivos, como: os processos gerenciais, a capacitação dos recursos humanos, a tecnologia, os equipamentos, o *marketing*, a distribuição, os processos produtivos etc., o que mostra que a concentração de empresas não traz vantagens por si só, é necessário que haja ações conjuntas que impulsionem essas vantagens competitivas.

Segundo Brito (2000), os Arranjos Produtivos Locais ou aglomerações de empresas podem ser definidos como concentração micro-espacial de empresas de qualquer porte com grau diferenciado de coesão e características comuns, e podem ser classificados em horizontal ou vertical.

Os arranjos produtivos locais horizontais são caracterizados pela concentração de diversas atividades similares, que compartilham recursos disponíveis na mesma região. Quanto aos verticais, relacionam-se com interdependência, ou seja, verifica-se interação entre as indústrias produtoras de bens de consumo e as indústrias produtoras de máquinas e equipamentos para aquela indústria, que é sustentada pela interação entre produtores-usuários e clientes-fornecedores (BRITO, 2000; ALBUQUERQUE, 2000).

## 1.6 SISTEMAS PRODUTIVOS

Os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais são aqueles arranjos produtivos em que a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. Assim, considera-se que a dimensão institucional e regional constitui elemento crucial do processo de capacitação produtiva e inovativa. Diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios, e formas de articulação e de aprendizado interativo entre agentes são reconhecidos como fundamentais na geração e difusão de conhecimentos, particularmente aqueles tácitos.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2005a, p.5):

O aprendizado refere-se à aquisição e à construção de diferentes tipos de conhecimentos, competências e habilidades, não se limitando a ter acesso a informações. Do ponto de vista epistemológico, a discussão em torno do conceito de aprendizado vincula-se à compreensão sobre a origem e a evolução dos hábitos cognitivos e estruturas de compreensão nos indivíduos.

Na literatura econômica, o conceito de aprendizado pode estar associado a um processo cumulativo por meio do qual as organizações, por meio de seus recursos humanos, adquirem e ampliam seus conhecimentos, aperfeiçoam procedimentos de

busca e refinam habilidades em desenvolver, produzir e comercializar bens e serviços. Dentre os impactos do processo do aprendizado, do ponto de vista da empresa e de conjuntos de empresas, destacam-se o aumento de sua eficiência produtiva e administrativa, assim como o maior dinamismo da inovação.

Em Arrow (1962), o conceito de aprendizado está associado a um processo cumulativo por meio do qual as firmas aperfeiçoam seus conhecimentos.

Malerba (1992) observa quatro características do processo de aprendizado tecnológico: i) orientado e realizado no interior das firmas a partir de mudanças organizacionais; ii) articulado a diferentes fontes de conhecimento, tanto internas a firma como externas, envolvendo o relacionamento com fornecedores, consumidores e outros agentes; iii) intertemporal e cumulativo; e iv) viabiliza não apenas a incorporação de inovações incrementais, relacionadas à maior eficiência dos processos produtivos, mas também a exploração de novas oportunidades produtivas e tecnológicas.

Dentre as várias formas de aprendizado, relevantes ao processo de inovação e ao desenvolvimento de capacitações produtivas, tecnológicas e organizacionais, destacam-se: (i) fontes internas à empresa: aprendizado com experiência própria, no processo de produção (*learning-by-doing*), comercialização e uso (*learning-by-using*), na busca de novas soluções em suas unidades de pesquisa e desenvolvimento (*learning-by-searching*) ou instâncias; e (ii) fontes externas, incluem o processo de compra, cooperação e interação com fornecedores (de matérias-primas, componentes e equipamentos), concorrentes, licenciadores, licenciados, clientes, usuários, consultores, sócios, prestadores de serviços, organismos de apoio, entre outros (*learning-by-interacting and cooperating*) e aprendizado por imitação, gerado da reprodução de inovações introduzidas por outras organizações, a partir de engenharia reversa, contratação de pessoal especializado, etc. (*learning-by-imitating*) (ALBAGLI; BRITO, 2003 *apud* JOHNSON; LUNDVALL, 2000; LASTRES; VARGAS; LEMOS, 2000; GREGERSEN; JOHNSON, 2001).

No que tange à capacitação produtiva, geralmente envolve a atualização de produtos e processos. Inclui a difusão, no âmbito da firma, de procedimentos operacionais que possibilitam incrementar os níveis de qualidade e produtividade, enquanto a capacitação inovativa refere-se ao domínio de conhecimentos e tecnologias que são fundamentais para a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais e para a exploração de novas oportunidades (BRITTO, 2001).

Os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais oferecem uma importante chave para uma nova compreensão sobre o significado do desenvolvimento, em que a análise do

conhecimento e da tecnologia deixa de privilegiar as grandes empresas para focar também as pequenas e médias.

Segundo Cassiolato e Lastres (2005), a formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

Os fatores que caracterizam os arranjos e sistemas produtivos locais podem ser agrupados em seis itens: (i) dimensão territorial: constitui um recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar; (ii) diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais: envolve participação e interação não apenas de empresas, como também de diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; (iii) conhecimento tácito: processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos, por parte de empresas, organizações e indivíduos; (iv) inovação e aprendizado interativos: o aprendizado interativo constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e de outras organizações. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente; (v) governança: refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações; e (vi) grau de enraizamento: articulações e envolvimento dos diferentes agentes com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros, assim como com outras organizações e com o mercado consumidor locais. Elementos determinantes do grau de enraizamento geralmente incluem: o nível de agregação de valor, a origem e o controle das organizações e o destino da produção (local, nacional e estrangeiro) (ALBAGLI; BRITO, 2003).

## 1.7 COMPORTAMENTO EMPRESARIAL

Segundo Cunha e Mello (2004, p.80), o comportamento das empresas varia desde a competição até a cooperação; eles ressaltam que as interações de firmas “podem estender-se da forma concorrencial e antagônica para aquelas de natureza cooperativa”. Similarmente Daft (2002), defende que as relações entre as firmas podem ser caracterizadas por seu caráter competitivo ou cooperativo em suas relações.

Nesse contexto, procura-se analisar de forma mais minuciosa os comportamentos de competição e cooperação. Para Robbins (2002), a competição é definida como a busca da satisfação dos próprios interesses, não levando em consideração o impacto causado a outros agentes envolvidos. Wagner III e Holenbeck (1999) compactuaram com essa mesma definição; para eles, a competição significa sobrepujar as outras partes e promover os próprios interesses à custa dos outros. No entanto, o comportamento de competição pode ser visto de duas formas: a primeira é tida como um comportamento negativo<sup>4</sup> e prejudicial à rede, o segundo, como um comportamento positivo<sup>5</sup> que trás vantagens à rede.

De acordo com Marcon e Moinet (2000), o termo rede designa um conjunto de pessoas ou organizações interligadas direta ou indiretamente. As redes intensificam a interação, promovendo uma redução do tempo e do espaço nas inter-relações entre os seus atores, fatores altamente estratégicos para a competitividade das organizações.

De forma antagônica à competição, a cooperação é tida como um comportamento que privilegia os interesses de toda a rede e não apenas da própria firma. Segundo Wagner III e Holenbeck (1999, p.289), a cooperação é o comportamento que “tenta satisfazer a todos mediante a consideração das diferenças e a busca de soluções que resultem em ganhos para todos os interessados”. Robbins (2002) converge com essa ideia ao definir cooperação como o desejo de satisfazer os interesses das partes envolvidas e buscar soluções que beneficiem a todos. Para Casarotto e Pires (2001), cooperação é a troca de informação e

---

<sup>4</sup> Como comportamento negativo pode ser destacado a relação entre duas firmas, contratante e contratada, em que uma pretende tirar vantagem em relação à outra, como definição de preços e prazos, entrega de produtos de qualidade inferior ao que foi combinado, entre outras. Nesse caso, o membro da rede vê os demais agentes não como seus parceiros, mas apenas como consumidores de seus produtos ou serviços. Esse comportamento é tido como negativo, devido ao fato de se despender muitos esforços para uma negociação e cumprimento de acordos, além de poder elevar os custos de transação e ocasionar perdas desnecessárias.

<sup>5</sup> Como comportamento de competição positivo pode ser destacado a atitude dos fornecedores que, por estarem em um estágio de desenvolvimento organizacional superior aos demais agentes da rede, exercem uma pressão, com intuito de aumentar o desenvolvimento da rede como um todo, por meio de custos menores, eficiência, rapidez, comunicação mais rápida, aumento de fluxo de informações, levando a uma constante troca de ideias e inovações.

ideias entre as empresas, o desenvolvimento de estratégias com intuito de solucionar problemas.

Segundo Daft (2002), para que a empresa adote um comportamento de cooperação é necessário que efetue ações para obter: i) visão sistêmica; ii) compartilhamento das melhores práticas; iii) desenvolvimento empresarial, ou seja, a firma mais desenvolvida ajuda no desenvolvimento dos elos menos desenvolvidos; iv) busca de lucros justos para toda a estrutura; v) compartilhamento de recursos, oportunidades e riscos; vi) compartilhamento de informações.

A cooperação contribui para a minimização das rivalidades, permitindo maior facilidade na negociação de contratos, contribuindo para minimização dos custos e das perdas, e facilitando a transmissão de informações e processos inovativos. A importância da cooperação pode ser destacada a partir de estudos de diversos autores como de Amato Neto (2000, p.42): “a cooperação interempresarial pode viabilizar o atendimento de uma série de necessidades da empresa, [...] que seriam de difícil satisfação nos casos em que as empresas atuam isoladamente”. Casarotto e Pires (2001 p.38-39) destacam que a “cooperação entre pequenas empresas é algo tão irreversível como a globalização, ou melhor, talvez seja a maneira como as pequenas empresas possam assegurar sua sobrevivência e a sociedade garantir seu desenvolvimento equilibrado”. A cooperação ainda possibilita à firma integrante da rede o acesso a novos métodos e novas tecnologias para aumentar a sua competitividade.

Quanto ao comportamento da empresa, esse pode ser dividido em duas dimensões: a confiança e a flexibilidade, sendo a confiança subdividida em três componentes: transparência, honestidade, relacionamento interpessoal; e a flexibilidade é subdividida em pró-atividade e recuperação.

A definição de confiança segundo Robbins (2002), é uma expectativa de que uma das partes de uma relação não irá agir de maneira oportunista. Já para Costa (2000), *apud* Cunha; Melo (2004), além desse conceito de expectativa também requer aceitar o desafio e as implicações decorrentes da decisão de confiar. Porém, essa confiança não se dá de forma espontânea, a disseminação desta, segundo Teixeira e Guerra (2002), pode ser obtida a partir dos seguintes elementos: i) minimização da incerteza comportamental; ii) eliminação de custos contratuais vinculados a montagem de arranjos que incorporam mecanismos defensivos de monitoração de condutas; iii) otimização da divisão do trabalho no âmbito da rede, adequando as escalas de produção e evitando a duplicação de esforços; e iv) a viabilização de transferência de informações de natureza tácita.

Cooper e Argyris (2003, p.274), destacam o caráter gradativo da confiança ao afirmarem, “os resultados de pesquisas sugerem que a confiança evolui lentamente, de acordo com trocas sociais e econômicas contínuas entre as partes”, assim pode-se dizer que a confiança está ligada a processos históricos, ou seja, ao sucesso ou fracasso de trocas anteriores, onde a construção da confiança é processo cumulativo e incremental. Dessa forma pode-se dizer que quanto maior a confiança, maior a possibilidade do relacionamento das firmas assumirem um comportamento de cooperação.

Os componentes que determinam a confiança, conforme citado acima são: transparência, honestidade e relacionamento interpessoal. A transparência, segundo Prahalad e Ramaswamy (2004, p.47), está ligada ao grau de simetria que circulam as informações entre contratante e contratada, ou seja, “à medida que as informações sobre produtos, tecnologias e sistemas de negócios ficam mais acessíveis, o desenvolvimento de novos níveis de transparência torna-se cada vez mais desejável”. A honestidade define o cumprimento dos acordos, sejam esses formais ou informais, dessa forma a transparência explicita as regras do relacionamento e a honestidade cumpre essas regras.

O relacionamento interpessoal representa os tipos de relações entre as pessoas, seja dentro da própria firma, ou com seus parceiros. Claro, Claro e Hagelaar (2002) defendem que os relacionamentos interpessoais envolvem trocas de informações e experiências, o que leva ao aumento da confiança e à redução de incertezas e comportamentos oportunistas.

No Quadro 1 são apresentados os três tipos de confiança, relacionados com a vantagem competitiva.

**Quadro 1 – Confiança como fonte de vantagem competitiva**

<b>Formas de Confiança</b>	<b>Implicações para a vantagem competitiva e suas características</b>
“Fraca”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bens de baixo custo</li> <li>• Pouca ou nenhuma especificidade de ativos</li> </ul>
“Semi-Forte”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de mecanismos de governança intermediários</li> <li>• Imbricamento da rede de relações sociais com a maior utilização de mecanismos sociais de governança menos custosos em detrimento dos mecanismos econômicos de governança, mais custosos.</li> </ul>
“Forte”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura organizacional partilhada</li> <li>• Socialmente complexa e difícil de ser imitada</li> <li>• Maior sinergia e troca de conhecimento tácito e explícito.</li> </ul>

**Fonte:** Balestro (2002, p.54).

Para Balestro (2002), as propriedades como flexibilidade e adaptabilidade, na atual dinâmica da economia mundial, são atributos das redes interorganizacionais que possibilitam a empresa alcançar e sustentar vantagens competitivas.

Quanto à flexibilidade, sua definição segundo Slack (1993) é a habilidade de mudar, fazer algo diferente. Diversos autores a definem de forma semelhante, como Robbins (2003): é a rapidez e facilidade para deslocar recursos de uma atividade para outra; e Britto (2002) mostra que é a capacidade de realizar ajustes na logística interna da firma diante da evolução do mercado e das pressões competitivas. O comportamento flexível da firma permite acompanhar a evolução das tecnologias e dos novos processos de produção, conforme pode ser visto em Daft (2002). Este autor afirma que as empresas orientadas para a flexibilidade empenham-se na criação de mudanças, por meio da disseminação da inovação, assumindo um comportamento mais cooperativo do que competitivo.

Os componentes da flexibilidade são a pró-atividade e recuperação. Ambos estão inseridos no contexto da empresa conseguir programar uma mudança organizacional seja para se antecipar a algum acontecimento, ou até mesmo em resposta a esse. A pró-atividade é o comportamento da firma em desenvolver constantes competências organizacionais. Esse comportamento é reconhecido em Britto (2002, p.372) na afirmação de que “a consolidação de relações interindustriais cooperativas requer uma intensificação do processo de capacitação produtiva e tecnológica, imprescindível ao aprofundamento das interações com os contratantes”. A reconfiguração é a forma que a firma reage diante das demandas por mudanças e está relacionada a mudanças de escopo, prazos, tecnologias, entre outros.

## 1.8 AMBIENTE INSTITUCIONAL

Um fator de suma importância é a dimensão institucional, pelo fato do institucionalismo ser caracterizado como o processo pelo qual as organizações adquirem valor e estabilidade.

Edquist e Johnson (1997, p. 46) definem as instituições como “*sets of common habits, routines, established practices, rules, or laws that regulate the relations and interaction between individuals and groups*”. Dessa forma, a estrutura institucional de regras, leis, práticas, incentivos e fomento resulta na formação do comportamento e das expectativas das organizações, permitindo cooperação e colaboração sob pressões de incerteza e competição.

Hodgson (2001, p.101) conceitua as instituições como “sistemas duradouros de regras sociais estabelecidas e embutidas que estruturam as interações sociais. Linguagem, moeda, lei, sistemas de pesos e medidas, convenções de trânsito, maneiras à mesa empresas e (outras instituições) são todas instituições”. O autor ainda destaca que as “instituições são estruturas que podem refrear e influenciar indivíduos. Consequentemente, se há influências institucionais, essas merecem atenção” (HODGSON, 2001, p.104).

As instituições desempenham papel fundamental na condução da economia de qualquer nação, pois, além de diminuir as incertezas, acabam se transformando em referencial de conduta. Qualquer história de sucesso de crescimento econômico é fruto da evolução das instituições que, ao longo do tempo, tornou possível a construção de relações cooperativas entre as partes envolvidas no processo de troca. Dessa forma, quando o estabelecimento dessas instituições se dá de modo equivocado, o resultado econômico não é favorável (NORTH, 1990).

De acordo com Schmitz (1997) a instituição aprimora a eficiência coletiva dos setores públicos e privados. O autor ainda destaca o papel do Estado, particularmente em nível regional como facilitador da formação de organizações de pequenas firmas. No entanto, o papel das instituições governamentais ou financiadas pelo governo é auxiliar a indústria em sua expansão e inovação.

Os ambientes institucionalizados tornam o comportamento da empresa mais estável e previsível, resultando na redução de custos derivados das incertezas nas relações entre os atores (BERGER; BERGER, 2002).

As instituições constituem formas de mediação entre conflitos e antagonismos e sua normalização, em termos de normas e regras, são dotadas de certa soberania que lhes permite promulgar normas e elaborar referências convencionais que transformam os antagonismos em diferenciações sociais dotadas de uma estabilidade mais ou menos sólida. É esse papel que assegura a reprodução do sistema de maneira relativamente duradoura ou ‘regulada’ (CONCEIÇÃO, 2002, p.133).

Rosa e Coser (2004) afirmam que as estruturas institucionais consistem nas pressões de natureza regulatória, normativa e cognitiva, aceitas no campo organizacional e que são definidas e redefinidas a partir da interpretação e interação entre os atores. Para os autores, dentre as contribuições da abordagem institucional, destaca-se a ênfase na influência do ambiente, ao colocar a legitimidade como fator vital para a sobrevivência da organização.

O ambiente das organizações passa a ser conceituado não somente como um lugar de suprimento de recursos e alvo de produção e rendimento, mas como uma fonte de significados para os membros da organização.

Para Scott (1995), os ambientes institucionais exercem pressão sobre as organizações para justificar suas atividades, o que as motiva a incrementar a legitimidade mediante a acomodação com as estruturas institucionais prevalecentes. Para esse autor a perspectiva institucional no campo estratégico passa a contar com as categorias analíticas de ambiente, interpretação e estratégias de ação. Em relação ao ambiente, este pode ser dividido em técnico e institucional: (i) o ambiente técnico é caracterizado pela troca de bens e serviços; (ii) o ambiente institucional conduz ao estabelecimento e à difusão de normas de atuação, necessárias para o alcance da legitimidade organizacional.

Schmitz (1997, p.181) sugere que a política industrial ativa nos níveis regional e local deve ter como objetivos: “a colaboração entre as instituições dos setores públicos e privados e o autofinanciamento, pelo menos parcial, de muitas instituições e serviços locais”.

Após esta exposição da evolução das teorias sobre aglomerações e sua importância para o crescimento e desenvolvimento local/regional, na próxima parte será apresentada uma revisão da literatura sobre os Arranjos Produtivos Locais, permeando desde os APL's de confecções no Brasil até os APL's do objeto de estudo, com enfoque nos APL's de confecções do Norte e Noroeste do Paraná, que constituem o denominado “Corredor da Moda”, composto pelas regiões de Apucarana<sup>6</sup>, Cianorte, Londrina e Maringá.

---

<sup>6</sup> O APL de Apucarana não foi analisado neste trabalho por este produzir predominantemente bonés, o que impossibilitaria a comparação da sua dinâmica em relação aos demais APL's em estudo com maior diversificação de produtos.

## 2 APL's : UMA VISÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO

A indústria têxtil brasileira desenvolvida entre meados e fim do século XIX, passou por fortes mudanças no século seguinte. Com a abertura econômica no início da década de 90, as indústrias brasileiras foram expostas à concorrência internacional, o que gerou um cenário de retração devido a maior competitividade. A sobrevivência do setor deveu-se aos esforços de contenção de custos e aos ganhos de qualidade e produtividade.

A confecção corresponde ao setor mais importante da indústria têxtil e compõe atualmente um dos mais significativos segmentos industriais do país, devido ao seu potencial de geração de empregos (KUPFER, 1998).

De acordo com Bastos (1993), o setor de confecções, integrante da indústria têxtil, caracteriza-se, do ponto de vista estrutural, por uma forte fragmentação e diversidade de escalas e técnicas produtivas. Seu mercado é extremamente segmentado, com um grande número de produtos e com consumidores bastante diferenciados no que diz respeito a padrão cultural, nível de renda, idade e outras características.

Dada sua representatividade, neste capítulo será apresentada a revisão de literatura dos principais estudos publicados sobre o tema, partindo de uma visão geral, com a análise do setor no Brasil até o caso particular, objeto de pesquisa do presente trabalho, com foco nos APL's do "Corredor da Moda", composto pelas regiões de Cianorte, Londrina e Maringá.

### 2.1 APL'S DE CONFECÇÕES NO BRASIL

A indústria têxtil é a mais antiga do Brasil e chegou a responder, em 1949, por 20% do Produto Industrial, contra 4,3% do setor de confecções. Com a ascensão da indústria química e do complexo metal mecânico o setor têxtil foi perdendo importância relativa e em 1966 respondia por apenas 11% do Produto Industrial. O setor de confecções teve comportamento semelhante, passando a representar apenas 3,2%. Em 1990 a participação dos setores têxtil e de confeccionados, em conjunto, tinha declinado para 2,9% do PIB e 10% do valor adicionado da indústria de transformação. A partir de então a produção do setor têxtil manteve-se estagnada, enquanto ocorria um severo processo de reestruturação de toda a cadeia. Em consequência, sua representatividade declinou ainda mais e em 1996 situou-se em apenas 1,4% do PIB e 6,4% da indústria de transformação (SERRA, 2001).

O Brasil está entre os principais produtores da indústria têxtil e de confecções do mundo. Em 2005, foi o segundo maior produtor de tecidos de malha, o sexto maior produtor de fios e filamentos, o sétimo, em tecido, e o quinto, em confecção (LUPATINI, 2004).

De acordo com Costa, Berman e Habib (2000), a indústria têxtil brasileira é reconhecida como uma das atividades econômicas com maior faturamento no Brasil. Segundo dados da ABIT (2008), corresponde a 90% de MPEs com rendimento de US\$ 20 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB).

As transformações do setor de confecções iniciaram após a crise dos anos 1990, oriunda da abertura comercial, que expôs os fabricantes nacionais à concorrência externa e conduziu a uma série de mudanças na organização produtiva (IEMI, 2007).

Os efeitos dessa crise da economia brasileira abriram espaços para os investimentos do pequeno capital, em setores industriais com reduzidas barreiras à entrada e menores exigências de escalas de produção. Foi nesse cenário de mudança que se originou os arranjos produtivos locais; essas estruturas produtivas localizadas cresceram horizontalmente pela expansão do número de micro e pequenas empresas e voltaram-se para o mercado nacional (CASSIOLATO; CAMPOS; STALLIVIERI, 2007).

Observando os dados da Tabela 1, é possível verificar a predominância de empresas de pequeno porte no setor de confeções em 2000 e 2005; verifica-se que quase 70% do total de estabelecimentos possuíam menos de 10 funcionários. Considerando as empresas com até 49 empregados, a participação relativa atinge cerca de 95% do total. Ao mesmo tempo, o número de grandes empresas é menor e representa uma parcela ínfima do total de empresas do setor.

**Tabela 1** – Setor de Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios: total de estabelecimentos, por número de empregados, Brasil – 2000 e 2005

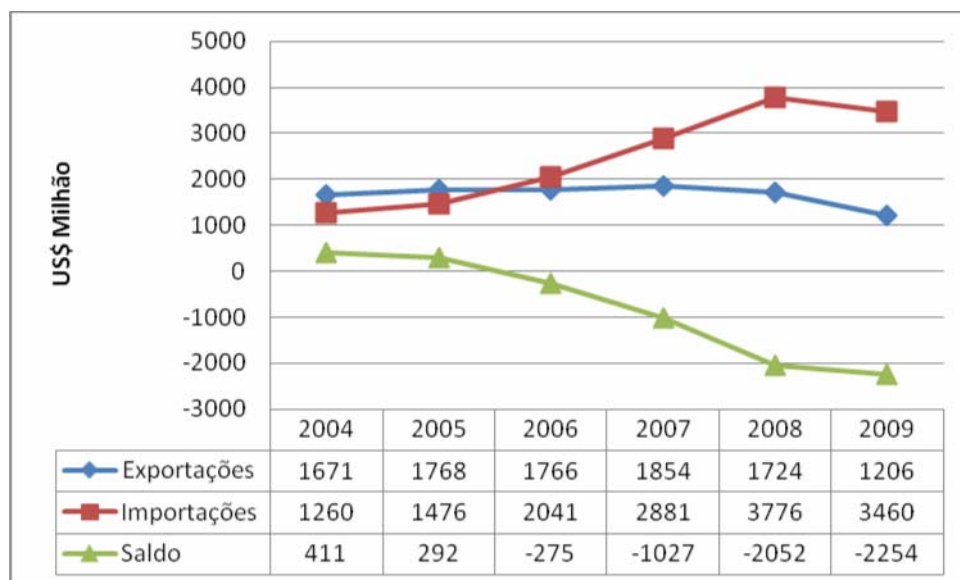
Número de empregados	2000	Participação no total (%) 2000	2005	Participação no total (%) 2005
Nenhum	3.423	9,9	3.955	9,4
Até 4	15.624	54,8	17.954	42,7
De 5 a 9	6.504	18,7	8.085	19,2
De 10 a 19	4.678	13,5	6.016	14,3
De 20 a 49	3.251	9,4	4.283	10,2
De 50 a 99	781	2,2	1.166	2,8
De 100 a 249	360	1,0	479	1,1
De 240 a 499	89	0,3	96	0,2
De 500 a 999	24	0,1	21	0,0
1000 ou mais	11	0,0	11	0,0
Total	34.745	100,0	42.066	100,0

Fonte: NEIT/IE/UNICAMP (2008).

Segundo dados do IEMI (2007), o comércio exterior de produtos têxteis e confeccionados brasileiros demonstram um déficit crescente da balança comercial brasileira. A perda de competitividade dos produtos nacionais evidencia-se mais no aumento das importações do que no decréscimo das exportações, pois enquanto as importações aumentaram 41,1%, de 2005 para 2006, as exportações caíram 5,1% no mesmo período, sugerindo que o próprio mercado interno tem se mostrado ávido por produtos fabricados fora do Brasil.

Os dados da ABIT(2010) corroboram o crescente déficit na balança comercial brasileira do setor têxtil e de confecções, conforme pode ser observado no gráfico 1.

**Gráfico 1** – Balança Comercial Brasileira do setor têxtil e de confecções, período de 2004 a 2009



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de ABIT (2010).

Desde meados da década de 1990, o setor têxtil e de confecções brasileiro perdeu mais de um milhão de empregos e milhares de fábricas (IEMI, 2007).

De acordo com Prochnik (2002) e Lupatini (2004), a redução do número de empresas deveu-se principalmente à consolidação do setor e à inadequação de muitas empresas às novas condições impostas pelo fim do regime de substituição de importações.

Segundo os dados da RAIS (2005), o Brasil tem em torno de 42 mil empresas no setor de confecções, sendo 75% delas localizadas nas regiões Sul e Sudeste, classificadas como empresas de Fabricação de produtos têxteis.

Em Castro, Sousa e Silvestre (2006), também é possível verificar essa concentração nas regiões Sul e Sudeste, visto que no ano de 2000 essas regiões representaram 81% do total de estabelecimentos no país, caindo para 79% em 2004. Esta perda de representatividade resultou da diminuição da participação da região Sudeste no setor, visto que esta foi a única que apresentou queda no período. Cabe ressaltar que as regiões que apresentaram maior crescimento do número de estabelecimentos no período de 2000 a 2004 foram as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com crescimento de 32,3%, 27,3% e 26,6%, respectivamente (Tabela 2).

**Tabela 2** – Número de estabelecimentos do setor de confecções no Brasil (2000-2004)

<i>Anos</i>	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Centro-Oeste</i>	<i>Total</i>
2000	278	4.131	19.261	8.893	2.182	34.745
2004	352	5.259	20.968	11.019	2.887	40.485

**Fonte:** Castro; Sousa; Silvestre (2006, p.8)

Na região Centro-Oeste, o Estado que se destacou no setor de confecções foi Goiás, por apresentar maior crescimento no período de 1997 a 2004. Sua participação no total de estabelecimentos da região Centro-Oeste, era de 73,0% em 1997, evoluiu para 83,0% em 2001 e caiu para 75,63% em 2004. O setor de confecções em Goiás “concentra-se em Goiânia e em alguns polos municipais como Jaraguá, Trindade, Anápolis, Jataí, Rio Verde e Catalão” (CASTRO; BRITO, 2006, p.20-27).

O trabalho do IPEA (2006) identificou e mapeou os APL's do Brasil, classificando-os de acordo com a seguinte tipologia<sup>7</sup>: i) Núcleo de Desenvolvimento Setorial (NDS<sup>8</sup>) - reúne as aglomerações que se destacam quer pela importância para uma dada região, quer pela sua importância para o setor de atividade econômica no Estado; ii) Vetor de Desenvolvimento Local (VDL<sup>9</sup>) - reúne as aglomerações que se apresentam como muito importantes para o desenvolvimento local/regional e como menos importantes para o setor no Estado; iii) Vetor Avançado (VA<sup>10</sup>) - reúne as aglomerações com elevada importância setorial, mas com pouca importância para a região, porque, via de regra, encontram-se em um

<sup>7</sup> A tipologia foi desenvolvida de acordo com os resultados obtidos na metodologia estatística, tais como: Gini Locacional (GL), Quociente Locacional (QL).

<sup>8</sup> QL maior ou igual a 5; número de estabelecimentos maiores que 5 e participação do emprego na classe maior que 20%.

<sup>9</sup> QL maior ou igual a 5; número de estabelecimentos maior ou igual a 5 e participação do emprego na classe maior que 1% e menor ou igual que 20%.

<sup>10</sup> QL menor ou igual a 5 e maior ou igual a 2; número de estabelecimentos maior ou igual a 5 e participação do emprego na classe menor ou igual a 20%.

tecido econômico maior e mais diversificado e; iv) Embrião de Arranjo Produtivo (E<sup>11</sup>) - possui pouca importância para o seu setor e convive, na região, com outras atividades econômicas.

Esse estudo possibilitou examinar as aglomerações produtivas do setor de confecções<sup>12</sup> em todas as regiões do Brasil no ano de 2004, as quais totalizaram 114 APL's. As regiões Nordeste e Sudeste são as mais representativas, ambas com 31 APL's, também possuem a mesma quantidade de APL's considerados NDS (5), todavia, na região Sudeste observa-se uma maior representatividade dos APL's classificados como VDL (9) e na região Nordeste destaca-se os VA (13) e os E (12).

Na região Nordeste foram encontrados APL's em todos os Estados que compõem a região, com destaque para Bahia, no que se refere ao maior número de APL's (6). O setor de confecções também é representado por todos os Estados da região Sudeste; no entanto, Minas Gerais concentra o maior número de APL's, representando 48% dos APL's da região. Já no Estado do Rio de Janeiro estão os APL's mais desenvolvidos.

A região Sul ocupa a terceira posição com 26 APL's, seguida pela região Centro-Oeste com 15 APL's; nesta região existe a predominância dos VA (6), no entanto, a região apresenta maior número de NDS (4) comparada com a região Sul (3), na qual se observa uma maior participação dos E (10) e VA (8). Cabe ressaltar que a região Sul está em segundo lugar entre as regiões com APL's classificados como VDL (5).

Na região Centro-Oeste<sup>13</sup> os três Estados possuem 5 APL's, todavia é em Goiás que se observa maior número de NDS (3). Da mesma forma, na região Sul verifica-se a presença de APL's em todos os Estados, no entanto o Estado do Paraná se destaca pela representatividade dos APL's na região (46%), e o Rio Grande do Sul detêm os APL's mais desenvolvidos da região.

Por fim, na região Norte constatou-se a presença de 11 APL's, destes 10 foram considerados VA, localizados nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Tocantins, com destaque para Rondônia, visto que neste Estado havia APL's em cinco municípios, representando 45% dos APL's da região. Cabe ressaltar que não foram encontrados na região APL's classificados como NDS e E (Tabela 3).

---

<sup>11</sup> QL menor que 5 e maior que 1; número de estabelecimentos maior ou igual a 5 e participação do emprego na classe menor ou igual a 20%.

<sup>12</sup> Para a mensuração dos APLs do setor de confecções considerou-se somente a classificação CNAE 18 (dois dígitos).

<sup>13</sup> Na região Centro-Oeste não foi considerado o Distrito Federal. Para justificativa ver de IPEA (2006, p.35).

**Tabela 3** – APL's do setor Confecções identificados em todas as regiões do Brasil de acordo com seu desenvolvimento – 2004

	<i>NDS</i>	<i>VDL</i>	<i>VA</i>	<i>E</i>	<i>Total</i>
Norte	0	1	10	0	11
Nordeste	5	1	13	12	31
Sudeste	5	9	8	0	31
Centro-Oeste	4	1	6	4	15
Sul	3	5	8	10	26
Total					114

**Fonte:** elaboração própria a partir de (IPEA, 2006)

Kachba, Vaz e Kovaleski (2008) concluíram por meio de pesquisa documental do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), no projeto Sistema de Informação de Gestão de Estratégica Orientada para Resultados, que os estados com maior número de APL's de confecções são o Paraná e São Paulo, devido à cultura de conhecimento e inovação destas regiões, por causa do fomento de agentes externos como instituições governamentais e de ensino.

Ao observar a distribuição percentual dos APL's<sup>14</sup> incentivados no Brasil em 2003 e 2005, verifica-se que em 2003 a região Sudeste apresentava maior percentual de APL's incentivados, “devido em grande parte à sua maior robustez econômica”, seguida pelas regiões Nordeste e Sul. No entanto, no ano de 2005 foi a região Nordeste que apresentou maior percentual de APL's incentivados, devido às políticas específicas de incentivo por parte do governo federal, seguida pelas regiões Sudeste e Noroeste. Cabe ressaltar que a região Sul foi a única que apresentou decréscimo, tanto em números absolutos quanto em participação dos APL's incentivados (RICARDO FILHO; PAULA, 2008, p. 7-8).

Dessa forma, Ricardo Filho e Paula (2008, p.15) defendem que:

Os APLs estão sendo apoiados mais nas regiões mais atrasadas do país, refutando a hipótese de que estes surgiram nas regiões mais desenvolvidas e com concentração industrial e/ou de renda. E mais, o perfil setorial dos arranjos indica um crescimento acentuado em torno do setor primário<sup>15</sup>, seguindo uma lógica distinta da apresentada pela economia com um todo, centrada nos setores terciário<sup>16</sup> e secundário<sup>17</sup>. Nesse sentido, seria necessário aprofundar a análise da natureza das políticas que estão sendo implementadas nestes setores, tendo em conta o potencial dinamizador e os encadeamentos daí oriundos.

<sup>14</sup> Os APL's analisados referem-se a todos os setores, e não somente ao setor de confecções.

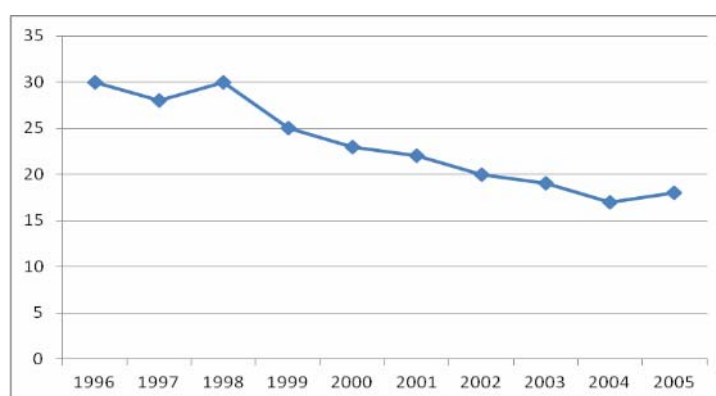
<sup>15</sup> Setor primário: APL's de madeira e móveis, fruticultura, agricultura, pecuária, apicultura, ovinocaprinocultura, aquicultura, piscicultura, artesanato, rochas ornamentais, extrativismo vegetal, floricultura, hortifrutigranjeiros, grãos, vitivinicultura e suinocultura.

<sup>16</sup> Setor terciário: turismo e tecnologia da informação.

<sup>17</sup> Setor secundário: Construção Civil, Petróleo e gás, confecções, cerâmica vermelha, cerâmica, laticínios, gemas e jóias, bebidas, Couro e calçados, Gesso, polímeros, farmacologia, metal mecânico, produtos químicos, alimentos, eletroeletrônica, metalurgia e gás natural (RICARDO FILHO; PAULA, 2008, p. 11).

Segundo IEMI (2007), foi observado que apesar dos esforços de modernização tecnológica, com maior atualização do parque de máquinas, em especial das grandes empresas do setor, em geral o setor continua apresentando produtividade relativamente baixa<sup>18</sup>, o setor de confecções teve queda de 30% para 17% no período de 1996-2005 (Gráfico 2).

**Gráfico 2** – Produtividade relativa do Setor de Confecções no VTI da indústria, período de 1996 a 2005



Fonte: IEMI (2007).

No que tange aos dados sobre emprego e salários, de acordo com o IEMI (2007), o setor vêm apresentando resultados positivos no período mais recente, porém, em um nível inferior ao verificado no total da indústria de transformação.

Para facilitar a participação do setor na cadeia global de valor, foram apresentadas as seguintes proposições à atuação do governo: (i) estimular e criar formas alternativas e incentivar o acesso a mercados mais ricos e exigentes; (ii) revisar e reconfigurar as estruturas das bases de dados atuais; (iii) divulgar dados detalhados sobre importação e exportação; (iv) promover a formalização de empresas e concomitante centralização e disponibilização de informações socioeconômicas; (v) fortalecer o controle e a proteção comerciais; (vi) realizar investimentos para integração e compartilhamento de informações com associações e instituições de pesquisa; (vii) e promover o estímulo à regulamentação de responsabilidade socioambiental (ABDI, 2008).

<sup>18</sup> A produtividade é medida pela relação entre o VTI e o pessoal ocupado.

## 2.2 APL'S DE CONFECÇÕES NO PARANÁ.

O Estado do Paraná está situado no Sul do Brasil, tendo fronteiras com São Paulo ao norte, Santa Catarina ao sul, o Oceano Atlântico ao leste e com o Paraguai e Argentina ao oeste. O Estado tem 199.315 km<sup>2</sup>, representando 2,3% do território brasileiro (IBGE, 2002). Segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, o Paraná contava 10.266.737 habitantes, sendo o sexto estado mais populoso do Brasil, representando 5,47% da população brasileira (IBGE, 2010).

No ano de 2002, o faturamento do setor de confecções no Paraná esteve em torno de R\$ 1.3 bilhões, representando 1,14% do total do faturamento industrial do Estado. Neste mesmo ano, foi o setor que mais empregou, representando 9,25% do total de empregos industriais do Estado (IPARDES, 2004).

O setor de confecções apresenta crescimento contínuo e expressivo nas duas últimas décadas, tanto em números de empresas quanto em postos de trabalho ofertados. A elevação foi mais acentuada em 1985 até 1990, quando o nível empregatício referente ao emprego industrial no Estado passou de 1,61% para 5,74%. O crescimento também foi elevado no período de 1995 até 2000, neste a participação no segmento de emprego passou de 5,43% para 8,49%, em 2002 este número já era 9,25% (IPARDES, 2004).

Entre os principais produtos do setor de confecções do Paraná destacam-se: confecção masculina; confecção feminina; bonés; *jeans wear*; moda bebê; malharia retilínea; moda praia e *fitness*; lavanderia; bordados e estamparia. (SENAI, 2007).

Rodrigues *et. al.* (2009) fizeram a identificação e análise espacial de concentração das aglomerações produtivas do setor de confecções na região Sul, constataram que o Paraná é o Estado brasileiro com maior número de municípios com aglomerações no setor de confecções com relações espaciais positivas entre eles. Tais aglomerações encontram-se situadas em sete mesorregiões: Centro Ocidental, Centro-Sul, Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste e Sudoeste, num total de noventa e nove municípios (Figura 1). Cabe ressaltar que o Estado do Paraná apresentou substancial aumento no número de aglomerações, passando de oito aglomerações em 1995 para sessenta e duas aglomerações em 2007, representando uma evolução no período de aproximadamente 625%.

**Figura 1** – Mapa de clusters LISA do setor de confecções no Estado do Paraná para os anos de 1995, 1999, 2003 e 2007



Fonte: Rodrigues et. al., (2009).

A partir dessa análise espacial<sup>19</sup>, não se observa a presença de aglomerados em Londrina. No entanto, segundo Câmara, Souza e Oliveira (2006), a atividade de Confecções destaca-se no Paraná, principalmente no Norte e Noroeste do Estado, nos municípios de Londrina (inclusive), Apucarana, Maringá e em Cianorte, regiões que formam o chamado “Corredor da Moda”, representando, em 2004, 35% do número de estabelecimentos do setor de confecções em todo o estado, o que evidenciou a importância dos quatro municípios frente o referido setor.

O trabalho do IPEA (2006) identificou 11 APL's do setor de confecções<sup>20</sup> no Estado. No que se refere ao desenvolvimento desses APL's, destaca-se o município de Apucarana, visto que é o único classificado como NDS, seguido pelos municípios de Capanema, Goierê e Wenceslau Braz, os quais são VDL. No que tange ao número de estabelecimentos destacou-se os municípios de Maringá e Cianorte, com 630 e 511 estabelecimentos, respectivamente, ambos tidos como VA, nos demais municípios os APL's foram considerados embriões. Cabe ressaltar que no município de Londrina, como na

<sup>19</sup> Dois fatores alicerçam o procedimento metodológico, proximidade geográfica e concentração setorial, combinados por Análise Espacial de Concentração. O primeiro via Análise Exploratória de Dados Espaciais e o segundo, construção do Índice de Concentração normalizado.

<sup>20</sup> Considerou-se a CNAE 18 (2 dígitos).

pesquisa de Rodrigues et. al. (2009), também não foi encontrado nenhum APL no setor (Tabela 4).

**Tabela 4** – APL's do setor de Confeccões identificados no Paraná de acordo com seu desenvolvimento – 2004

<i>Município</i>	<i>Nº estabelecimentos</i>	<i>Classificação</i>
Apucarana	332	NDS
Capanema	28	VDL
Goierê	14	VDL
Wenceslau Braz	37	VDL
Cianorte	511	VA
Maringá	630	VA
Astorga	120	E
Francisco Beltrão	89	E
Pato Branco	14	E
Toledo	175	E
Umuarama	213	E

**Fonte:** Elaboração própria a partir de (IPEA, 2006).

Souza; Câmara; APEX (2006) identificaram o APL de confecções da região de Londrina<sup>21</sup> e analisaram o desenvolvimento do referido APL a partir de um estudo de campo no município de Londrina elaborado em 2005. Foi constatado que havia uma aglomeração do setor no local, cujo ambiente mostrou-se bastante desenvolvido na época, no que se refere a infraestrutura e a presença de instituições de apoio e de ensino. No entanto, as relações entre as empresas do APL e tais instituições mostraram-se pouco desenvolvidas.

Segundo o IPARDES (2003a, p. 54), na região de Apucarana<sup>22</sup> “os segmentos que mais empregam são: confecções de bonés (11,86% do total da região), couro (6,59%), derivados do milho (5,67) e uniformes e vestuário de segurança (4,51% da mão de obra regional)”.

Em Apucarana destaca-se a de confecção de bonés e a de confecção de uniformes e vestuário de segurança. Todavia, o segmento de bonés concentra um número significativo de estabelecimentos, tornando o APL referência nacional, concentrando em 2005 mais de 80% da produção de bonés do País, o que tornou município de Apucarana conhecido como a “Capital Nacional do Boné” (IPARDES, 2006a).

Em Campos, Trintin e Vidigal (2009, p.9) é visto que o município de Apucarana:

<sup>21</sup> A região de Londrina engloba os municípios de Londrina e Cambé.

<sup>22</sup> A região de Apucarana engloba os municípios de Apucarana, Jandaia do Sul, Cambira, Califórnia e Mandaguari

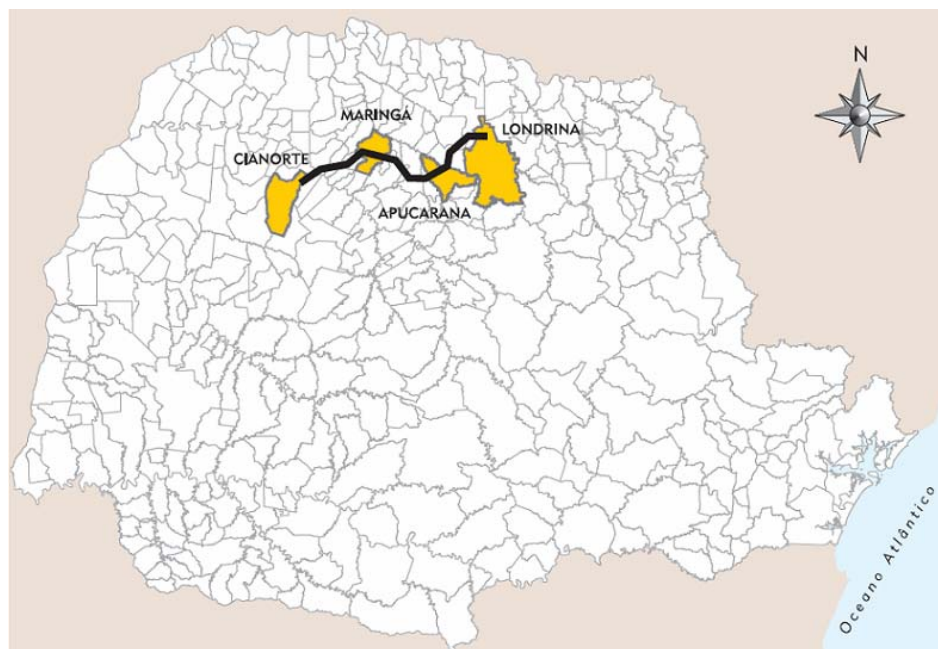
Em 2007 contava com uma população de aproximadamente 115.323 habitantes. Os principais setores de atividade geradores de produto dessa região atualmente são os de serviços (47,5%) e da indústria (43,0%). O APL de Apucarana concentra-se na produção de bonés, sendo responsável por mais de 80% da produção nacional. Já as aglomerações de Maringá e Cianorte são especializadas na produção de confecção em *jeans* e moda.

De acordo com o exposto verifica-se que no município de Apucarana o setor de confecções destaca-se na produção de bonés, diferente dos municípios de Londrina, Maringá e Cianorte, nos quais predomina a confecção de jeans e modinha. Por esse motivo, optou-se por retirar Apucarana do objeto de estudo, acreditando que não haja interação devido à heterogeneidade dos produtos e a diferenciação na dinâmica produtiva.

### 2.3 APL'S DE CONFECÇÕES NO “CORREDOR DA MODA”

De acordo com Câmara, Souza e Oliveira (2006, p. 39), “foi Carreira (2001) que realizou o primeiro estudo, caracterizando o “Corredor da Moda” do Paraná, o eixo Londrina-Apucarana-Maringá-Cianorte”, conforme ilustra a figura 2.

**Figura 2** – Mapa dos APL's do Corredor da Moda.



**Fonte:** Câmara; Souza; Oliveira (2006).

Segundo Vezozzo, Correia e Leite (2004, p.11), Londrina foi aos poucos adquirindo o perfil de uma região voltada ao setor têxtil, “obtendo força devido ao fato de a cidade ser grande produtora de algodão, além de possuir produtores de bicho-da-seda”.

Vale destacar que o APL de Confeccões de Londrina engloba também o município de Cambé. Segundo Arbex (2005), “o setor de vestuário na região Londrina-Cambé é considerado uma aglomeração tradicional em ambiente propício à inovação, devido à boa estrutura física e institucional presente na região”. A especialização produtiva do setor na região de Londrina foi constatada por meio do cálculo do quociente locacional, o qual foi pontuado em 1,39 em 2000, segundo estudo do IPARDES (2003) apud Arbex (2005).

O APL de Londrina era composto por 496 estabelecimentos e representava 16,2% do emprego paranaense em 2004. No que tange à participação do segmento no total do VAF industrial da região, nota-se um expressivo crescimento, passando de 2,9% em 2000 para 3,2% em 2004. A mão de obra ocupada no setor de confeccões também apresentou crescimento de 30,2% no período 2000-2004, passando de 5.315 trabalhadores para 6.920 (OLIVEIRA; CAMARA; BAPTISTA, 2007).

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com a orientação técnico-metodológica dos professores Wilson Suzigan (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), João Furtado (Universidade de São Paulo - USP) e Renato de Castro Garcia (USP), elaboraram e implementaram o Projeto “Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APL’s) do Estado do Paraná”. Na etapa 2 desse estudo observou-se, no que tange os APL’s de confeccões, a identificação de Cianorte como um VDL, Apucarana como um núcleo de NDS e Maringá como um VA. Apesar desse trabalho não ter constatado o APL de confeccões de Londrina, pode-se verificar nas referências a presença deste como uma região em desenvolvimento. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – Curitiba: IPARDES, 2005).

Na etapa 3 desse mesmo trabalho constatou-se a representativa participação do APL de confeccões de Maringá. Este foi responsável por 6% do faturamento da atividade industrial no município de Maringá e por 25% da participação no emprego industrial regional. (Etapa 3-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – Curitiba: IPARDES, 2005).

Segundo pesquisa do IPARDES (2006b), o APL de Maringá é formado por dez municípios, sendo esses: Ângulo, Astorga, Floresta, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi com a dinâmica determinada pelo Município de Maringá. Este APL é formado por 524 estabelecimentos, os quais empregavam em 2004 aproximadamente 6.080 trabalhadores, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

O município de Maringá possuía uma população de 357.117 habitantes em 2010, o que o denomina o terceiro município mais populoso do Estado. Seu território consiste em uma área de 487,930 km<sup>2</sup>, com uma boa infraestrutura de transportes, com rodovias e grande estrutura ferroviária. Esta infraestrutura proporciona ao município vantagens em relação à aquisição de matérias-primas entre outros insumos e mesmo na potencialização do comércio de mercadorias (TRINTIN; GONÇALVES, 2011).

Segundo Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), a região de Maringá<sup>23</sup> é considerada o segundo maior polo confeccionista do país, perdendo apenas para São Paulo. Resultado de sua estrutura composta de seis *shoppings* de pronta-entrega, com cerca de 540 lojas, sendo que 90% delas com produção própria. A região recebe 20 mil compradores por mês vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sul de Goiás e Triângulo Mineiro.

Em Maringá constatou-se maior representatividade no que se refere ao número de empregos e estabelecimentos na classe CNAE 18120<sup>24</sup>, com 5772 empregos em 2004, gerados por meio de 494 estabelecimentos; no entanto são as classes CNAE 18112<sup>25</sup> e CNAE 18139<sup>26</sup> que apresentam os melhores QL, com 2,99 e 2,86, respectivamente (Tabela 5).

**Tabela 5** – APL's de Confecções do município de Maringá de acordo com a Classificação CNAE, Emprego, QL e Estabelecimentos – 2004

<i>Classe CNAE</i>	<i>Nº Empregos</i>	<i>Nº Estabelecimentos</i>	<i>QL</i>
18112	1.125	75	2,99
18120	5.772	494	2,31
18139	225	16	2,86
18210	373	45	1,45

**Fonte:** Elaboração própria a partir de (IPEA, 2006).

De acordo com Campos, Trintin e Vidigal (2009), a atividade de confecções é uma das atividades industriais mais importantes no município de Maringá, com 502 estabelecimentos (29,5%), à frente da indústria de móveis (10%) e de produtos alimentícios e bebidas (11,3%). O setor também representa o que mais emprega no município, com 5.514 trabalhadores. O único setor que possui número de trabalhadores superior ao do setor de

<sup>23</sup> Na região de Maringá os municípios considerados são: Ângulo, Astorga, Floresta, Iguaçu, Mandaguçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi.

<sup>24</sup> CNAE 18120 – Confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes.

<sup>25</sup> CNAE 18112 – Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes.

<sup>26</sup> CNAE 18139 – Confecção de roupas profissionais.

confeccões é o de fabricação de produtos alimentícios e bebidas com 6.986 trabalhadores, em 2006.

Maringá tem expressiva participação no Produto Interno Bruto do Estado, colocado entre os seis municípios mais representativos do estado, sendo esses: Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, Londrina, Paranaguá e Maringá. De acordo com os autores, isto se deve ao desenvolvimento de seu setor industrial, mas também ao agronegócio que é muito desenvolvido na região.

Em relação à geração de emprego e número de estabelecimentos, em comparação com os demais setores da economia, o setor confeccões representou 25% dos empregos gerados pelo setor industrial e 35% da renda do setor no estado no ano de 2008. Estima-se que o setor de confeccões de Maringá e região produzam em torno de 7 milhões de peças por mês e com arrecadação de aproximadamente 100 milhões de reais (TRINTIN; GONÇALVES, 2011).

O Arranjo Produtivo de Confeccões de Maringá é composto na sua maior parte por micro e pequenas empresas (98,4%), enquanto as demais são de médio porte, não apresentando nenhuma empresa de grande porte (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009).

Segundo Trintin e Gonçalves (2011), o fato de as empresas estarem organizadas em APL potencializa a sua capacidade competitiva, por meio de acesso a cursos e treinamentos de funcionários e pequenos empresários, que os capacita em termos de gestão e produção. Alguns programas podem ser citados como: (i) Programa Extensão Tecnológica Empresarial do programa estadual Universidade Sem Fronteiras que foi criado para oferecer suporte técnico e científico aos empresários paranaenses; (ii) Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), que conta com a parceria da APEX – Brasil e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Universidade Estadual de Maringá – UEM, e o SINDVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá e Região), o qual atendeu na região de Maringá, no ano de 2009, 226 (duzentas e vinte e seis) empresas, principalmente pequenas e médias.

De acordo com Campos, Trintin e Vidigal (2009), as instituições locais vêm estabelecendo relação direta com a atividade, sendo o SINDVEST, o SENAI e o SEBRAE, as que apresentam maior envolvimento com a atividade, além dessas destacam-se a Universidade Estadual de Maringá, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), com vínculos moderados.

No entanto, Campos e Callefi (2009, p.96) destacam que apesar dos esforços das instituições, se faz necessário uma melhor conscientização dos empresários locais, principalmente no que se refere às relações entre as empresas, a fim de obter melhores resultados no apoio aos APL's.

No **APL de Maringá**, poucas empresas mantêm algum tipo de relação com outras. Isso, quando ocorre, é por meio de empréstimos de aviamentos. Com respeito à inovação tecnológica, a minoria dos empresários atualiza suas informações sobre avanços de novos produtos com outros empresários ou por meio de visitas a outras empresas. Pode-se constatar que há necessidade de melhorar a relação entre os empresários do APL, pois existem alguns que têm a preocupação quanto à prática de concorrência desleal, fechando suas portas para outros empresários, reduzindo, assim, o fluxo de conhecimento na atividade. Quanto à relação multilateral, verifica-se o mesmo comportamento, ou seja, apesar da existência do Sindicato da Indústria do Vestuário - SINDVEST, os empresários não estão usufruindo de todos os benefícios oferecidos, devido a um certo grau de insatisfação com os serviços prestados pelo Sindicato.

A indústria de Confecções de Cianorte abrange os municípios de: Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tuneira do Oeste, Nova Olímpia, Tapira e Terra Boa, sendo Cianorte o centro de referência do APL.

Maia (1995) constatou que o município de Cianorte começou a se destacar por sua indústria de confecções, já no início da década de 90, alcançando altos níveis de qualidade e produtividade, atividade esta que se tornou a principal fonte de renda e geração de emprego no município.

Em IPEA (2006) é visto que em Cianorte o setor é composto pelas classes CNAE 18112 e 18120, a primeira evidencia o maior QL, com 4,42, enquanto que a segunda possui maior representatividade no que se refere ao número de empregos e estabelecimentos, com 4.863 e 474, respectivamente (Tabela 6).

**Tabela 6** – APL's de Confecções do município de Cianorte de acordo com a Classificação CNAE, Emprego, QL e Estabelecimentos – 2004

<i>Classe CNAE</i>	<i>Nº Empregos</i>	<i>Nº Estabelecimentos</i>	<i>QL</i>
18112	747	37	4,42
18120	4.863	474	4,34

**Fonte:** Elaboração própria a partir de (IPEA, 2006).

No trabalho de Campos e Paula (2008) foi observado que o setor de confecções da microrregião de Cianorte, a qual é composta pelos municípios do APL de Cianorte, exceto Tapira e Nova Olímpia, ocupava a segunda colocação, com 14,1% da

participação relativa em relação ao número de estabelecimentos, segundo dados da RAIS do ano de 2004. Ao analisar os dados do município de Cianorte, observa-se a representação desta atividade em 24,5% do total das demais desenvolvidas no município. O setor de confecções em 2004 possuía 440 estabelecimentos, os quais geraram 3.700 empregos na microrregião.

Segundo Campos e Callefi (2009), o APL de Cianorte apresenta um número bastante reduzido de empresas que estabelece algum tipo de relação cooperativa, considerado uma falha ao não explorar as potencialidades da aglomeração espacial, como a negociação de preços com fornecedores ou a criação de um polo de desenvolvimento tecnológico para o setor. Os autores destacam o processo de comercialização, intermediado pela Associação dos Lojistas Atacadistas de Moda de Cianorte – ASAMODA, responsável pelo contato dos compradores com o mercado atacadista, por meio de uma estrutura de guias de compras distribuídos no território nacional. No entanto, Campos e Callefi (2009) ressaltam que o grau de participação ganhou maior relevância após o início da mobilização da Rede-APL, indicando o fortalecimento das relações entre empresas e instituições nos últimos anos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descreve-se a metodologia utilizada no presente estudo, tendo por base a pesquisa descritiva, explanatória com o levantamento de informações primárias e secundárias.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira refere-se à caracterização do setor de confecções por meio de dados secundários obtidos a partir do Banco de Dados do Estado, disponível no *site* do IPARDES, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Sistema FIRJAN. A segunda etapa do estudo refere-se à pesquisa de campo nas empresas dos principais municípios dos APL's de Confecções da região norte e noroeste do Paraná, além de entrevistas aplicadas às instituições de apoio.

Foram analisados os Arranjos Produtivos Locais de Confecções do Paraná, com destaque para as regiões de Londrina, Maringá e Cianorte, que caracterizam o chamado “Corredor da Moda”. Os municípios que compõem essas regiões são os seguintes: Ângulo, Astorga, Floresta, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu, Sarandi, Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tuneira do Oeste, Nova Olímpia, Tapira, Terra Boa, Londrina, Cambé. Portanto, são vinte e seis os municípios que englobam as regiões de estudo.

Ao analisar o número de estabelecimentos, constatou-se que os municípios mais representativos dos APL's de Confecções no Estado são Cianorte, Londrina e Maringá, conforme mostra a Tabela 7. Dessa forma, optou-se por esses municípios para a análise regional.

**Tabela 7** – Número de estabelecimentos por APL e por municípios com maior representatividade nos APL's de Confecções do Paraná, nos anos de 1996, 2000, 2005 e 2010

Nº Estabelecimentos \ Ano	<i>Cianorte</i>				<i>Londrina</i>				<i>Maringá</i>			
	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010
APL	181	390	597	676	284	307	365	444	329	477	784	910
Município Principal no APL	149	315	473	501	240	256	304	368	271	368	569	617
Demais Municípios no APL	32	75	124	175	44	51	61	76	58	109	215	293
Participação do Município Principal no APL	82,3	80,8	79,2	74,1	84,5	83,4	83,3	82,9	82,4	77,1	72,6	67,8

**Fonte:** Elaboração própria, a partir do Banco de dados do IPARDES.

### 3.1 BASE DE DADOS

A base de dados será composta por dados primários e secundários. Os dados primários serão obtidos por meio de pesquisa de campo nas empresas e instituições de apoio, detalhados na próxima seção. Quanto aos dados secundários, estes serão obtidos a partir do Banco de Dados do Estado, disponível no *site* do IPARDES, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Sistema FIRJAN, sendo que o banco de dados do IPARDES utiliza a RAIS.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a RAIS é um importante instrumento de coleta de dados, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Objetiva o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no País, provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

As variáveis analisadas referem-se ao Produto Interno Bruto, Valor Adicionado Fiscal do setor com base na classificação CNAE 1.0, divisão 14 e CNAE 2.0, divisão 18 e Rendimento médio, a preços reais. Também foi utilizado o número de estabelecimentos, o número de postos de trabalho dos APL's dos anos de 1995 a 2010 e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Para a análise do montante de emprego gerado nos APL's, inicialmente observou-se o conjunto dos setores econômicos, sendo esses classificados de acordo com o IBGE (Apêndice 1). A população estimada por interpolação intercensitária elaborada pelo próprio IPARDES foi utilizada como parâmetro das pessoas em idade de trabalhar.

Na literatura sobre o mercado de trabalho, observa-se que a população em idade de trabalhar é representada pela população economicamente ativa (PEA)<sup>27</sup> que é composta por indivíduos com 10 ou mais anos de idade.

No entanto, sabe-se que a Constituição Federal estabelece no artigo 7º, inciso XXXIII a "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito

---

<sup>27</sup>**População Economicamente Ativa (PEA):** compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. **População Ocupada:** aquelas pessoas que trabalham, incluindo: Empregados - pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se entre as pessoas empregadas aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada. Conta Própria - aqueles que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício e não têm empregados. Empregadores - aqueles que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com um ou mais empregados. Não Remunerados - pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, ajudando a um membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou ajudando a instituições religiosas, beneficentes ou cooperativas, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. **População Desocupada:** pessoas que não têm trabalho, mas estão dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomam alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos". E por força da Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/1998, a idade mínima para o menor poder trabalhar elevou-se para dezesseis anos de idade. Também se sabe que a Lei de Benefícios Previdenciários (L. 8.213/91) determina que, para se auferir aposentadoria por idade pelo Regime Geral da Previdência Social, é necessário que o segurado preencha, concomitantemente, dois requisitos fundamentais: (i) a idade mínima (65 anos para homem e 60 anos para mulher se forem da área urbana e 60 para homem e 55 para mulher se forem da área rural); (ii) carência, ou seja, ter o beneficiário contribuído durante 15 anos (180 contribuições). Dessa forma, a escolha das faixas etárias mais adequadas para análise, dentre as disponíveis pelo IPARDES, foram de 15 até 59 anos de idade (Apêndice 2).

A população estimada foi utilizada para mensurar a absorção de mão de obra do setor de confecções, ou seja, o número de trabalhadores empregados no setor em relação ao total da população em idade de trabalhar.

### 3.2 PESQUISA DE CAMPO

A segunda etapa do estudo refere-se à pesquisa de campo dos principais municípios dos APL's de Confecções da região norte e noroeste do Paraná. A pesquisa de campo caracteriza-se por ser um levantamento de dados primários. Estes, foram obtidos por meio da utilização de um formulário (Apêndice 3), a fim de registrar a dinâmica do setor de confecções no "Corredor da Moda" no período de 1995 a 2010.

A escolha da pesquisa de levantamento se deu em razão de algumas vantagens oferecidas como: (i) conhecimento direto da realidade, à medida que são as próprias empresas e instituições investigadas; (ii) economia e rapidez, pois o questionário possibilita a obtenção de grande quantidade de dados em pequeno espaço de tempo e com baixo custo, devido ao tamanho da amostra que totalizou 84 empresas.

O presente estudo adotou tanto a abordagem pessoal, utilizada para a aplicação dos formulários nas instituições como a abordagem por correio eletrônico (e-mail), utilizada para aplicação dos questionários nas empresas. O município de Londrina foi considerado como pré-teste ou piloto na aplicação dos questionários, o que possibilitou a verificação de que a abordagem por correio eletrônico não era a mais adequada, visto que não se obteve sucesso, sendo necessário aplicar a abordagem pessoal também nas empresas.

As questões direcionadas às empresas foram baseadas na pesquisa do IPARDES - Etapa 3 (2005). Estas foram adaptadas reduzidas e simplificadas para verificar a dinâmica do setor de confecções no “Corredor da Moda”. Desse modo, o questionário aborda:

- Caracterização da empresa (ano de fundação, localização, propriedade do capital, tipo de gestão);
- Mão de obra (número de empregados – formais e informais, especializados, segmentação por gênero, fornecimento de qualificação e capacitação);
- Relações de subcontratação (atuação como subcontratante ou subcontratada no próprio município e fora deste);
- Estrutura produtiva e de comercialização (capacidade instalada, destino das vendas, faturamento);
- Relações interempresariais (cooperação com outros fabricantes);
- Cooperação multilateral (associação a entidades de classe, participação de iniciativas coletivas, programas de apoio);
- Financiamento (investimento em expansão/modernização, benefícios fiscais).

O formulário (Apêndice 4) aplicado nas entrevistas das instituições foi baseado no roteiro utilizado pelo IPARDES (2005) e reduzido para investigar a inter-relação entre os APL's e as instituições. Nele, são abordadas questões sobre: (i) serviços prestados às empresas locais; (ii) interação com as empresas locais; (iii) interação entre os APLs.

As instituições entrevistadas foram as seguintes: em Cianorte (UNIPAR, SINVESTE, PMC, SEBRAE, ASCONVEST, UEM); em Londrina (SIVEPAR, UEL, PML, SEBRAE, SENAI); e em Maringá (SINDVEST, PMM, SEBRAE; CESUMAR).

As instituições de ensino entrevistadas foram selecionados devido à oferta do curso de moda no município. A UEM dispõe desse curso apenas no campus de Cianorte, o que resultou na ausência dessa instituição no município de Maringá. Cabe ressaltar que a inexistência desse curso no município não representa a não atuação da instituição no setor, visto que essa é executora do Projeto PEIEX<sup>28</sup>, juntamente com a Fundação Auracária.

---

<sup>28</sup> O Projeto PEIEX será abordado no capítulo 5, na seção das instituições.

### 3.3 AMOSTRA

Para a aplicação do questionário, foi realizado um levantamento por amostragem, cuja população é composta por indústrias do setor de confecções localizadas em Cianorte, Londrina e Maringá registrados no cadastro do SINVESTE, SIVEPAR E SINDVEST, respectivamente, totalizando 662 empresas. Cabe ressaltar que a população não reflete o universo, visto que essa representa apenas as empresas sindicalizadas.

O cadastro do Sindicato de Cianorte teve sua última atualização em dezembro de 2010, nele estão registradas 541 empresas. Destas, 219 empresas são de outros municípios do APL, quatro empresas então com o CNPJ não atualizado e quatro com o CNPJ não preenchido pelo sindicato. Assim, o universo de empresas de Cianorte é composto por 314 empresas; e o de Londrina por 237 empresas.

O cadastro do Sindicato de Maringá é composto por 154 empresas, sendo 43 delas de outros municípios do APL; desta forma o universo de empresas de Maringá é composto por 111 empresas.

Considerando uma margem de erro de 20%, o cálculo da amostra foi realizado da seguinte maneira, de acordo com Dutra, Souza e Félix *et al* (2003):

$$N_0 = Z^2 * \frac{p(1-p)}{D} \quad (1)$$

$$n = \frac{N_0}{1 + \frac{N_0}{N}} \quad (2)$$

Onde:

- $N_0$  = Número dimensionado
- $Z$  = Distribuição normal (1,96)
- $P$  = probabilidade (0,50)
- $D$  = margem de erro escolhida
- $n$  = tamanho da amostra
- $N$  = Tamanho da população

Assim, a amostra é composta por: Londrina (22), Maringá (20), e Cianorte (23)<sup>29</sup>, totalizando uma amostra de 65 empresas. Cabe ressaltar que a amostra não deve ser considerada estatística, visto que a margem de erro considerada (20%) supera o percentual adequado (10%).

---

<sup>29</sup> A apresentação dos municípios nessa ordem considerou a sequência de aplicação dos questionários.

A seleção das empresas para a formação da amostra não se deu de forma aleatória. Optou-se pela amostragem por julgamento e conveniência. Por julgamento visto que, segundo com Bêrni (2002) as unidades selecionadas para a investigação atendem a critérios de ordem prática. Neste caso, as empresas foram selecionadas considerando o ano de fundação e o porte das empresas (micro, pequena e média). E por conveniência devido a margem de erro considerada ser superior a 5%, o qual representa o percentual máximo de erro utilizados usualmente nas pesquisas sociais.

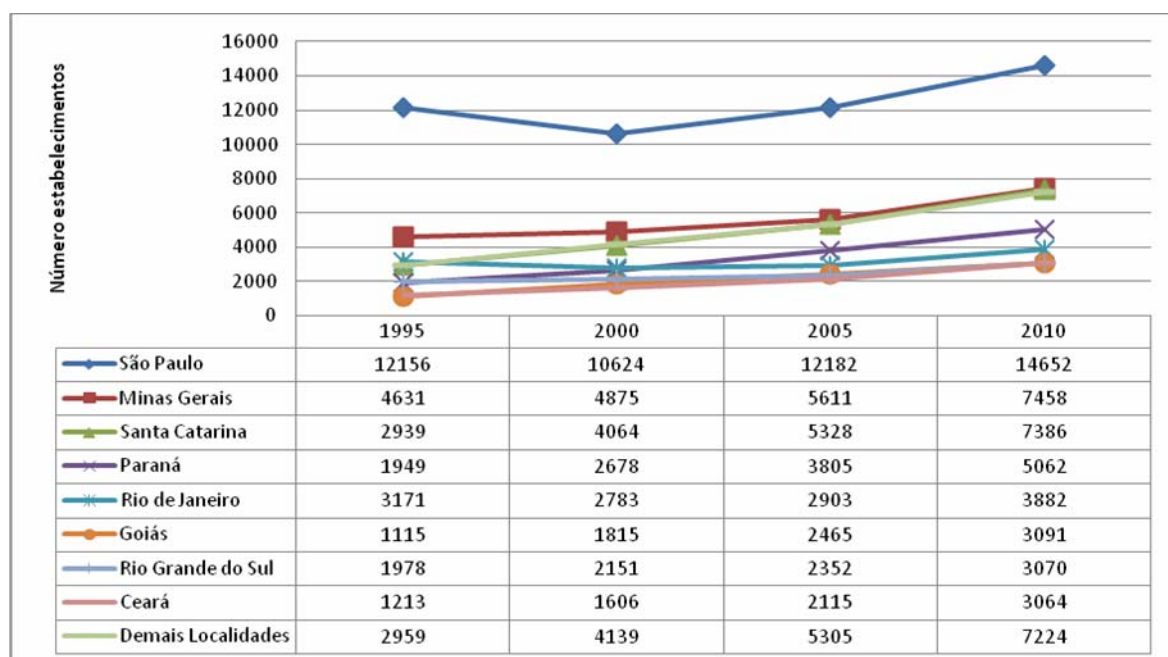
A presente pesquisa utiliza tanto o método quantitativo quanto o qualitativo para efetuar a análise dos resultados. A quantificação é elaborada por meio de cálculos de frequência, percentual, média e segmentação por porte das empresas. O objetivo é proporcionar uma sistematização e exposição clara de resultados obtidos no que tange a dinâmica dos APL's do "Corredor da Moda" no período de 1995 a 2010. Na análise qualitativa, relacionam-se os conceitos levantados na revisão da literatura com as características e comportamentos observados na pesquisa de campo, por meio dos formulários e questionários.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DOS APL'S DO “CORREDOR DA MODA”

Nesse capítulo busca-se apresentar e examinar a configuração dos APL's do “Corredor da Moda”. De forma específica, procura-se observar a trajetória das variáveis PIB, VAF, rendimento médio, número de estabelecimentos, número de postos de trabalho, absorção de mão de obra e IFDM.

O comportamento do número de estabelecimentos evidencia que o Estado do Paraná vem ao longo do tempo se consolidando como importante polo na indústria confeccionista nacional. Observam-se, desde 1995, crescentes elevações nesta atividade do Estado. Havia naquele ano 1.949 estabelecimentos do setor no Paraná; em 2010, o Paraná já possuía 5.062 estabelecimentos contribuindo na geração de emprego do setor. Ao longo desse período, o Estado ultrapassou importantes produtores como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, passando de sexto lugar em 1995 para quarto lugar em 2010 (Gráfico 3).

**Gráfico 3** – Número de estabelecimentos do setor de Confecções, por unidades da federação – 1995, 2000, 2005 e 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS/MTE.

O crescimento no número de estabelecimentos em todos os Estados é resultado de um movimento de desconcentração no setor. Essa desconcentração foi influenciada pela abertura de mercado, a qual levou a necessidade das empresas se tornarem

mais competitivas (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009a; OLIVEIRA; CAMARA; BAPTISTA, 2007).

Ao examinar a participação do número de estabelecimentos dos municípios que compõem o “Corredor da Moda” no Estado, verifica-se que apesar do aumento no número de estabelecimentos nos três municípios durante todo o período, o APL Corredor da Moda tem diminuído a sua participação no total de estabelecimentos do setor no Estado, visto que em 1995 o APL representava 30,06% do total de estabelecimentos do Estado, passando para 25,43% no ano de 2010, dado esse que corrobora a desconcentração do setor, indicando uma maior pulverização da atividade no Estado. (Tabela 8)

**Tabela 8** – Participação do número de estabelecimentos do setor de confecções nos municípios do Estado – 1995, 2000, 2005 e 2010

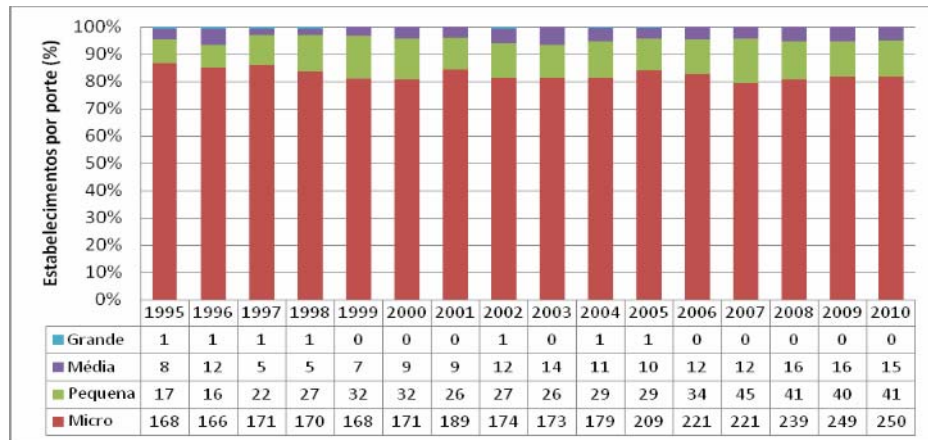
<i>Municípios</i>	<b>1995</b>	<i>(%)</i>	<b>2000</b>	<i>(%)</i>	<b>2005</b>	<i>(%)</i>	<b>2010</b>	<i>(%)</i>
<b>Londrina</b>	194	9,95	212	9,48	249	6,54	306	6,05
<b>Maringá</b>	248	12,72	329	12,30	517	13,59	539	10,65
<b>Cianorte</b>	144	7,39	307	11,46	446	11,72	442	8,73
<b>Total</b>	586	30,06	848	33,24	1.212	31,85	1.287	25,43
<b>Paraná</b>	1.949	100,00	2.678	100,00	3.805	100,00	5.062	100,00

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

No que tange ao número de estabelecimentos por porte da empresa verifica-se no município de Londrina a predominância das micro empresas, as quais em 1995 representavam 86,6% do total das empresas do setor. No entanto, existe uma maior participação das empresas de porte médio, visto que em Londrina no ano de 2010 essa representava 4,9% das empresas.

As pequenas e médias empresas tem aumentado sua participação no setor, sendo que em 2010 a representatividade das micro empresas caiu para 81,7%, enquanto as pequenas aumentaram sua participação de 8,8% em 1995 para 13,4% em 2010 e as médias passaram de 4,1% em 1995 para 4,9% em 2010. Cabe ressaltar que nos últimos anos as empresas de porte médio tem perdido representatividade, pois já chegaram a representar 6,6% em 2003, conforme o gráfico 4.

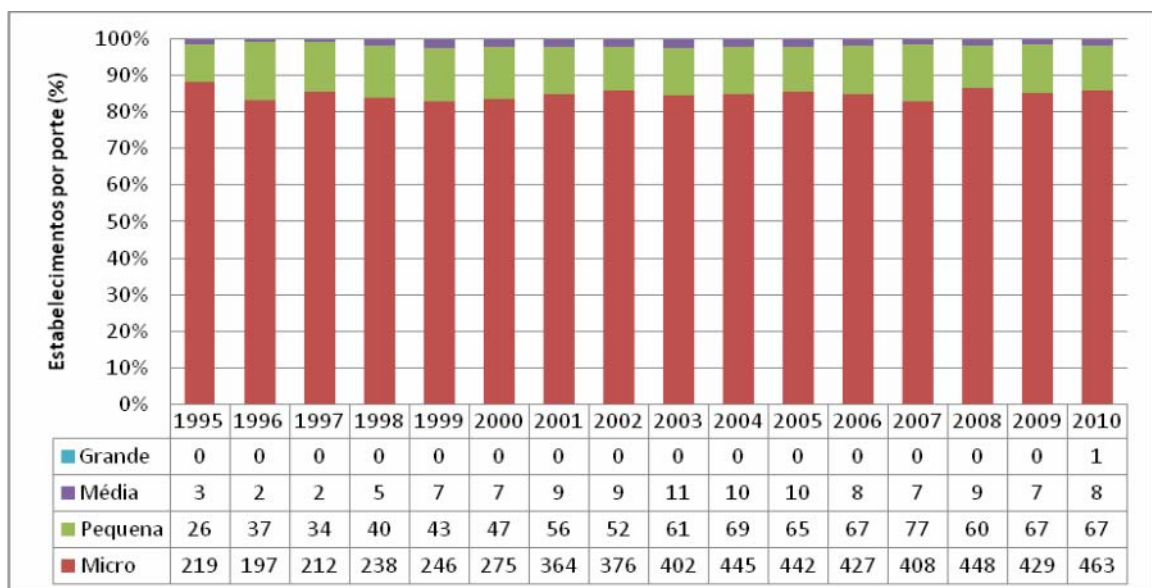
**Gráfico 4** – Número de estabelecimentos por porte do setor de Confecções no Município de Londrina – Período 1995-2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

Em Maringá, verificou-se, no que tange ao número de estabelecimentos por porte da empresa, o mesmo comportamento de Londrina ao longo do período, ou seja, há predominância das micro empresas, as quais em 1995 representavam 88,3% do total das empresas do setor, com crescimento da participação das pequenas e médias empresas, contribuindo para a diminuição das micro empresas que em 2010 para 85,9%, enquanto as pequenas aumentaram sua participação de 10,5% em 1995 para 12,4% em 2010 e as médias passaram de 1,2% em 1995 para 1,5% em 2010, conforme gráfico 5.

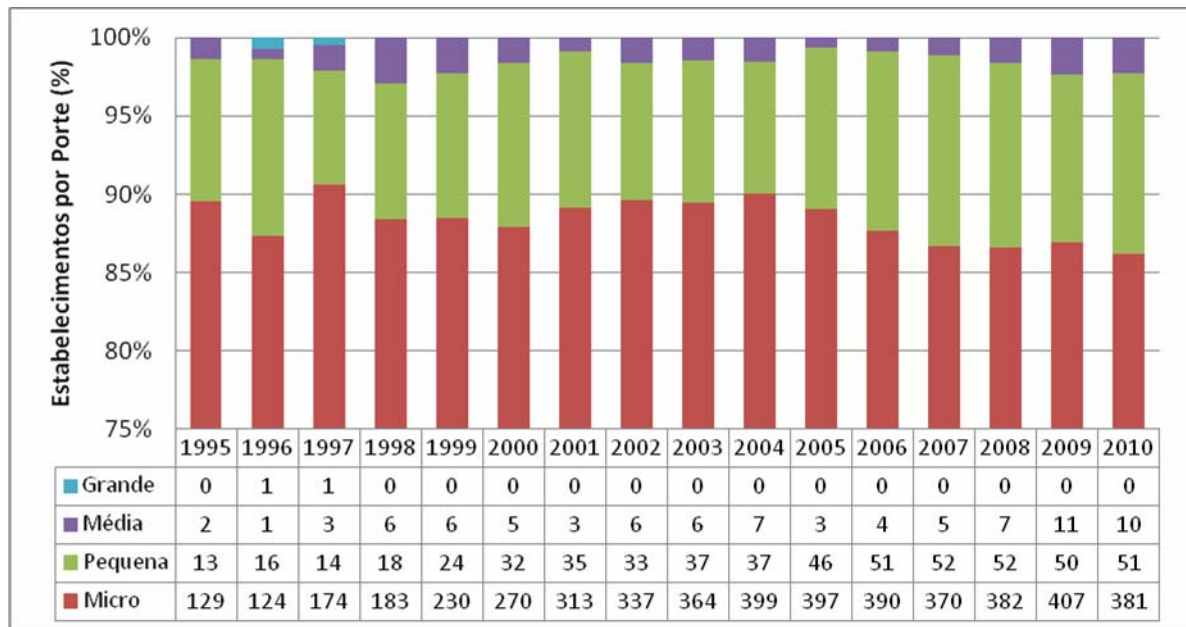
**Gráfico 5**– Número de estabelecimentos por porte do setor de Confecções no Município de Maringá – Período 1995-2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

De forma similar, no município de Cianorte percebe-se que ao longo do período também há predominância das microempresas, as quais em 1995 representavam 89,6% do total das empresas do setor. Como em Londrina e Maringá, as pequenas e médias empresas tem aumentado sua participação no setor, o que mostra o crescimento dessas empresas. Contudo, em 2010 a representatividade das micro empresas caiu para 86,2%, enquanto as pequenas aumentaram sua participação de 9% em 1995 para 11,5% em 2010 e as médias passaram de 1,4% em 1995 para 2,3% em 2010, conforme o gráfico 6.

**Gráfico 6** – Número de estabelecimentos por porte do setor de Confeções no Município de Cianorte – Período 1995-2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

Os dados referentes ao número de estabelecimentos por porte da empresa confirmam a declaração do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2004), de que o setor paranaense de confecção é formado majoritariamente por micro e pequenas empresas.

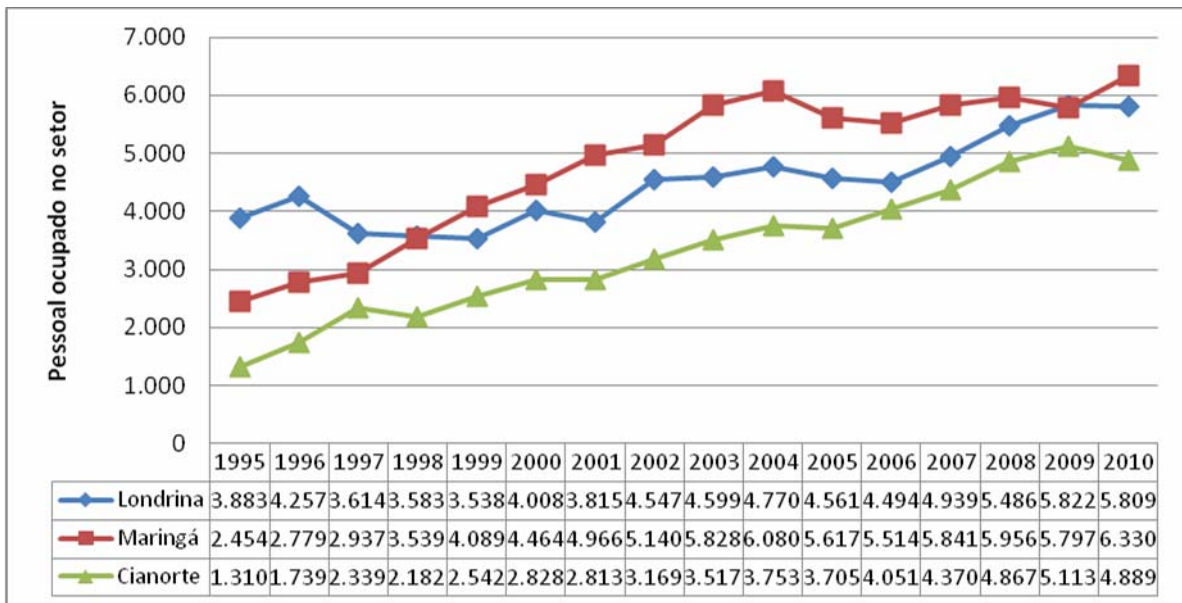
No caso de micro e pequenas empresas considera-se que a aglomeração de empresas amplie suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em relevante fonte geradora de vantagens competitivas, devido a proximidade geográfica dos agentes, incluindo acesso a matérias-primas, equipamentos, mão de obra, entre outros insumos e serviços (MARSHAL, 1982; KRUGMAN, 1998; PORTER, 1999).

No que tange o pessoal ocupado no setor, todos os municípios analisados (Londrina, Maringá e Cianorte) apresentaram um aumento do número de postos de trabalho

formal. Apesar de Cianorte manter-se em último lugar ao longo do período analisado mostrou uma trajetória de contínuo crescimento, exceto no último ano onde houve um decréscimo, de 1.310 vagas ocupadas em 1995 passou para 4.889 em 2010.

O município de Maringá foi o que mais empregou em relação às demais regiões, apresentando crescimento do pessoal ocupado durante todo o período, exceto no ano de 2004/2005. O município saiu de segundo lugar em 1995 com 2.454 postos de trabalho para primeiro lugar com 6.330 em 2010. A região de Londrina foi a que apresentou menor crescimento de postos de trabalho durante o período, saindo de primeiro lugar em 1995 com 3.883 vagas criadas para segundo lugar em 2010 com 5.809 vagas (Gráfico 7).

**Gráfico 7** – Pessoal ocupado do setor de Confecções, nos municípios em estudo – 1995 a 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

Dessa forma, os melhores resultados referentes à trajetória do pessoal ocupado no setor de confecções foram verificados nos municípios de Maringá e Cianorte. Resultado das ações do Poder Público Municipal, que juntamente com as entidades representativas do setor, constatando a evolução rápida do setor confeccionista nesses municípios, buscaram técnicos e instrutores especializados e instalaram na cidade vários cursos visando à especialização da mão de obra, o que contribuiu para o aumento do emprego no setor (IPARDES, 2006c).

No entanto, de forma geral, o “Corredor da Moda” diminuiu sua participação no total de pessoal ocupado do setor no Estado, ao longo do período, visto que

representava 40,98% do total de postos de trabalho gerados no setor no Estado em 1995, diminuindo para 23,19% em 2010 (Tabela 9).

**Tabela 9** – Participação do pessoal ocupado do setor de confecções nos municípios do Estado – 1995, 2000, 2005 e 2010

<i>Municípios</i>	<i>1995</i>	<i>(%)</i>	<i>2000</i>	<i>(%)</i>	<i>2005</i>	<i>(%)</i>	<i>2010</i>	<i>(%)</i>
<b>Londrina</b>	3.883	20,81	4.008	11,57	4.561	8,14	5.809	7,91
<b>Maringá</b>	2.454	13,15	4.464	12,88	5.617	10,03	6.330	8,62
<b>Cianorte</b>	1.310	7,02	2.828	8,16	3.705	6,62	4.889	6,66
<b>Total</b>	7.647	40,98	11.300	32,61	13.883	24,79	17.028	23,19
<b>Paraná</b>	18.661	100,00	34.636	100,00	56.003	100,00	73.408	100,00

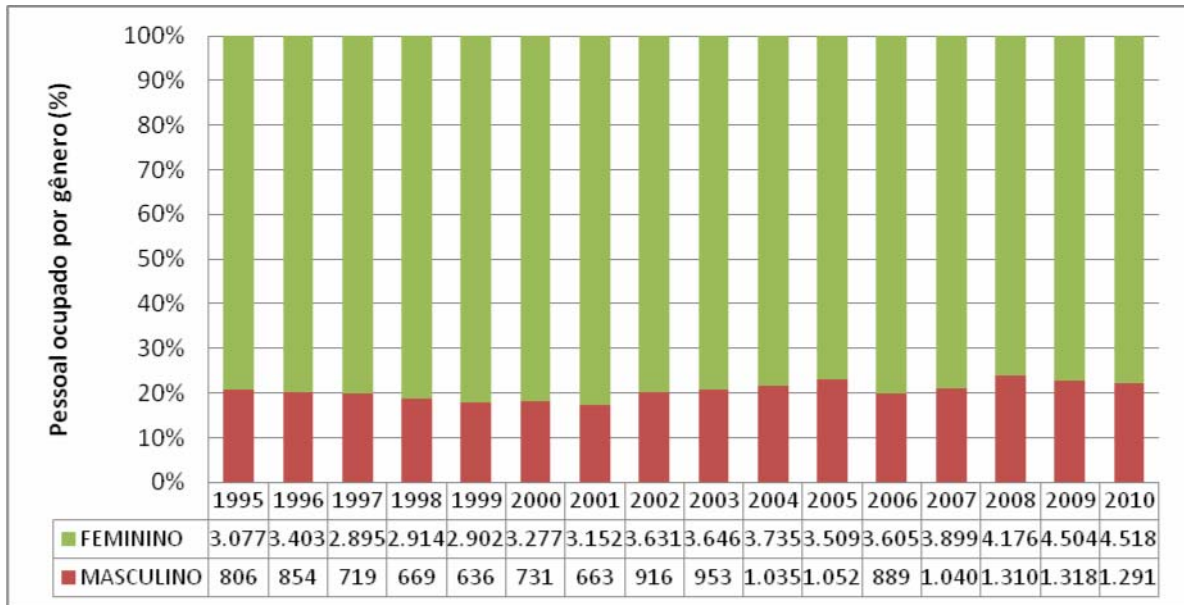
**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS/MTE.

A perda de representatividade do “Corredor da Moda” em relação ao Estado é resultante do surgimento de novas empresas de confecções em outras regiões do Estado. Conforme pode ser visto em Oliveira, Camara e Baptista (2007), a região Sudoeste a partir de 2000 apresenta trajetória de crescimento do setor de confecções.

Ao analisar o pessoal ocupado por gênero, verificou-se no município de Londrina, maior participação da mão de obra feminina. Quanto ao comportamento do gênero masculino, houve oscilações de crescimento e queda da participação durante todo o período.

Primeiramente, nota-se uma diminuição da participação masculina, de 20,8% no ano em 1995 para 17,4% em 2001, posteriormente constata-se um aumento atingindo 23,1% em 2005, mas em 2006 verifica-se novamente uma queda para 19,8%. No ano seguinte, o setor volta a se recuperar, alcançando 23,9% em 2008. Porém, volta a cair nos anos seguintes, todavia mantendo um percentual maior (22,9%) que no início do período (Gráfico 8).

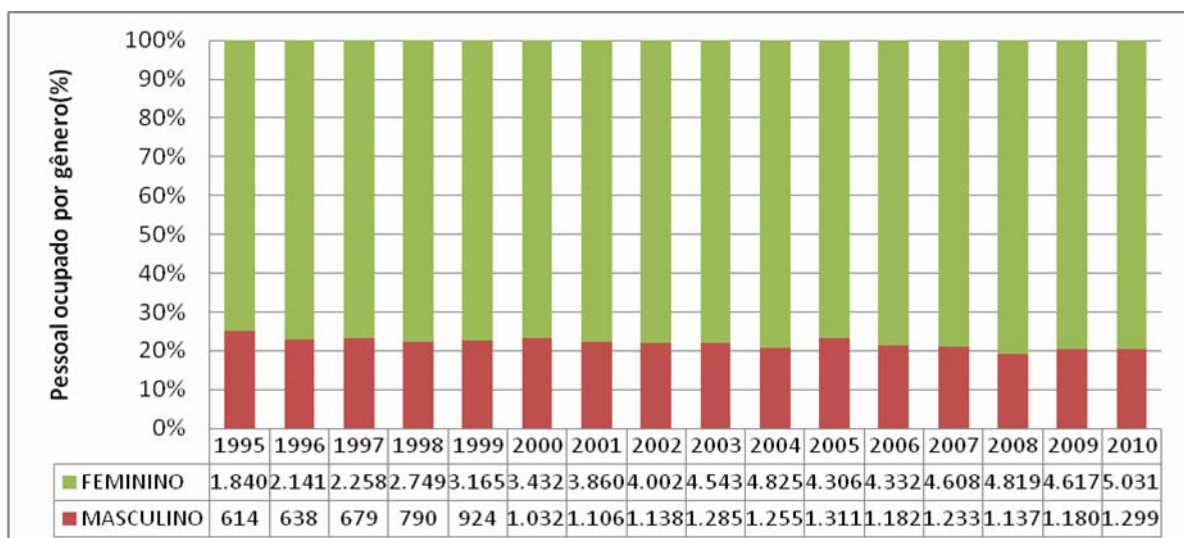
**Gráfico 8** – Pessoal ocupado do setor de Confecções segmentado por gênero no município de Londrina – 1995 à 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

No Município de Maringá a análise do comportamento da participação masculina no setor ao longo do período mostra uma perda de representatividade desse gênero; em 1995 a participação do setor era de 25%, reduzindo para 20,5% no ano de 2010. Semelhante ao município de Londrina, em Maringá é possível verificar períodos de queda e recuperação, no entanto, em nenhum ano os homens conseguiram alcançar a representatividade do ano de 1995 (Gráfico 9).

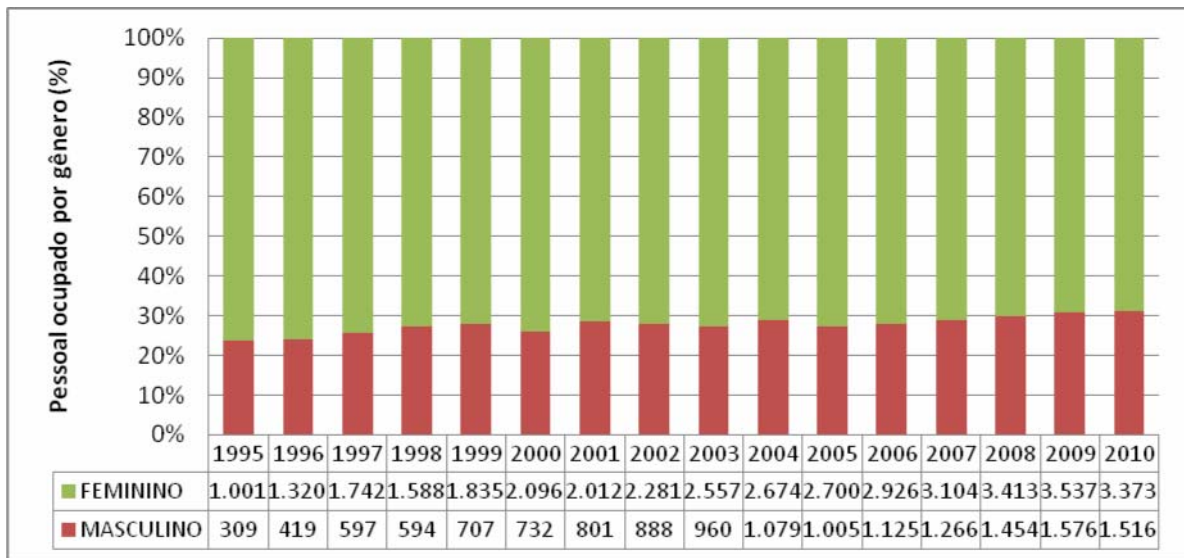
**Gráfico 9** – Pessoal ocupado do setor de Confecções segmentado por gênero no município de Maringá – 1995 à 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

No município de Cianorte também se verificou a predominância da mão de obra feminina, característica do setor de confecções. No entanto, é possível constatar um aumento da participação masculina neste setor, durante o período analisado, visto que no ano de 1995 esta participação representava 23,6% do total de pessoal ocupado, passando para 31% no ano de 2010, com pequenas quedas nos anos de 2000, 2003 e 2005, conforme apresenta o gráfico 10.

**Gráfico 10** – Pessoal ocupado do setor de Confecções segmentado por gênero no município de Cianorte – 1995 à 2010



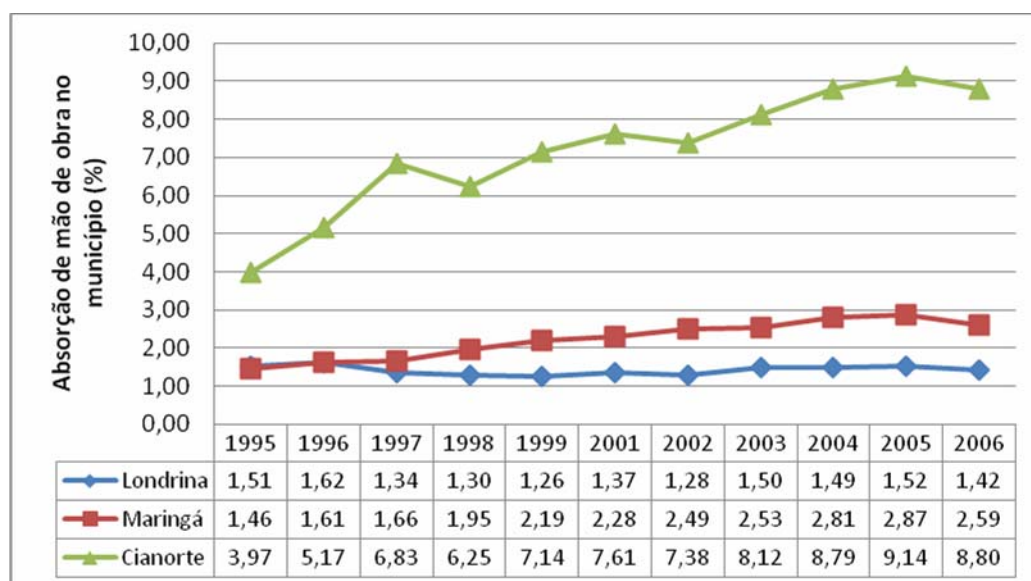
**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

Dessa forma, a segmentação por gênero possibilitou constatar que entre os três municípios analisados, Cianorte é o que possui maior pessoal ocupado masculino tanto em unidades absolutas (1.516) e sua participação no total de mão de obra (31%), segundo dados de 2010.

Os percentuais mais elevados no início da década de 90 são decorrentes do desemprego generalizado, mas a partir de 2000, com a recuperação econômica e criação de empregos, inicia-se o retorno deste contingente para as atividades tradicionais masculinas. Todavia, este fenômeno diferencia-se em cada aglomeração do Estado. Nos municípios de Londrina e Maringá, considerados mais dinâmicos e diversificados economicamente, há alternativas para a mão de obra masculina, visto que a participação dos homens no setor é menos expressiva. Por outro lado, no município de Cianorte, onde existem poucos segmentos industriais, há crescimento da participação masculina no setor de confecções (OLIVEIRA; CAMARA; BAPTISTA, 2007).

Considerando as pessoas em idade para trabalhar e o pessoal ocupado no setor de confecções, verifica-se a absorção de mão de obra desse setor nos municípios analisados. Cianorte e Maringá apresentaram crescimento na absorção de mão de obra; Cianorte passou de 3,97% no ano de 1995 para 8,8% em 2006, enquanto Maringá saiu de 1,46% no ano de 1995 para 2,59% em 2006, ultrapassando Londrina que apresentou queda na absorção de mão de obra, passando de 1,51% em 1995 para 1,42% em 2006 (Gráfico 11).

**Gráfico 11** – Absorção de mão de obra do setor de Confecções no próprio município – 1995 à 2006



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

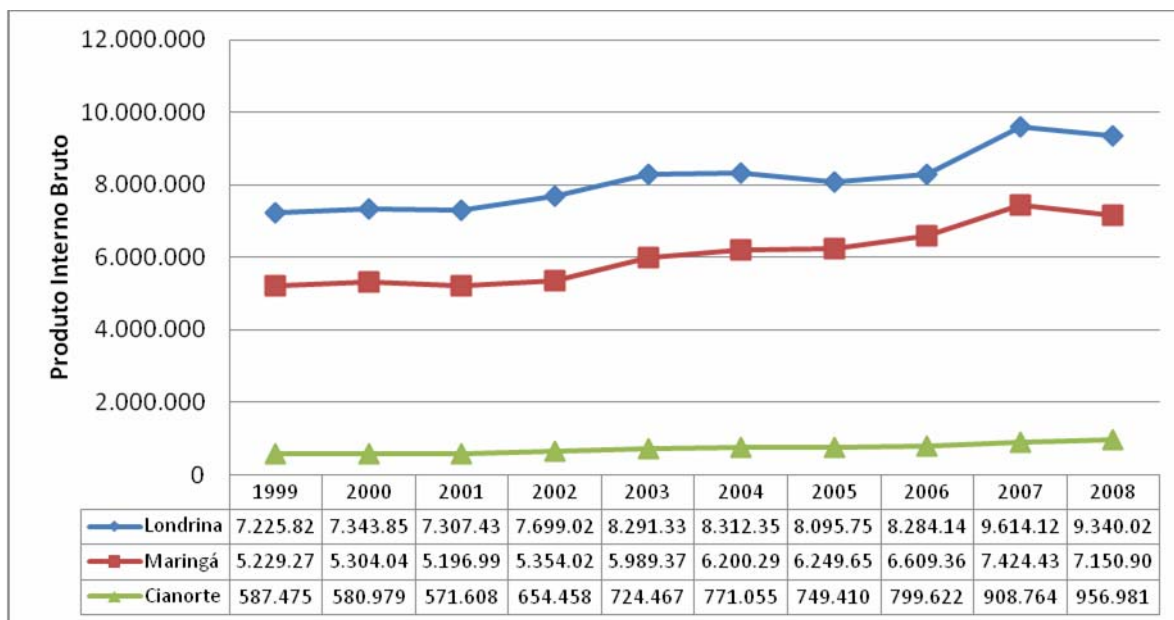
O destaque de Cianorte na absorção de mão de obra é decorrente da transformação ocorrida em seu perfil socioeconômico. “De economia predominantemente rural, o município cresceu muito na atividade industrial, principalmente motivado pela indústria da confecção”. No ano de 2004 a atividade de confecção representava 71% dos estabelecimentos industriais existentes no município<sup>30</sup> (IPARDES, 2006c p. 6).

Ao analisar o Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que o município de Cianorte apresentou queda no período de 1999 à 2001, com recuperação em 2002 e trajetória de crescimento até 2008. Já Londrina e Maringá apresentaram semelhante trajetória, porém com queda mais acentuada de 1999 à 2002, e montantes mais expressivos ao longo do

<sup>30</sup> Cabe ressaltar ainda que não foi possível analisar o período de 2007 a 2010 devido ao fato de não estar disponível no banco de dados do IPARDES a variável utilizada para a população em idade de trabalhar.

período. Cabe ressaltar ainda que, nesse período, o PIB de Cianorte cresceu 63%, o de Maringá cresceu 37% e o de Londrina 29% (Gráfico 12).

**Gráfico 12** – Produto Interno Bruto dos municípios em estudo – 1999 a 2008



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS.

A diminuição do PIB nos dois municípios (Maringá e Cianorte) no período de 1999 a 2001 decorre do processo de abertura comercial na década de 90, o qual estabeleceu uma reestruturação tecnológica e produtiva. Estas transformações tecnológicas impactaram o setor industrial por meio do aumento da competitividade, o que resultou na necessidade das empresas definirem novos padrões de organização tanto da produção quanto da administração da gestão empresarial (CARDOSO, 2001).

O setor de confecções de Cianorte tem contribuído para o crescimento do PIB no município, visto que, no ano de 2006 a atividade rural representava apenas 8% do PIB do município; o restante dividia-se entre os setores da indústria e de serviços, na proporção de 25% e 67%, respectivamente. Já no ano de 2010, no PIB do município, a indústria era responsável por 44,30%, enquanto os setores de comércio e serviço representavam 38,30% (IPARDES, 2006c; PREFEITURA DE CIANORTE, 2012).

No município de Maringá o setor de confecções é considerado como uma das atividades industriais mais relevantes para o município. No que tange a composição do PIB, no ano de 2008 apresentava predominância do setor de serviços com aproximadamente 59,0%, seguido pela indústria (39,0%) e pela agropecuária (2,0%). (CAMPOS, TRINTIN e VIDIGAL 2009a).

Em Maringá e Cianorte observa-se que o crescimento do setor de confecções excede o comportamento das outras regiões do Estado que se dedica a essa produção, inclusive de Londrina, a qual tem perdido espaço para os municípios em estudo. A evolução da dinâmica produtiva nessas localidades está estritamente relacionada a um maior nível de consolidação do APL, o que não ocorreu em Londrina. (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL 2009a).

Analisando a trajetória do Valor Adicionado Fiscal na indústria total, a participação dos municípios em estudo no Estado apresentou oscilações entre períodos de crescimento e diminuição de sua representatividade, sendo Londrina a única região que apresentou queda na participação a partir do de 2002, conforme tabela 10.

**Tabela 10** – Participação do Valor Adicionado Fiscal da indústria dos municípios no Estado (em R\$) – 1997, 2002, 2005 e 2008

	1997	(%)	2002	(%)	2007	(%)	2010	(%)
<b>Londrina</b>	928.975.826	2,70	1.847.507.833	2,99	1.816.930.554,73	2,64	1.677.833.849,74	2,15
<b>Maringá</b>	737.645.276	2,14	930.662.442	1,51	1.250.459.483,78	1,81	1.624.350.669,03	2,08
<b>Cianorte</b>	120.296.446	0,35	185.513.867	0,30	263.234.657,78	0,38	524.380.366,02	0,67
<b>Total</b>	1.786.917.549	5,19	2.963.684.142	4,80	3.330.624.696,30	4,83	3.826.564.884,79	4,90
<b>Paraná</b>	34.400.339.922	100,00	61.770.951.215	100,00	68.920.201.977,22	100,00	78.127.803.238,38	100,00

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir da RAIS/MTE, IPARDES.

A fim de verificar se o setor de confecções tem contribuído para o aumento do Valor Adicionado da indústria, analisou-se a participação do setor confecções no total da indústria para o período de 2007 a 2010, pois não foi possível fazer a análise para os anos anteriores pelo fato do banco do IPARDES não ter os dados desses anos disponíveis para o setor de confecções.

Conforme tabela 11, verifica-se que em todo o Estado o setor de confecções vem aumentando sua participação em relação ao total da indústria, passando de 1,18% em 2007 para 1,43% em 2010. O mesmo comportamento de crescimento é constatado quando verificado os APL's em estudo, o qual aumento sua participação de 10,45% em 2007 para 13,63% em 2010. Dos três municípios representativos do APL, o de Cianorte apresenta a maior participação na indústria total com crescimento durante todo o período, saindo de 42,91% em 2007, para 52,73% em 2010, o que mostra a importância desse setor para o município. Já nos municípios de Londrina e Maringá, constatam-se oscilações com crescimentos e quedas de representatividade, no entanto Maringá tem mostrado uma recuperação no último ano, enquanto que Londrina obteve uma queda significativa.

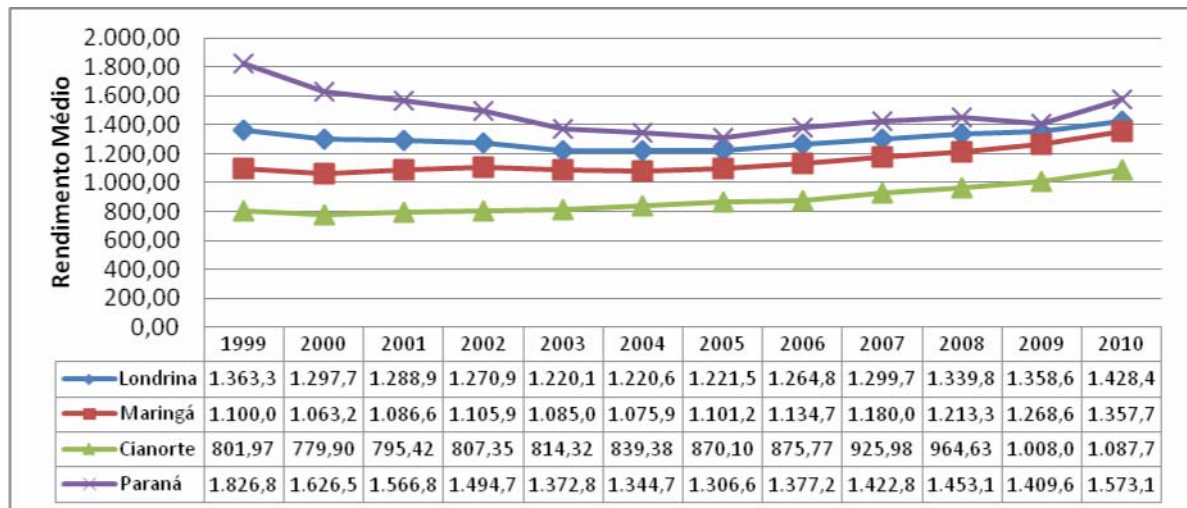
**Tabela 11** – Valor Adicionado Fiscal - Participação do setor confecções no total da indústria para o período de 2007 a 2010 (Em %)

	2007	2008	2009	2010
<b>Londrina</b>	6,28	7,37	8,43	7,32
<b>Maringá</b>	9,66	7,97	7,09	7,53
<b>Cianorte</b>	42,91	44,01	49,16	52,73
<b>Total APL's</b>	10,45	11,05	12,15	13,63
<b>Estado do Paraná</b>	1,18	1,11	1,24	1,43

Fonte: Elaboração da autora, a partir da RAIS/MTE, IPARDES.

No que tange ao rendimento médio, analisou-se a variável tanto nos municípios quanto no Estado do Paraná.

**Gráfico 13** – Rendimento médio dos municípios em estudo e do Estado do Paraná – 1999 à 2010



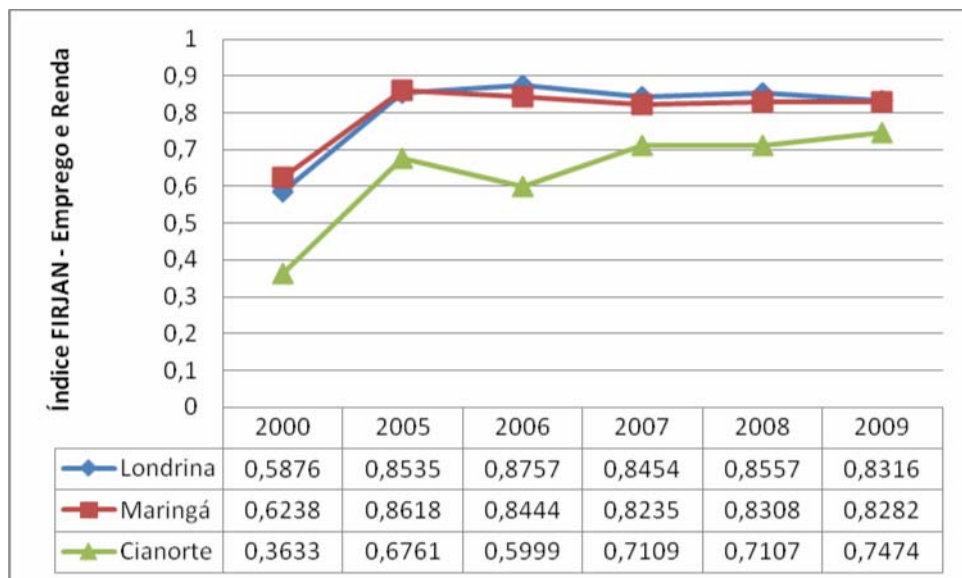
Fonte: Elaboração da autora, a partir do banco de dados do IPARDES.

Os municípios de Londrina e Maringá mostraram, ao longo do período de 1999 a 2010, a mesma trajetória que o Estado, em termos de rendimento médio, apresentando valores próximos aos do Estado. Isto se deu por tratar-se dos maiores centros metropolitanos, em relação à Cianorte (Gráfico 13).

No entanto, Cianorte destaca-se por apresentar o maior crescimento dos rendimentos médios ao longo do período, passando de R\$ 801,97 em 1999 para R\$ 1.087,70 em 2010. Maringá também apresentou um crescimento expressivo de R\$ 1.100,00 no ano de 1999 para R\$ 1.357,70 em 2010. Londrina foi o único município que apresentou queda durante o período de 1999 a 2004, com recuperação nos anos seguintes saindo de R\$ 1.220,60 em 2004 para R\$ 1.428,40 em 2010.

O Índice FIRJAN de emprego e renda permite comprovar a contribuição do rendimento nos municípios, visto que, os municípios que apresentaram maior crescimento do rendimento, também obtiveram melhor desenvolvimento. O destaque foi Cianorte que passou de 0,3633 em 2000 para 0,7474 no ano de 2009, representando a maior trajetória de crescimento ao longo do período. Londrina e Maringá também apresentaram melhoras no indicador passando de 0,5879 em 2000 para 0,8316 em 2009 e 0,6238 em 2000 para 0,8282 em 2009, respectivamente. No entanto, apesar de Londrina e Maringá apresentarem um melhor desenvolvimento no que tange a emprego e renda em relação à Cianorte, característico por esses municípios serem mais dinâmicos economicamente, nota-se uma piora desse indicador no último ano em ambos os municípios (Gráfico 14).

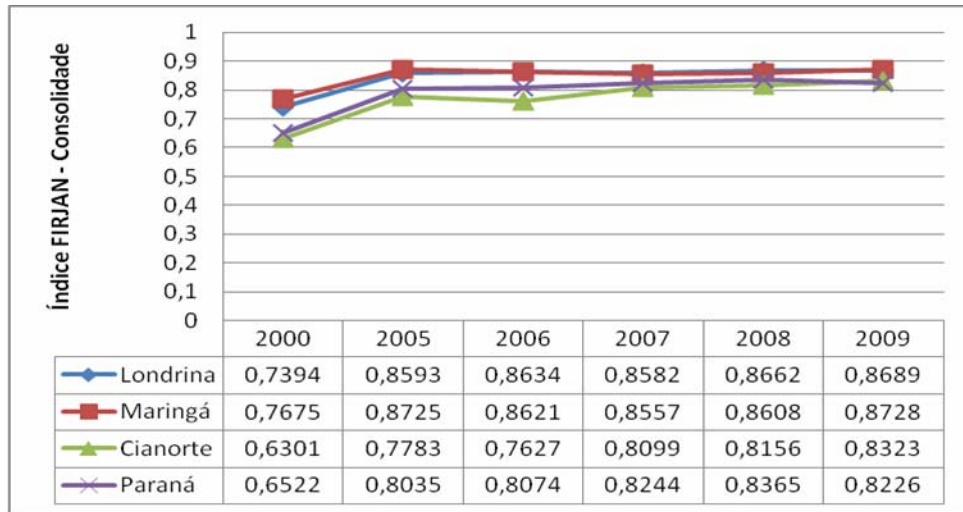
**Gráfico 14** – Índice FIRJAN – Emprego e renda dos municípios em estudo – 2000, 2005 à 2009



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir Sistema FIRJAN.

O Índice FIRJAN consolidado, o qual engloba emprego e renda, saúde e educação, mostra o desenvolvimento dos municípios frente ao Estado do Paraná. Nos três municípios este indicador supera os valores representados pelo Estado, com destaque para o município de Cianorte que apresenta maior crescimento durante o período analisado, sendo que no ano de 2000 mantinha uma posição inferior a do Estado (0,6301/0,6522), conseguindo ultrapassá-la em 2010 e se aproximar dos indicadores dos municípios de Londrina e Maringá (Gráfico 15).

**Gráfico 15** – Índice FIRJAN – Consolidado dos municípios em estudo e do Estado – 2000 à 2009



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir Sistema FIRJAN.

O presente capítulo apresenta um crescimento do setor de confecções no Estado do Paraná e nos municípios em estudo, no que se refere ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado, em valores absolutos. No entanto, quando verificada a participação do Corredor da Moda em relação ao Estado é visto uma perda de representatividade dos APL's analisados.

Dos três municípios analisados, Cianorte e Maringá apresentaram os melhores resultados no que tange a trajetória de crescimento no número de empregos e renda, aumento da absorção de mão de obra, participação no VAF e no PIB, evidenciando um menor desempenho do setor no município de Londrina.

Esses dados sugerem que os municípios de Maringá e Cianorte estejam mais abastecidos de fatores como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, visto que de acordo com a literatura as regiões com destaque nesses fatores poderão aumentar, com maior facilidade, o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, bem como acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda (AMARAL FILHO, 1996).

O capítulo seguinte apresentará a dinâmica produtiva de cada município, permitindo verificar se as características e comportamento das empresas e instituições tem influenciado o comportamento do setor na região.

## 5 ANÁLISE DO ESTUDO DE CAMPO SOBRE O “CORREDOR DA MODA”

Nesse capítulo apresenta-se a análise do estudo de campo, o qual busca a caracterização das empresas e da mão de obra, a verificação das relações de subcontratação, a avaliação da estrutura produtiva e de comercialização, o comportamento das relações interempresariais e da cooperação multilateral entre as empresas e municípios que caracterizam o “Corredor da Moda”. Também se discute o resultado das entrevistas com as instituições, as quais possibilitaram a investigação da inter-relação entre os APL’s e essas instituições.

### 5.1 AS EMPRESAS

No que tange à caracterização das 65 empresas entrevistadas nos municípios em estudo (22 em Londrina, 20 em Maringá e 23 em Cianorte), analisou-se o tempo que a empresa está inserida no mercado, a atividade que exerce, tipo de capital, forma de sociedade, escolaridade do proprietário e como se dá a sua gestão.

No município de Londrina a maioria das entrevistas foi respondida pelos proprietários das empresas (73%), apenas 18% foram respondidas pelos gerentes e 9% por pessoas que ocupam outros cargos, como analista de recursos humanos e encarregado financeiro. De forma similar, em Maringá 70% das entrevistas foram respondidas pelos proprietários das empresas, apenas 10% foram respondidas pelos gerentes e 20% por pessoas que exercem outros cargos como, diretora de criação e administradoras. Em Cianorte 60% das entrevistas foram respondidas pelos proprietários, 22% pelos gerentes e 18% por auxiliares administrativos.

Como pode ser observado, nos três municípios pesquisados houve a predominância do contato com os proprietários da empresa, o que leva à obtenção de informações mais precisas na pesquisa. O menor percentual foi em Cianorte, visto que não foi possível agendar previamente muitas das visitas; em alguns casos o proprietário não estava presente, sendo uma pessoa responsável que respondeu a pesquisa.

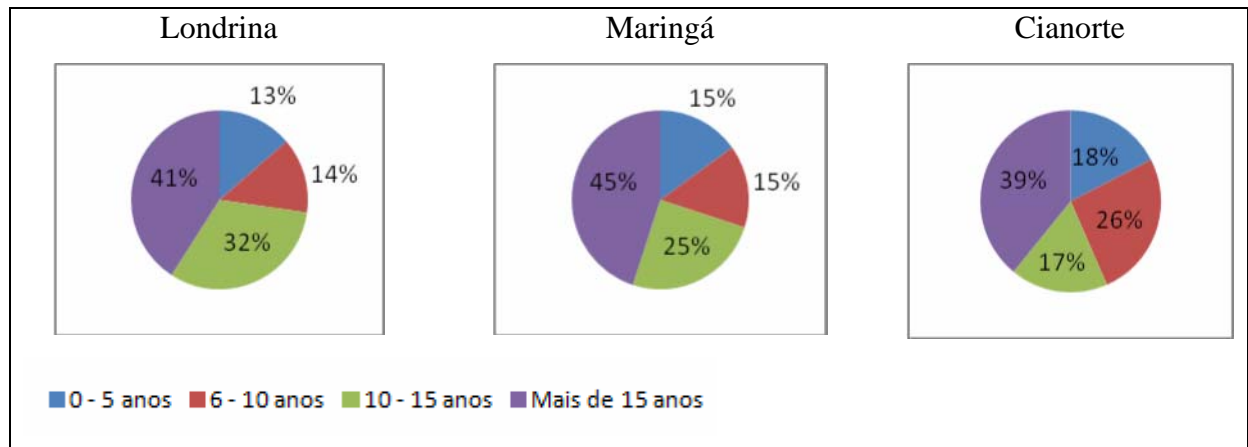
No que se refere ao ano de fundação das empresas da amostra, em Londrina nota-se a predominância daquelas com mais anos no mercado (73%), sendo que 41% tem mais de 15 anos e 32% tem de 10 a 15 anos. As empresas com até 10 anos representam 27%, sendo que 14% delas tem de 6 a 10 anos e 13% tem de 0 a 5 anos.

No município de Maringá há maior representatividade das empresas com mais anos no mercado (70%). As empresas com mais de 15 anos representam 45%, seguida pelas de 10 a 15 anos com 25%. As empresas com até 5 anos e de 6 a 10 anos ambas representam 15%.

Em Cianorte, 39% das empresas existem a mais de 15 anos, seguida pelas empresas com 6 a 10 anos, as quais representam 26%, de 0 a 5 anos representam 18% e com menor representatividade as empresas com 10 a 15 anos com 17% (Figura 3).

Os percentuais das idades das empresas são bastante próximos nos três municípios de acordo com a escolha da amostragem por julgamento que considerou o ano de fundação da empresa.

**Figura 3** – Idade das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Ao analisar as atividades das empresas da amostra atentou-se que em Londrina a maioria das empresas entrevistadas (68%) produz sua própria marca. Dessas empresas, a maior parte confecciona modinha, duas delas confeccionam exclusivamente roupas masculinas, uma empresa produz roupas infantis e três empresas confeccionam uniformes profissionais. Tem-se que 18% das empresas além de produzirem sua própria marca também fabricam para outras empresas e 14% trabalham apenas como facção.

Em Maringá, 80% das empresas da amostra produzem apenas para sua marca e predominantemente é confecção de modinha, com uma empresa produtora de roupas infantis, duas que fabricam apenas *jeans* e uma de moda íntima. Do restante, 10% fabricam para sua marca e para outras e o mesmo percentual trabalha apenas como facção.

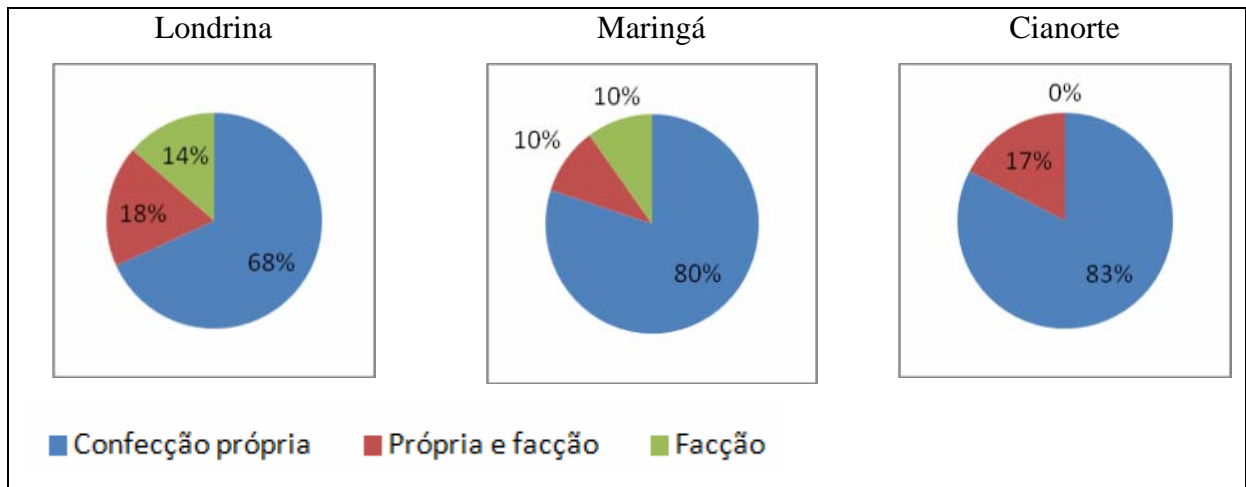
No município de Cianorte, 83% das empresas da amostra produzem sua própria marca. Dessas, 79% são especializadas em modinha, sendo que dos 21% restante,

16% produzem apenas roupas masculinas e 5% jeans e camisas. Tem-se ainda que 17% das empresas entrevistadas além de produzirem sua própria marca também fabricam para outras empresas, no entanto nenhuma delas trabalha apenas como facção (Figura 4).

É possível verificar que nos três municípios há a predominância de confecção para a própria marca; contudo, nas amostras de Londrina e Maringá há a presença de empresas que trabalham apenas como faccionistas o que não foi verificado no município de Cianorte.

Conforme verificado no trabalho do Ipardes (2006c), as empresas de Cianorte caracterizam-se por produzirem marcas próprias e prestarem serviços para grifes como Forum, Zoomp e Ellus, atuando como subcontratadas. As empresas que atuam como subcontratantes, habitualmente contratam mão de obra de costureiras autônomas que trabalham a domicílio, o que justifica a ausência de empresas apenas faccionistas na amostra do município, visto que esta foi obtida por meio do cadastro do sindicato.

**Figura 4** – Atividades das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Quanto à origem do capital das empresas da amostra, investigou-se a porcentagem de capital nacional (próprio/terceiros) e estrangeiro. Constatou-se que no município de Londrina quase a totalidade das empresas entrevistadas iniciou suas atividades por meio de capital nacional próprio (95%), sendo que apenas uma empresa, representando 5%, possui capital nacional próprio e de terceiros, porém com apenas 10% de participação de terceiros.

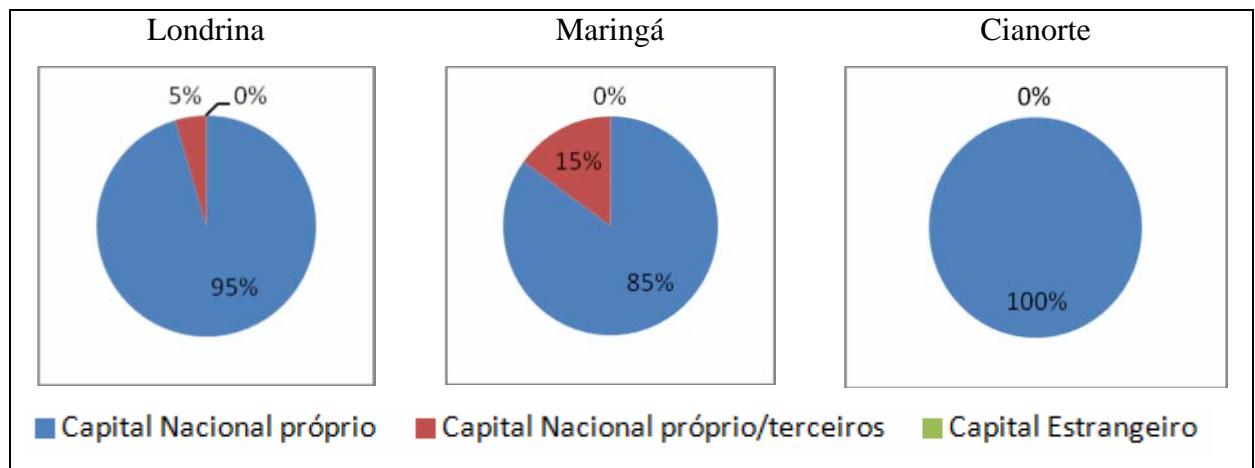
Embora em Maringá também a maior proporção de empresas entrevistadas tinha sido aberta com capital próprio (85%), percebe-se um percentual mais elevado que

Londrina de empresas que iniciaram suas atividades com capital nacional próprio e de terceiros (15%), e com capital de terceiros também maior (20%).

Já no município de Cianorte todas as empresas entrevistadas iniciaram suas atividades por meio de capital nacional próprio (Figura 5).

A produção de marca própria possibilita a ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, o que resulta em retenção do excedente econômico gerado na economia local e atração de excedentes provenientes de outras regiões, resultando na ampliação do emprego, do produto e da renda do local e regional (AMARAL FILHO, 2001).

**Figura 5** – Origem do capital das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

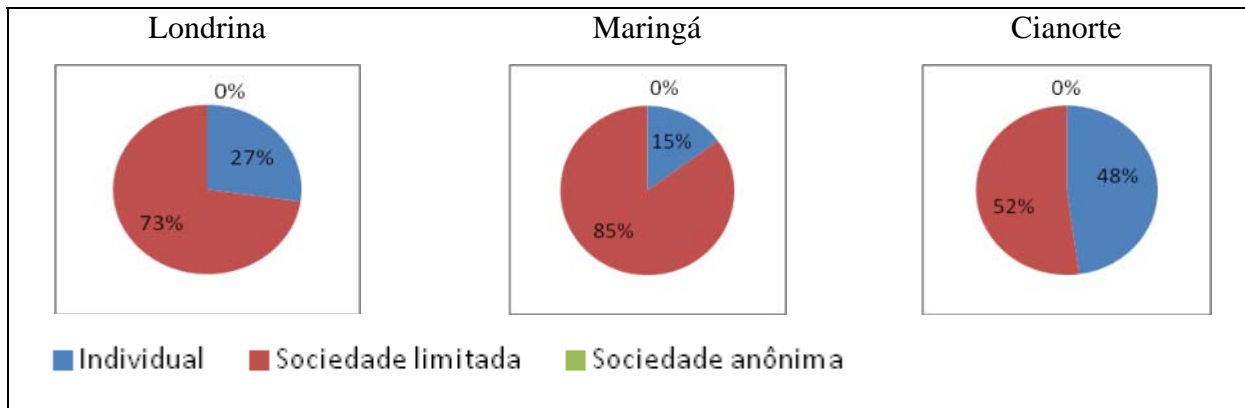
As empresas que têm maior concentração de capital próprio têm a tendência de serem mais estáveis e não correrem tanto risco no que diz respeito a pagamentos de juros e de dívidas financeiras (SAITO, 2002).

No que se refere ao tipo de sociedade, verificou-se em Londrina que 73% das empresas amostradas caracterizam-se como sociedade limitada, 27% delas são empresas individuais e nenhuma é sociedade anônima. Das empresas que operam como sociedade limitada 81% possuem 2 sócios, enquanto as demais (19%) possuem 3 sócios.

No município de Maringá constatou-se um percentual maior de empresas que são constituídas como sociedade limitada (85%), os 15% restantes são empresas individuais. Das empresas caracterizadas como sociedade limitada, 71% possuem apenas 2 sócios, 6% são sociedades compostas por 3 sócios e 23% representam sociedades com 5, 6 e 10 sócios.

Já em Cianorte, no que se refere ao tipo de sociedade, nota-se um comportamento diferente, com um percentual bem menor de empresas da amostra que operam como sociedade limitada (52%), e expressiva representatividade no município das empresas individuais (48%) (Figura 6).

**Figura 6** – Tipo de sociedade das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Uma das principais características que difere uma empresa individual de uma sociedade limitada é o fato de na empresa individual a responsabilidade do titular ser ilimitada, visto que, esse responde com seu patrimônio particular pelas obrigações contraídas pela empresa. Todavia, na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas (PLANETA CONTÁBIL, 2012). Dessa forma, as empresas individuais oferecem um maior risco ao empresário no caso de falência.

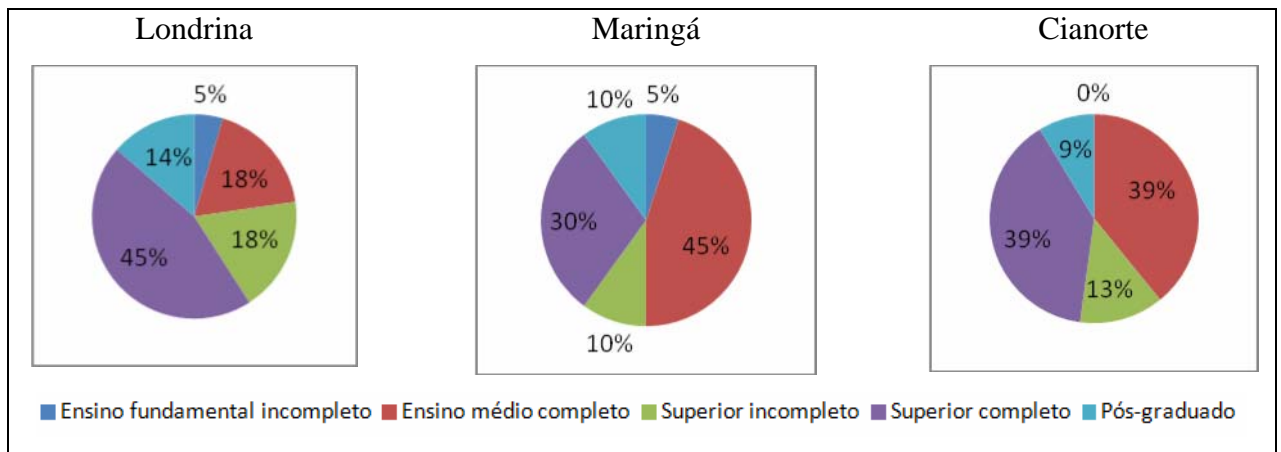
Ao questionar a respeito da escolaridade do proprietário ou sócio majoritário, observou-se que no município de Londrina a maioria possui ensino superior (77%), sendo 45% com superior completo, 18% com superior incompleto e 14% com pós-graduação, seguido por 18% dos empresários com ensino médio completo e apenas 5% com ensino fundamental incompleto.

Já em Maringá foi verificado um nível de escolaridade menor dos empresários entrevistados, com uma representatividade de 50% de ensino superior, sendo 30% com superior completo, 10% superior incompleto e 10% pós-graduado, a segunda maior parcela (45%) possui o ensino médio completo. Cabe ressaltar que o mesmo percentual de Londrina (5%) para ensino fundamental incompleto foi constatado neste município.

No município de Cianorte, a maioria dos empresários entrevistados (61%) possui ensino superior, sendo 39% com superior completo, 13% com superior incompleto e 9% com pós-graduação, o restante 39% possui ensino superior completo (Figura 7).

Ainda que Cianorte apresente representatividade menor que Londrina no que se refere ao ensino superior, o nível de escolaridade mínima dos empresários entrevistados no município foi ensino médio completo, diferentemente de Londrina e Maringá onde se constatou a presença de empresários com ensino fundamental.

**Figura 7** – Escolaridade do proprietário ou sócio majoritário das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

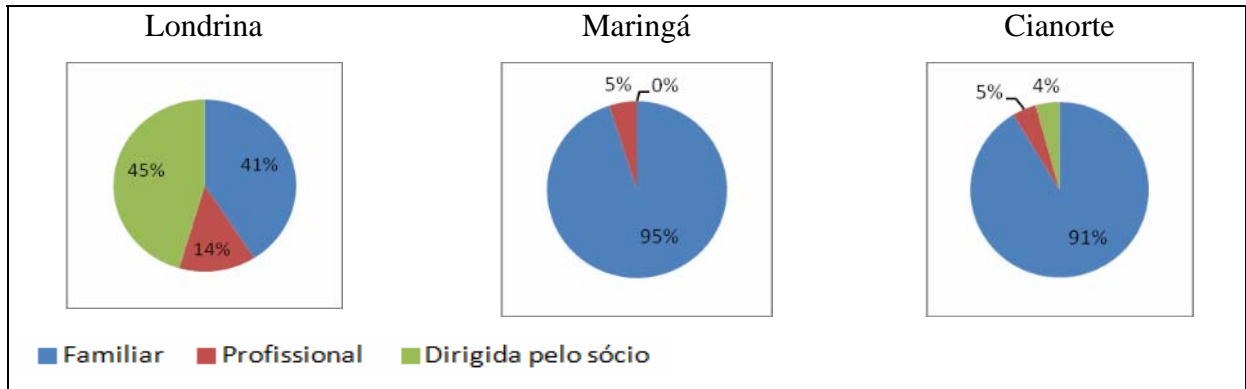
A escolaridade do proprietário tem significativa relevância por proporcionar ao empresário melhores condições na administração dos seus negócios. No município de Maringá foi possível verificar aumento na escolaridade dos proprietários, visto que de acordo com o IPARDES (2006b), o município apresentava 50% de nível médio.

A gestão da maioria das empresas entrevistadas no município de Londrina é dirigida pelo sócio majoritário ou de forma familiar, 45% e 41%, respectivamente. Apenas uma pequena parcela das empresas da amostra (14%) optou por contratar um profissional especializado para a administração.

Todavia, em Maringá constatou-se que quase a totalidade das empresas entrevistadas (95%) optou pela gestão familiar, sendo que apenas 5% contrataram um profissional especializado.

O mesmo perfil de gestão de Maringá é encontrado no município de Cianorte, com a maioria das empresas sendo administrada de forma familiar (91%), seguido por 5% de gestão profissional e 4% de empresas dirigidas pelo sócio majoritário (Figura 8).

**Figura 8** – Tipo de gestão das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

As empresas de gestão familiar apresentam desempenho similar ou superior às familiares ou dirigidas pelo sócio majoritário. O conhecimento do negócio e a construção de laços estáveis e duradouros com os parceiros de negócio são os principais fatores que contribuem para explicar tal diferença (VIEIRA, 2009).

No que tange à caracterização da mão de obra das empresas analisadas, buscou-se informações sobre o número de empregados, comportamento do emprego por gênero, absorção da mão de obra de outros municípios e qualificação da mão de obra empregada.

No município de Londrina verificou-se que a maioria das empresas entrevistadas (15)<sup>31</sup> iniciou suas atividades com até 10 funcionários, após 5 anos de abertura podemos notar o comportamento de expansão de algumas empresas por meio de contratação de mão de obra<sup>32</sup>. Entretanto, analisando o ano atual podemos concluir que o setor caracteriza-se por microempresas, as quais empregam até 19 funcionários. Das 22 empresas entrevistadas, em apenas três foi constatada mão de obra informal, somente no ano de abertura.

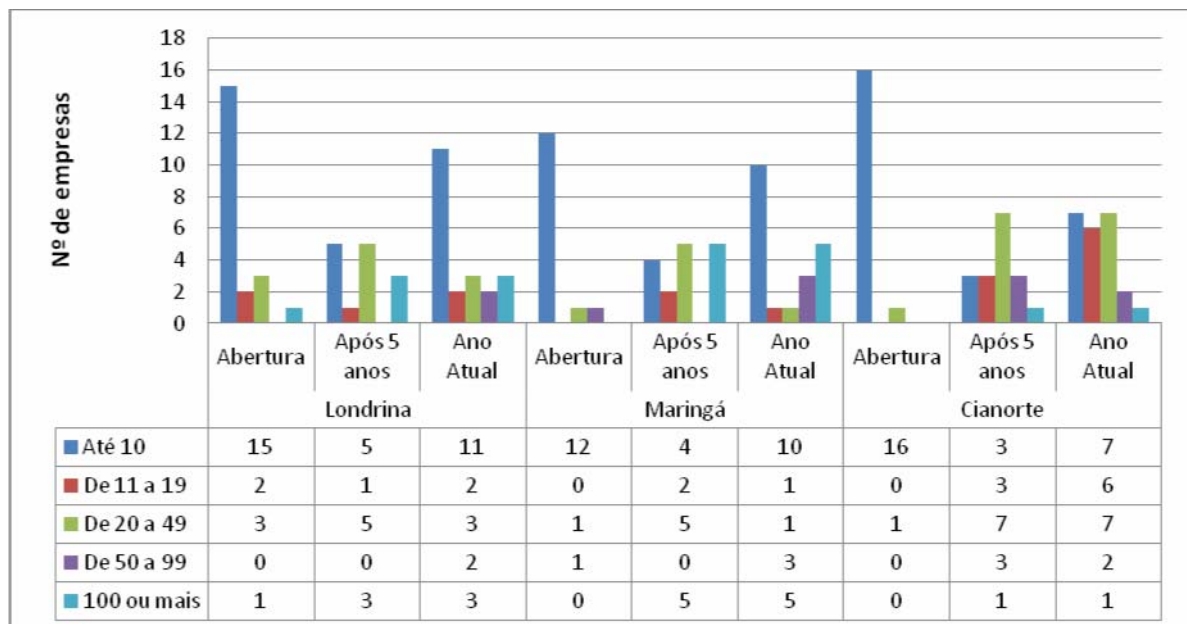
Em Maringá observa-se o mesmo comportamento, no que se refere ao número de funcionários, sendo que a maioria das empresas iniciou suas atividades com até 10 funcionários e após 5 anos a tendência foi de algumas empresas ampliarem sua mão de obra. Contudo, nota-se um número maior de empresas com 100 funcionários ou mais no ano atual.

<sup>31</sup> No ano de abertura verifica-se a quantidade de 21 empresas. Da amostra, uma delas não soube informar a quantidade de funcionários que dispunha no início da atividade.

<sup>32</sup> Após 5 anos de abertura da empresa verifica-se 14 empresas. Da amostra, uma empresa não dispunha dessa informação e 7 empresas foram inauguradas a menos de 5 anos.

A trajetória da mão de obra em Cianorte é bem semelhante à de Londrina e Maringá, com a maioria das empresas (16) iniciando suas atividades com até 10 funcionários e com expansão do número de funcionários após 5 anos. Mas, ao verificar o ano atual, nota-se uma única empresa com mais de 100 funcionários, o que indica que seja consequência do município utilizar-se mais de faixões para a produção. Esse comportamento foi observado em Maia (1995), a qual verificou em Cianorte um processo crescente de descentralização/flexibilização/terceirização das principais empresas do setor (Gráfico 16).

**Gráfico 16** – Número de funcionários no ano de abertura, após 5 anos e no ano atual nas empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Ao analisar a força de trabalho por gênero é constatado que o setor de confecções absorve mão de obra predominantemente feminina. No município de Londrina, 41% das empresas entrevistadas não empregavam homens no ano em que foram abertas, no entanto esse perfil tem se alterado, pois no ano atual esse percentual caiu para 27%. Cabe ressaltar que no ano de abertura foi observado um percentual significativo (23%) de empresas da amostra que possuíam em seu quadro de funcionários uma proporção maior que 50% do gênero homem, isso se deve ao fato de no início normalmente trabalhavam na empresa apenas entes familiares como pais, filhos, sobrinhos, etc.

No que se refere à especialização dessa mão de obra em Londrina, 77% das empresas da amostra afirmaram que mais de 50% dos seus funcionários são considerados mão de obra especializada.

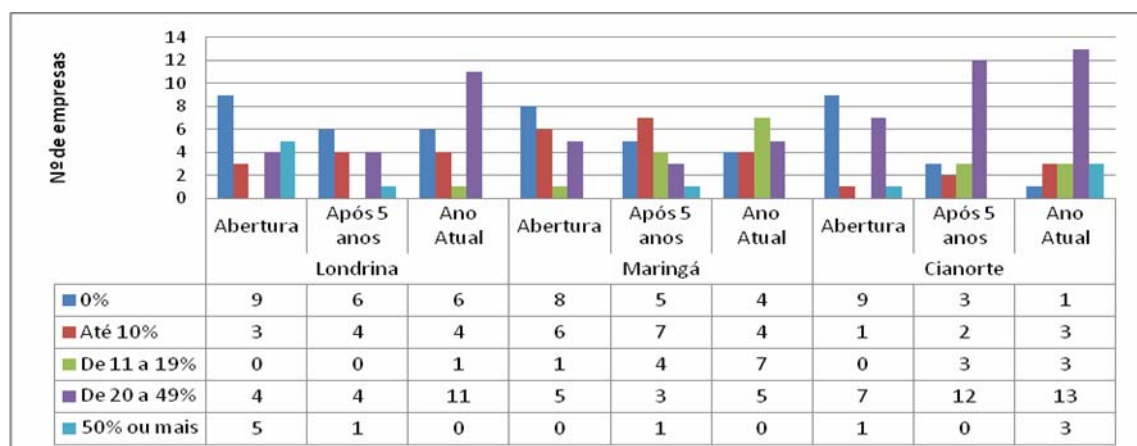
Perfil semelhante é encontrado em Maringá, 40% das empresas entrevistadas não empregavam homens no ano em que suas empresas foram abertas. Porém, esse perfil também têm se alterado nesse município, caindo para 25% após 5 anos e 20% no ano atual. Já quanto à especialização da mão de obra, verificou-se um percentual superior em Maringá, onde 89% das empresas possuem mais de 50% dos funcionários representando mão de obra qualificada.

Apesar do município de Cianorte ter o mesmo comportamento de Londrina e Maringá referente à porcentagem de empresas da amostra que não contratavam homens no ano de abertura (39%), esse perfil vem se alterando ao longo do período passando para 13% após 5 anos e 4% no ano atual. Isso é um indicativo de que em Cianorte existe uma presença maior do gênero masculino em todo período, no setor.

Quanto à especialização da mão de obra, Cianorte apresenta um percentual maior que o de Londrina e bem próximo ao de Maringá, onde 87% das empresas possuem mais de 50% dos funcionários especializadas (Gráfico 17).

A mão de obra mais especializada em Cianorte pode ser explicada pela “aptidão hereditária” defendida Marshall (1982), a qual se refere ao acúmulo de conhecimentos que surge na comunidade de pessoas presente na aglomeração, visto que o setor de confecções é uma das principais atividades econômicas do município.

**Gráfico 17** – Percentual de funcionários do gênero homem no ano de abertura, após 5 anos e no ano atual nas empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

O aumento da participação dos homens no setor de confecções já havia sido destacado por Dias (1998), segundo o autor a razão dessa inserção é a falta de outras opções de emprego em Cianorte.

Mais recentemente, a inserção crescente do trabalho masculino no setor de confecções foi confirmada pela pesquisa do IPARDES. De acordo com o Instituto, os trabalhadores do setor são na maioria do sexo feminino, como mostra a tradição, mas a tendência indica que inúmeros trabalhadores do sexo masculino estão ingressando nessa atividade, principalmente por esses buscarem uma maior especialização (IPARDES, 2004a).

As empresas do setor de confecções de Londrina geram renda não apenas para o próprio município, visto que a maioria das empresas da amostra (82%) contrata mão de obra dos municípios próximos como Cambé, Rolândia, Ibiporã, Alvorada do Sul, Tamarana, Ivaiporã, Cafeara e Sertanópolis.

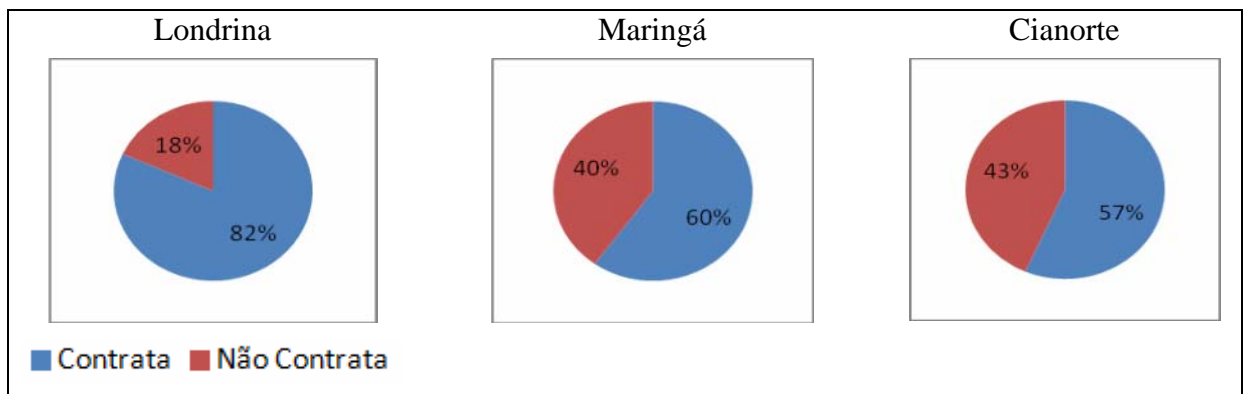
Maringá também gera renda para municípios em seus arredores como Sarandi, Paiçandu, Mandaguari, Mandaguaçu, Marialva, Floresta e Ângulo. Contudo, é de forma menos significativa em relação à Londrina, pois 60% das empresas da amostra contratam mão de obra de outros municípios.

Da mesma maneira que Maringá, o município de Cianorte gera renda aos municípios em seus arredores em proporção menor que Londrina, sendo 57% das empresas entrevistadas afirmou contratar mão de obra de municípios como Japurá, Terra Boa, São Tomé, Vidigal, Jussara, São Lourenço, Tapejara e Indianópolis (Figura 9).

Verificam-se as vantagens econômicas (chamadas de “economias externas marshallianas”) advindas do transbordamento do setor, que permite melhorias na infraestrutura econômica e social, constituindo um importante aumento de competitividade empresarial e desenvolvimento regional (MARSHALL, 1982; KRUGMAN, 1998).

Nos municípios que apresentam uma economia mais diversificada existe uma tendência maior de contratação de mão de obra dos municípios ao seu entorno.

**Figura 9** – Contratação de mão de obra de outro município das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

No município de Londrina, a metade das empresas entrevistadas (50%) realiza a qualificação de mão de obra dentro da empresa em serviço, ou seja, por meio do método *learning by doing* (aprender fazendo). Uma parcela considerável (27%) realiza a qualificação tanto internamente, em serviço, como fora da empresa em cursos específicos de treinamento. Esses cursos têm como agente realizador instituições como SESI, SENAI, SEBRAE, entre outras empresas privadas. Cabe ressaltar que 23% das empresas entrevistadas não realizam nenhum tipo de treinamento.

É possível verificar uma melhora no treinamento da mão de obra, visto que em estudo de campo feito por Arbex (2005), nesse ano, a maioria das empresas (60%) indicou não submeter os trabalhadores regularmente a treinamentos e apenas 17,5% das empresas afirmaram realizar treinamentos regularmente com os trabalhadores.

Diferentemente, no município de Maringá uma proporção significativa das empresas entrevistadas (45%) realiza a qualificação de mão de obra dentro e fora da empresa, ou seja, tanto no dia-a-dia da própria função como em cursos oferecidos por instituições, entre elas, SEBRAE, SENAI, ACIM, Instituto da Costura, CESUMAR, SINDVEST e SESI. Vale destacar que em uma das empresas entrevistadas é oferecido aos funcionários de 15 a 20 bolsas de estudo por ano. Por outro lado, há um percentual também significativo (35%) de empresas da amostra que não realizam nenhum tipo de qualificação de mão de obra.

Em pesquisa do IPARDES (2006b) foi verificado que a falta de qualificação da mão de obra local apresentava-se como um fator limitante à expansão do setor de confecções no município de Maringá, visto que apenas 26% das empresas recorreriam ao treinamento fora do estabelecimento, em instituições como o SENAI e o SEBRAE. Dessa forma pode-se verificar uma melhora no treinamento da mão de obra no município.

O município de Cianorte é o que mais realiza qualificação da mão de obra, representando 91% da amostra, sendo que 39% realizam na própria empresa em serviço, 35% tanto fora como dentro da empresa, 17% fora da empresa e apenas 9% delas não realizam nenhum tipo de qualificação da mão de obra (Figura 10).

As instituições utilizadas em Cianorte para a qualificação da mão de obra são SENAI, SEBRAE e outras empresas particulares.

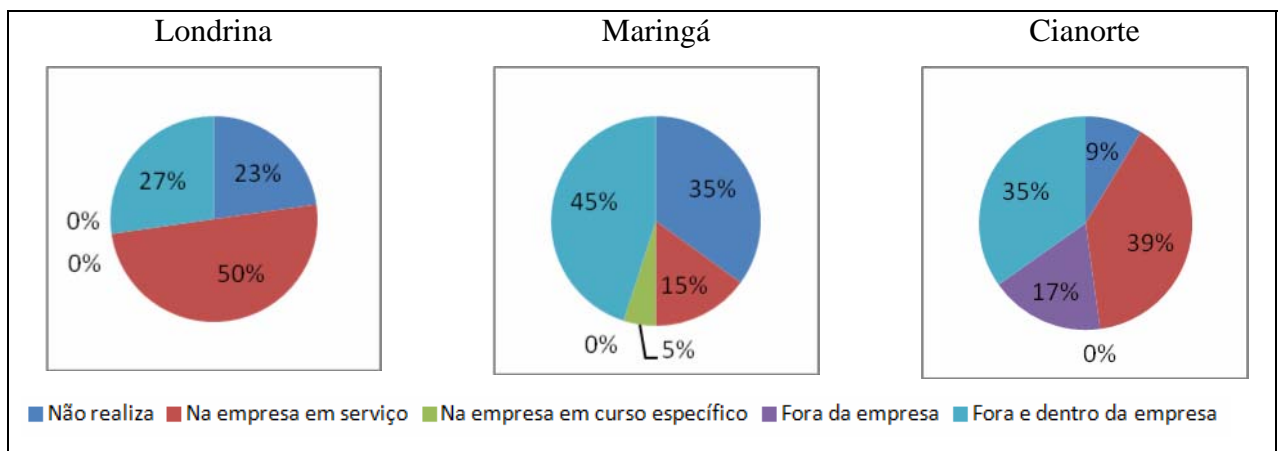
Os resultados obtidos na pesquisa de campo diferem da constatação observada na pesquisa do IPARDES (2006c), a qual verificou que o treinamento da mão de obra no município é frequentemente efetuado na própria empresa, sendo reduzido o número de empresas que contratam o SENAI ou outros cursos profissionalizantes da região, sugerindo que a qualificação adquirida, em geral, é do tipo *learning by doing*, no próprio chão de

fábrica. Estes resultados distintos devem-se às diferenças amostrais, bem como ao período analisado em ambas as pesquisas.

No processo de aprendizagem as empresas, “por meio de seus recursos humanos, adquirem e ampliam seus conhecimentos, aperfeiçoam procedimentos de busca e refinam habilidades em desenvolver, produzir e comercializar bens e serviços”, gerando o aumento da eficiência produtiva e administrativa da empresa, assim como o maior dinamismo na inovação (CASSIOLATO e LASTRES, 2005a, p.5)

Nos municípios de Maringá e Cianorte o processo de aprendizado tecnológico é orientado e realizado no interior das firmas e articulado a diferentes fontes de conhecimento, tanto internas a firma como externas, envolvendo o relacionamento com outros agentes, viabilizando não apenas a incorporação de inovações incrementais, relacionadas à maior eficiência dos processos produtivos, mas também a exploração de novas oportunidades produtivas e tecnológicas (MALERBA, 1992).

**Figura 10** – Qualificação da mão de obra nas empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Ao verificar as relações de subcontratação, observou-se que a maioria das empresas entrevistadas em Londrina (82%) possui algum tipo de relação de subcontratação; dessas, 41% atuam como subcontratantes, ou seja, terceirizam sua produção por meio de facções, 18% atuam como subcontratadas, isso é, produzem como faccionistas para outras marcas e 23% tem ambas as relações, subcontratante e subcontratada. Vale ressaltar ainda que 18% das empresas não possuem nenhum tipo de relação de subcontratação.

Das empresas que atuam como subcontratantes em Londrina, a maioria (57%) contrata empresas tanto do próprio município quanto de municípios dos arredores,

como Tamarana, Cambé, Rolândia, Arapongas, Cianorte, Tapejara e Maringá, sendo que 29% trabalham com empresas apenas do próprio município e 14% contrata empresas apenas de fora do município.

No município de Maringá também foi verificado que a maioria das empresas da amostra (90%) possui algum tipo de relação de subcontratação, porém é um percentual muito maior que o de Londrina das empresas que são subcontratantes com 65%, 15% atuam como subcontratadas, e 10% em ambas as relações, subcontratantes e subcontratadas. Apenas 10% das empresas não possuem nenhum tipo de relação de subcontratação.

A maioria das empresas que atua como subcontratante em Maringá (80%) contrata empresas no próprio município, e em municípios próximos e até de outros estados, como Mandaguaçu, Sarandi, Assis, Santa Fé, São Jorge do Ivaí, Colorado, Floresta, Marialva e Munhoz de Melo. Constatou-se que 13% trabalham com empresas apenas do próprio município e 7% contrata empresas apenas de fora do município.

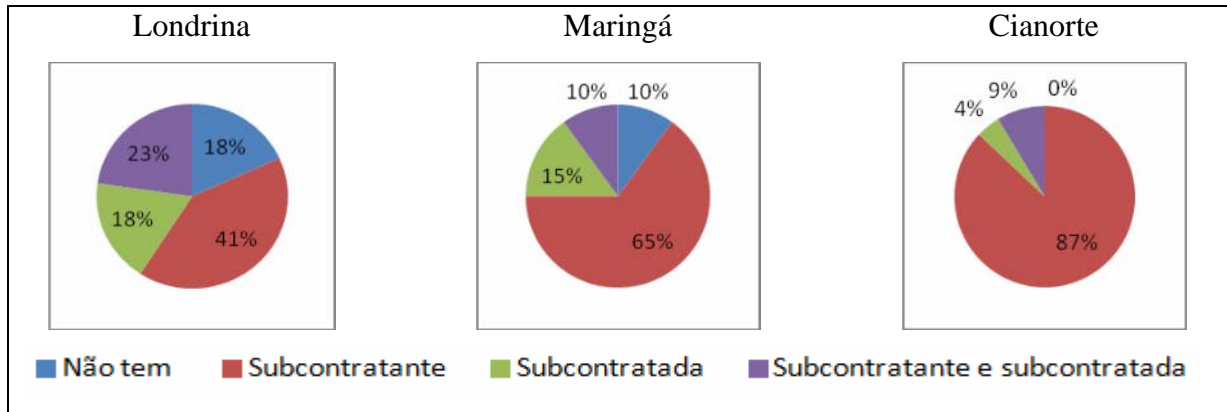
O município de Cianorte é o mais desenvolvido no que tange as relações de subcontratação, sendo que 100% das empresas da amostra apresentaram algum tipo de relação nas seguintes representatividades; 87% são subcontratantes, 4% são subcontratadas e 9% têm ambas as relações.

A maioria das empresas que tem relações como subcontratantes no município de Cianorte (76%) contrata empresas tanto do município quanto de fora dele, como Cruzeiro do Oeste, Japurá, Tapejara, São Tomé, Vidigal, Nova Olímpia, Engenheiro, Tuneiras, Peabiru, Rodon, Indianópolis e Cafezal. Ainda 19% das empresas contratam mão de obra somente fora do município e 5% contratam apenas empresas de fora do município (Figura 11).

De acordo com o IPARDES (2006c), é bastante comum as empresas dos APL's de confecções manterem relações de trabalho mais flexíveis, tais como a contratação de serviços de alguma etapa da produção ou de todas elas, a chamada terceirização da mão de obra, também conhecida nesse segmento como *facção*.

Nos municípios de Cianorte e Maringá verifica-se maior eficácia nos mecanismos formais e informais para associação das empresas locais especializadas. Este relacionamento entre os aglomerados causa vantagens como a obtenção de *feedbacks*, que geram informações importantes para gestão e manutenção da competitividade do aglomerado, facilidade quanto à realização de trocas de tecnologias, maior proximidade entre os envolvidos, desenvolvimento de estratégias gerais pelo grupo, vantagens mútuas, entre outras. Porter (1999)

**Figura 11** – Relações de subcontratação das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

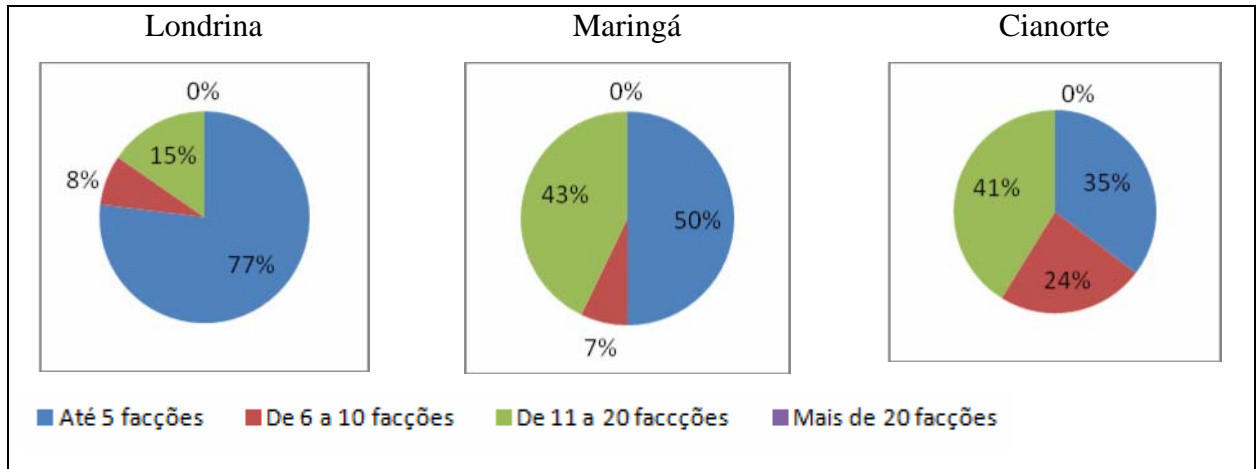
Conforme pode ser visto na figura 12, a maioria das empresas de Londrina que contrata facções dentro do município opta por contratar até 5 facções (77%), muitos dos empresários afirmam que dessa forma conseguem um controle maior da qualidade do produto. Cabe ressaltar que nenhuma empresa trabalha com mais de 20 facções.

Os serviços prestados pelas facções de Londrina são predominantemente referentes a determinadas etapas do processo produtivo, ou seja, de montagem das peças de roupa (75%). Uma pequena parcela (17%) além de fazer a montagem das peças fornece também insumos e componentes para a empresa contratante, e apenas 8% desenvolvem outras funções como comercialização e desenvolvimento de produtos.

No município de Maringá, as empresas subcontratantes optam por trabalhar com um número maior de facções. Embora a maioria das empresas (50%) também trabalham com até 5 facções, é visto que uma boa parcela (43%) trabalha com 11 a 20 facções. Os serviços prestados por essas facções em 100% das empresas são referentes à montagem das peças.

Em Cianorte, há uma predominância de empresas subcontratantes que trabalham com 11 a 20 facções (41%), e um percentual significativo de empresas que trabalham com 6 a 10 facções 24%. O restante, 35%, trabalham com até 5 facções.

**Figura 12** – Quantidade de facções do setor de confecções contratadas por empresa da amostra internamente, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

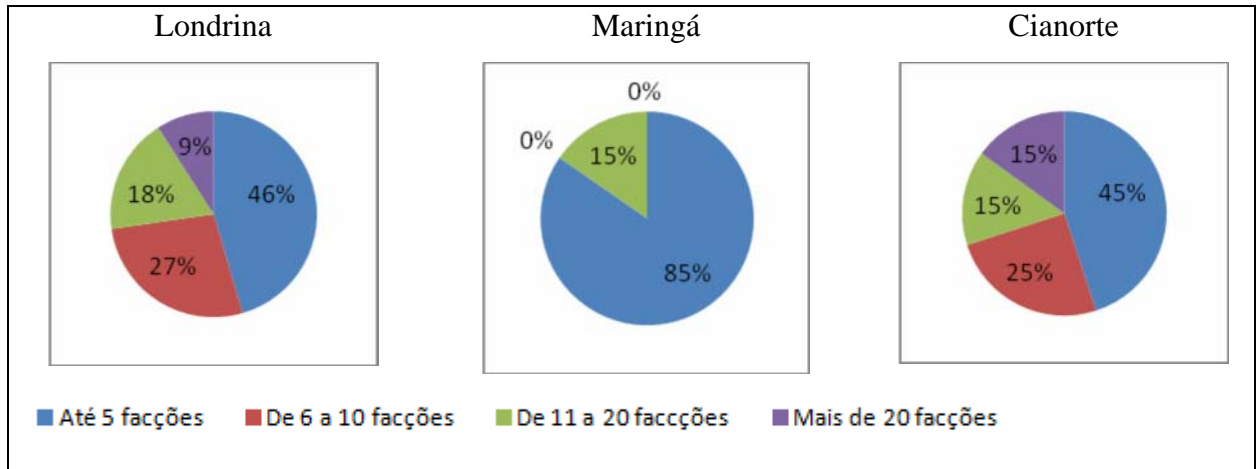
Em Londrina, as empresas da amostra que contratam até 5 facções de fora do município representam 46%. Pode-se verificar um percentual significativo de empresas que trabalham com uma maior quantidade de parcerias, 27% pactuam com 6 a 10 faccionistas, 18% contratam de 11 a 20 facções, e 9% trabalham com mais de 20 facções.

Os serviços prestados pelas faccionistas de municípios dos arredores de Londrina são mais heterogêneos, as empresas responsáveis pelas etapas do processo produtivo representam (50%), as que fornecem insumos e componentes (30%), 10% dela participam de todos os processos (fornecimento de insumos, desenvolvimento do produto, etapas do processo produtivo e comercialização) e, por fim, 10% desenvolvem a peça e as costuram.

Já em Maringá, foi constatada a dominância das empresas da amostra que contratam até 5 facções fora do município, representando 85%, apenas 15% delas contratam de 11 a 20 facções. No que se refere aos serviços prestados por tais empresas, todas fazem apenas a montagem das peças.

No município de Cianorte, o perfil das empresas que contratam facções de municípios próximos é semelhante ao de Londrina, sendo que 45% das empresas da amostra contratam até 5 facções, 25% delas trabalham com 6 a 10 facções. Ainda foram observadas as que trabalham com 11 a 20 e mais de 20 facções, ambas representando 15%. Os serviços prestados por essas empresas referem-se principalmente à de montagem das peças (95%), apenas 5% entregam a peça pronta, ou seja, fornecem a matéria-prima, fazem o corte e montam a peça (Figura 13).

**Figura 13** – Quantidade de facções contratadas por empresas da amostra do setor de confecções fora do município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Das empresas que atuam como subcontratadas em Londrina, a parcela representativa é igual tanto para as contratadas por empresas do próprio município, como de municípios nos arredores, ambas com 33,33% cada. Essas empresas são contratadas não apenas por empresas dos municípios próximos como Apucarana, Maringá, Rolândia, Uraí e Sertãoópolis, mas também de outros estados como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Grande parte dos serviços prestados para essas empresas é inerente ao processo produtivo (75%), sendo que 25% se referem ao fornecimento do insumo, além da produção da peça.

Já em Maringá foi constatado o mesmo percentual de empresas da amostra que atuam como subcontratadas no município, seja dentro seja fora do município, ambas com 40%, sendo que 20% prestam serviços apenas para empresas fora do município. Esses serviços prestados referem-se à montagem das peças em 100% das empresas e são enviados não apenas para cidades do Paraná como Pérola e Colorado, mas também para o Estado de São Paulo.

Das empresas entrevistadas que atuam como subcontratadas em Cianorte, 50% trabalham apenas para empresas de fora do município (São Paulo, Rio de Janeiro, Campo Grande) e 50% são contratadas tanto por empresas do estado (Cianorte e Umuarama) como de fora. Os serviços prestados por essas empresas dentro do município (50%) referem-se a todo o processo de fabricação e entrega da peça inteira pronta e 50% apenas desenvolvem o produto, ou seja, fazem a peça piloto da coleção. Já nas empresas que prestam serviços para

fora do município foi verificado que 50% são responsáveis por todas as etapas de fabricação, 25% apenas desenvolvem o produto e 50% apenas montam a peça.

No que tange a estrutura produtiva e de comercialização averiguou-se a produção mensal em volume, o nível de utilização da capacidade instalada, o destino das vendas da empresa em 2010 por regiões e o porte da empresa por faixa de faturamento.

Ao analisar a quantidade de peças produzidas mensalmente pelas empresas da amostra no município de Londrina, notou-se a predominância de empresas que produzem até 5.000 peças/mês (45%), seguida por empresas que produzem de 30.000 a 50.000 peças/mês e 70.000 a 100.000 peças/mês, ambas representando 18%. Já as empresas que fabricam de 5.000 a 10.000 peças/mês perfazem 14% e, por fim, uma única empresa produz de 50.000 a 70.000 peças/mês.

Apesar de uma significativa parcela (43%) das empresas estarem trabalhando com toda a sua capacidade instalada, ainda existe uma grande oportunidade de aumento de produção, pois a maioria das empresas (57%) ainda tem capacidade instalada ociosa, sendo que dessas 38% estão operando com no máximo 70% da sua capacidade.

No município de Maringá, também foi observado a predominância de empresas que produzem até 5.000 peças/mês (55%), seguido por empresas que produzem de 5.000 a 10.000 peças/mês com 15%; da mesma forma que Londrina, em Maringá existe uma empresa que produz de 50.000 a 100.000, representando 5%, e por fim notou-se a presença de uma empresa que fabrica acima de 100.000 peças/mês, também com 5%.

Referente à utilização da capacidade instalada da empresa em Maringá, verificou-se que a maioria das empresas da amostra (45%) opera com 71% a 90% de sua capacidade, 22% das empresas trabalham com 51% a 70%, e esse mesmo percentual de empresas utilizam sua capacidade máxima de produção, restando 11% de empresas que utilizam até 50% de sua capacidade instalada. É possível verificar um aumento da capacidade instalada no município, como observado pelo IPARDES (2006b), o qual constatou que a maioria das empresas do município operava com ociosidade de aproximadamente 25%.

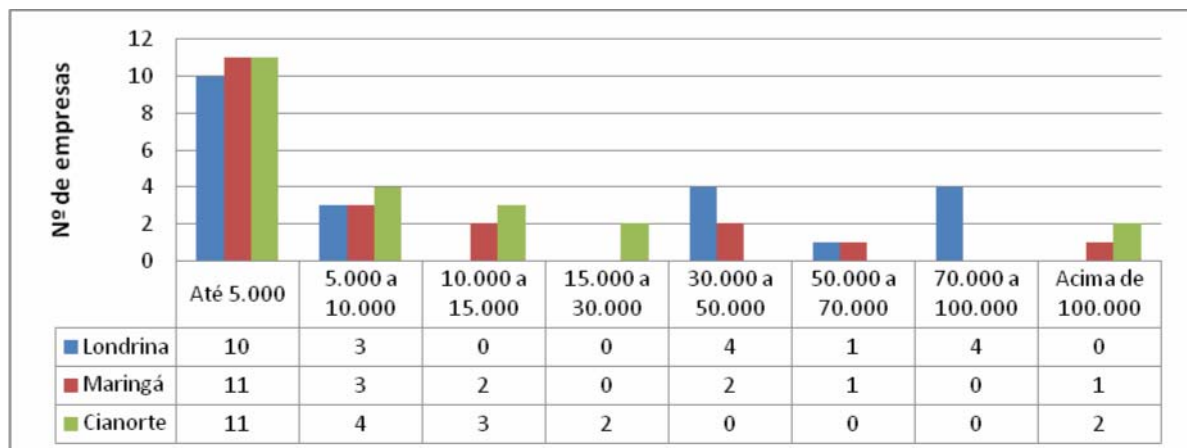
No município de Cianorte também a predominância é de empresas que produzem até 5000 peças/mês (48%), todavia assinala-se a presença de 9% das empresas da amostra que produzem mais de 100.000 peças/mês. Assim, entre os três municípios examinados, Cianorte apresentou o maior percentual de empresas que possuem um alto nível de produção. Também se verificou 17% de empresas que produzem de 5.000 a 10.000, 15% que fabricam de 10.000 a 15.000 e 11% produtoras de 15.000 a 30.000 peças/mês (Gráfico 18).

O perfil das empresas de Cianorte, no que se refere à utilização da capacidade produtiva, difere das de Londrina e Maringá por diversos motivos: i) nenhuma empresa utiliza menos do que 51% da sua capacidade instalada; ii) 26% das empresas não possuem capacidade instalada, ou seja, terceirizam 100% da fabricação e iii) grande parte das empresas (35%) utiliza 100% da capacidade da fábrica.

São diversos os entraves para manter e ampliar a capacidade produtiva das empresas, tais como: falta de capital de giro; impostos e tributação elevados; falta de qualificação de mão de obra; nível de absorção do mercado, isto é, falta de demanda (IPARDES, 2006b).

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) necessitam melhorar vários elementos competitivos, como: a capacitação dos recursos humanos, a tecnologia, os equipamentos, o *marketing*, a distribuição e os processos produtivos (SUZIGAN, 2001).

**Gráfico 18** – Produção mensal em volume das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Como pode ser observada na tabela 12, uma parte significativa das empresas da amostra de Londrina (48%) destinam uma pequena parcela de sua produção (até 30%) para o estado do Paraná. Por outro lado, 24% das empresas vendem seus produtos apenas para o próprio Estado. Ainda assim, pode-se afirmar que o destino das vendas é predominantemente para outros Estados, pois em 52% das empresas a venda para outros estados representa de 50% a 90%.

**Tabela 12** – Destino das Vendas no Paraná e em outros Estados das empresas da amostra do setor de confecções, por município – 2010

Destino de vendas (%)	<i>Londrina</i>		<i>Maringá</i>		<i>Cianorte</i>	
	Paraná	Outros Estados	Paraná	Outros Estados	Paraná	Outros Estados
<b>0%</b>	0	5	1	3	0	2
<b>Até 30%</b>	10	4	9	4	17	3
<b>31 a 50%</b>	2	1	1	1	1	1
<b>51 a 70%</b>	1	6	3	2	1	2
<b>71 a 90%</b>	3	5	2	8	2	14
<b>100%</b>	5	0	3	1	2	1
<b>Total<sup>33</sup></b>	21	21	19	19	23	23

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

No Paraná essa mercadoria vai para Londrina, Ibiporã, Rolândia, Uraí, Cambé, Maringá, Cianorte e Curitiba. A venda destinada aos outros Estados abrange São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Pará, Ceará, Tocantins.

Apenas uma das empresas entrevistadas exporta para Alemanha e EUA, cuja exportação representa apenas 1% de suas vendas.

No município de Maringá, 49% das empresas destinam até 30% da produção para o estado do Paraná, 16% vendem seus produtos apenas para o próprio Estado e 5% destina todas as vendas para outros Estados. No entanto, a maioria da produção destina-se a outros Estados, pois em 53% das empresas da amostra a venda para os demais estados representa de 50% a 90%.

O destino das mercadorias produzidas em Maringá, no Paraná, engloba todo Estado e as vendas destinadas aos outros Estados abrangem todo o Brasil. Quanto à exportação, 10% das empresas exportam para o Paraguai, no entanto a exportação representa menos que 10% de suas vendas.

Esses dados confirmam a constatação do IPARDES (2006b) de que o mercado atendido pelas empresas é predominantemente nacional, no entanto contradiz a informação de que essas vendas destinam-se principalmente aos comerciantes de São Paulo.

O município de Cianorte é o que apresenta maior saída de mercadorias para fora do estado, sendo que em 74% das empresas da amostra apenas 30% da produção é vendida no Paraná e 61% das empresas vendem de 71 a 90% do que é produzido para outros

<sup>33</sup> Em Londrina foram entrevistadas 22 empresas, no entanto uma empresa não soube informar o destino de vendas. O mesmo ocorreu em Maringá, onde foram entrevistadas 20 empresas e uma não soube informar o destino de vendas.

Estados, como São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Bahia, Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Sul.

No que se refere à exportação, diversas empresas afirmaram que uma parte da sua produção acaba indo para o Paraguai, no entanto, não como exportação, pois os “sacoleiros” vem ao município efetuar compras e levam para seu país (Tabela 12).

Verificou-se o porte das empresas entrevistadas por faixa de faturamento. Foi constatado que no município de Londrina o setor de confecções é formado predominantemente por micro e pequenas empresas, as quais representam 46% e 36%, respectivamente. Cabe ressaltar que nenhuma empresa da amostra foi considerada de porte grande e que 18% são de porte médio.

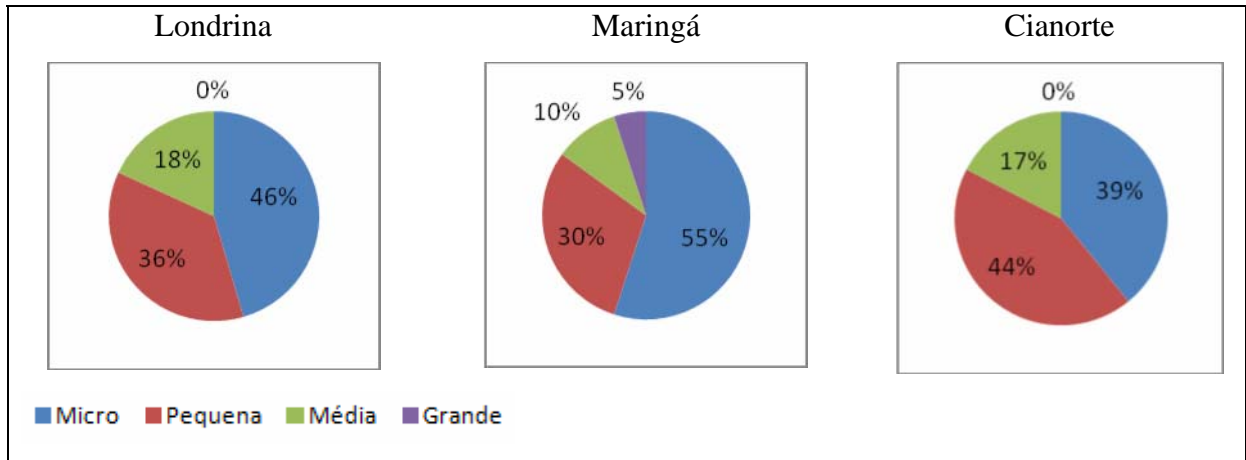
O setor de confecções no município apresenta uma diminuição da participação de micro e pequenas empresas, acompanhado de uma maior representatividade das empresas de médio porte, visto que no estudo de Aora (2003), 92% das empresas de Londrina caracterizavam-se por micro e pequenas empresas; de forma similar, Arbex (2005) observou que 72,5% caracterizavam-se como microempresas, 22,5% empresas de pequeno porte, 2,5% empresa de médio porte e 2,5% empresa de grande porte.

No município de Maringá também se notou a predominância de micro e pequenas empresas, as quais representaram 55% e 30%, respectivamente do total da amostra, confirmando os dados do IPARDES (2006b), o qual observou que o APL de Confecções de Maringá era constituído predominantemente por micro e pequenas empresas (85%). Em seguida tem-se 5% de empresas de médio porte. No entanto, constatou-se 5% de grandes empresas.

Em Cianorte as empresas também são predominantemente de porte micro e pequeno, de acordo com a faixa de faturamento. Contudo, diferente de Londrina e Maringá, onde a maioria das empresas é considerada micro, em Cianorte o maior percentual é de pequenas empresas, as quais representam 44%, seguido pelas microempresas com 39% e médias com 17%. Cabe ressaltar que não foi entrevistada nenhuma empresa de grande porte (Figura 14).

Verifica-se o crescimento das empresas de pequeno e médio porte no município, visto que no estudo do IPARDES (2006c), no ano de 2004, 90% enquadravam-se na categoria de microempresas, 8% eram empresas de pequeno porte, 2% de médio porte e nenhuma é enquadrada como grande empresa.

**Figura 14** – Porte das empresas entrevistadas do setor de confecções por faixa de faturamento, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

No que se refere às relações interempresariais, questionou-se qual o tipo de cooperação que a empresa tem com outros fabricantes de produtos similares como arrendamento de maquinário, desenvolvimento de produtos, *marketing*, treinamento de mão de obra, compra de matéria prima, troca de materiais, entre outros.

Buscou-se verificar se a empresa troca ideias sobre as dificuldades e estratégias com outros fabricantes, se visita outros fabricantes e abre sua empresa para visitas, se além das relações comerciais, o empresário mantém algum outro tipo de interação social com esses fabricantes, qual a localização dos três principais fornecedores de bens e serviços especializados e, por fim, se esses fornecedores mantêm algum outro tipo de cooperação/interação com a empresa.

Verificou-se que no município de Londrina 82% das empresas da amostra não possuem nenhum tipo de cooperação com outros fabricantes. Cooperam no desenvolvimento do produto e no marketing da empresa apenas 5% delas, sendo que essa cooperação é feita com uma empresa do próprio município. No desenvolvimento e compra de matéria prima com empresas de São Paulo e Rio de Janeiro também se constatou apenas 5%. Um pequeno percentual coopera no treinamento de mão de obra, compra de matéria prima e troca de materiais e somente no desenvolvimento de produtos, ambas com 4%.

Não há melhora significativa nas relações de cooperação entre as empresas no município, uma vez que, na pesquisa de Arbex (2005) constatou-se que 15% das empresas sinalizaram cooperar com outras empresas do setor.

Em Maringá foi constatado que 50% das empresas entrevistadas não possuem nenhum tipo de cooperação, 15% compram materiais em conjunto, 10%

desenvolvem produtos em parceria e o mesmo percentual além de desenvolverem os produtos juntos também cooperam no treinamento da mão de obra, compra de matéria-prima e troca de materiais. Representando 15% estão as empresas que interagem apenas no treinamento da mão de obra, as que possuem cooperação de diversas formas como desenvolvimento dos produtos, marketing, treinamento da mão de obra, compra de matéria-prima e empréstimo de materiais e por fim as empresas que cooperam no arrendamento de maquinário e na compra de matéria-prima, cada uma representando 5%.

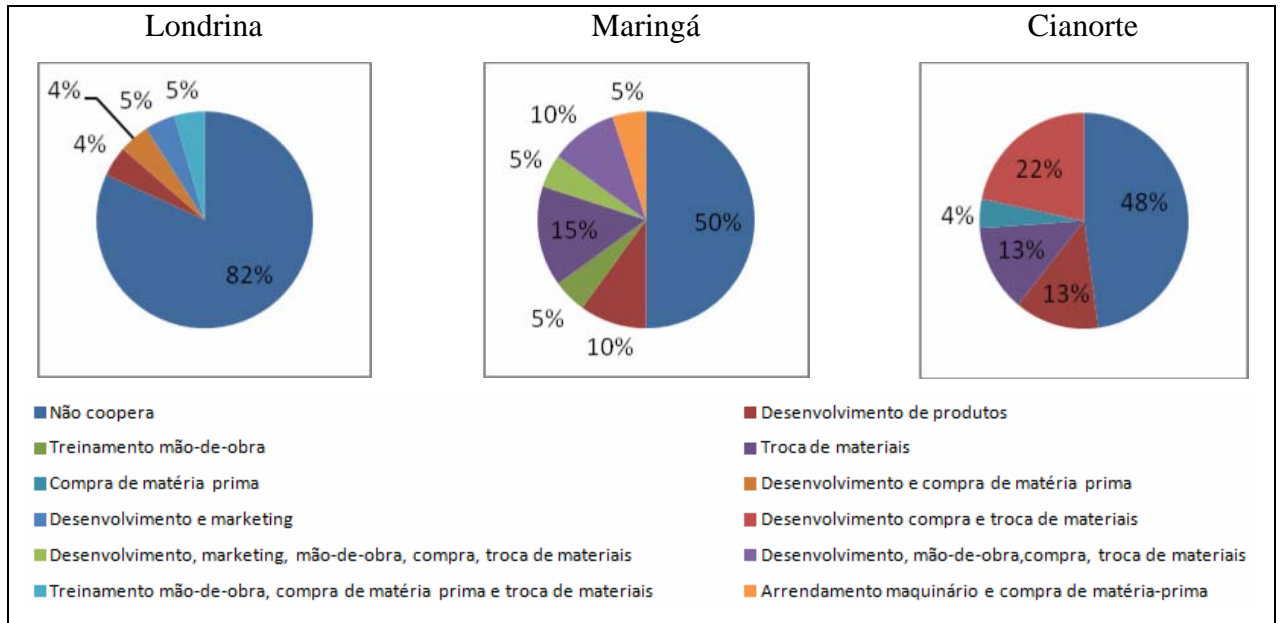
Os dados mostram uma melhora nas relações de cooperação no município, visto que na pesquisa do IPARDES (2006b) apenas 37% mantinham algum tipo de cooperação com outras empresas.

O município de Cianorte foi o que apresentou maior grau de cooperação, primeiramente por representar entre os três municípios o menor percentual de não cooperação (48%), apesar de ainda ser alto; na sequência, pelo segundo maior percentual (22%) de empresas que coopera tanto no desenvolvimento dos produtos como na compra e empréstimos de materiais. O restante das empresas coopera em pelo menos um dos quesitos analisados como troca de materiais e desenvolvimento do produto, ambas com 13%, e compra de matéria-prima representou 4% (Figura 15).

O trabalho do IPARDES (2006c) observou no que tange à cooperação entre as empresas, que esta se mantinha presente em um número bastante reduzido de empresas, referindo-se apenas a empréstimos temporários de matérias-primas, deixando, portanto, de explorar as potencialidades da aglomeração espacial, como a negociação de preços com fornecedores para compra de matéria prima e desenvolvimento dos produtos. Todavia, os resultados obtidos na pesquisa de campo apresenta uma evolução dessas relações no município de Cianorte.

A cooperação privilegia os interesses de toda a rede e não apenas da própria, contribuindo para a minimização das rivalidades, permitindo maior facilidade na negociação de contratos, minimização dos custos e das perdas, facilitando a transmissão de informações e processos inovativos (WAGNER III e HOLENBECK, 1999; ROBBINS, 2002; AMATO NETO, 2000; CASAROTTO e PIRES, 2001).

**Figura 15** – Cooperação das empresas entrevistadas do setor de confecções com outros fabricantes de produtos similares, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

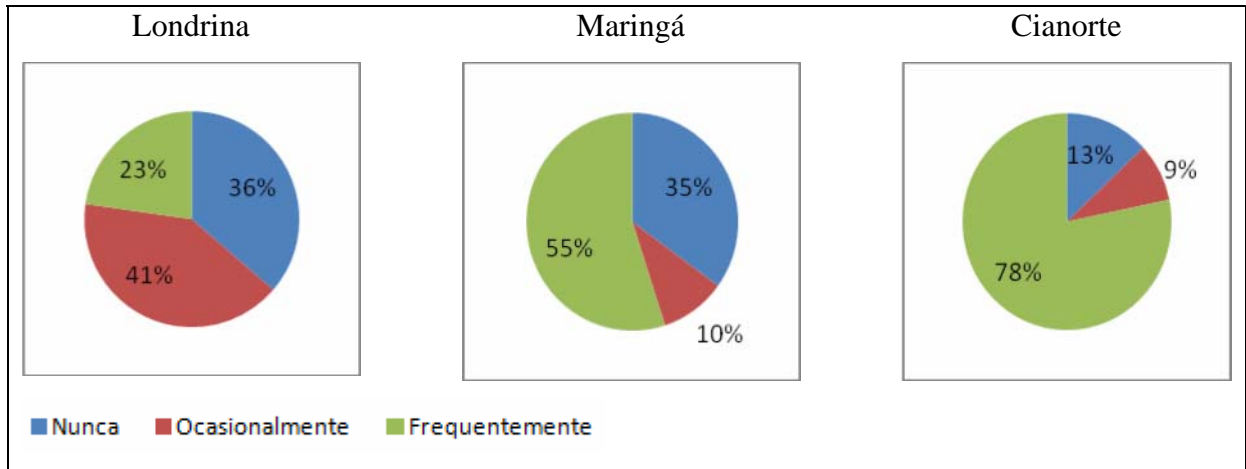
No município de Londrina as empresas da amostra não têm o hábito de trocarem ideias ou discutir as dificuldades e estratégias do setor com outros fabricantes conforme pode ser visto na figura 16, apenas 23% das empresas entrevistadas afirmam trocar ideias, 36% nunca discutiram com outro fabricante e 41% tiveram esse comportamento apenas algumas vezes.

Em Maringá, a maioria das empresas da amostra troca ideias com outros fabricantes (90%), dessas 55% o faz frequentemente e 10% ocasionalmente. Todavia, a proporção de empresas da amostra que não discute sobre o setor em Maringá é próximo ao de Londrina, representando 35%.

O melhor resultado no que se refere à troca de ideias foi constatado no município de Cianorte, onde apenas 13% das empresas da amostra não têm o hábito de discutir as dificuldades e estratégias do setor com outros fabricantes de produtos similares e a maioria das empresas (87%) o faz, seja frequentemente, representando 78% ou ocasionalmente com 9% (Figura 16).

A troca de informação e ideias entre as empresas é uma das formas de cooperação, a qual possibilita o desenvolvimento de estratégias com intuito de solucionar problemas, gerando uma maior competitividade das empresas envolvidas (CASAROTTO; PIRES, 2001).

**Figura 16** – Troca de ideias das empresas entrevistadas do setor de confecções com outros fabricantes de produtos similares, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

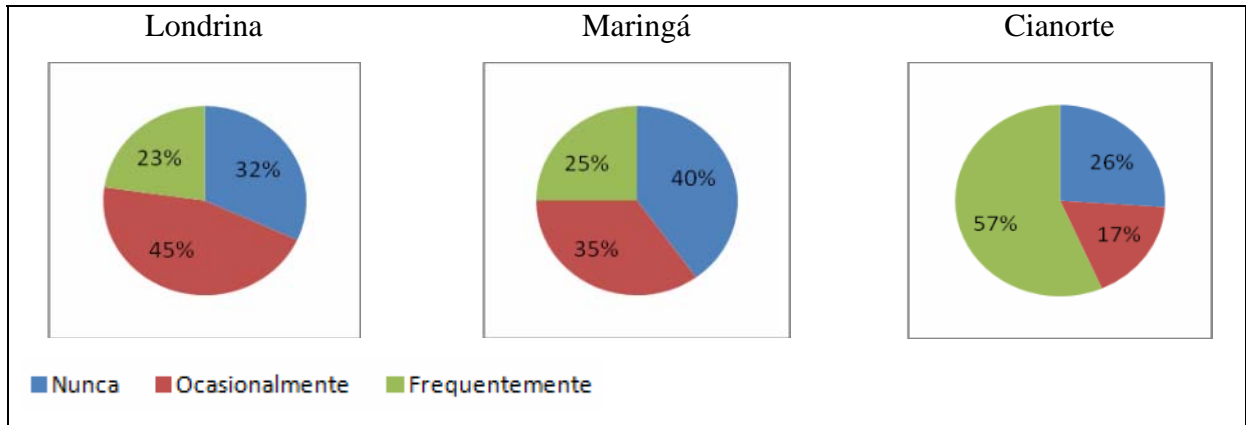
Outro fator importante além de trocar ideias é visitar outras empresas que fabricam produtos similares a fim de verificar a realidade do setor e buscar novas soluções para os problemas em comum; grande parte das empresas no município de Londrina (45%) afirma que ocasionalmente visita outros fabricantes, mas verificou-se que uma parcela considerável (32%) nunca teve esse comportamento e apenas 23% frequentemente visitam outras empresas.

Mesmo com o percentual ainda alto de empresas que não visitam outros fabricantes é possível verificar uma melhora dessa interação, visto que Arbex (2005) constatou que em 2005 a maioria das empresas (mais de 60%) indicou não manter relacionamentos desta natureza; 25% das empresas afirmaram manter alguma troca de informações nesse sentido de forma casual.

De forma similar é o comportamento das empresas da amostra de Maringá, onde 40% delas não visitam outras empresas, 35% o fazem ocasionalmente e 25% frequentemente. Esses resultados direcionam para uma melhora do comportamento das empresas em buscarem informações sobre novas técnicas de produção, visto que em 2006 apenas 33% dos empresários entrevistados pelo IPARDES (2006b) visitavam outras empresas.

Novamente o município de Cianorte se destaca, visto que a maioria das empresas (57%) visita outras empresas com frequência e 17% o faz ocasionalmente. Apenas 26% nunca visitaram outro fabricante (Figura17).

**Figura 17** – Visita a outros fabricantes de produtos similares das empresas entrevistadas do setor de confecções, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

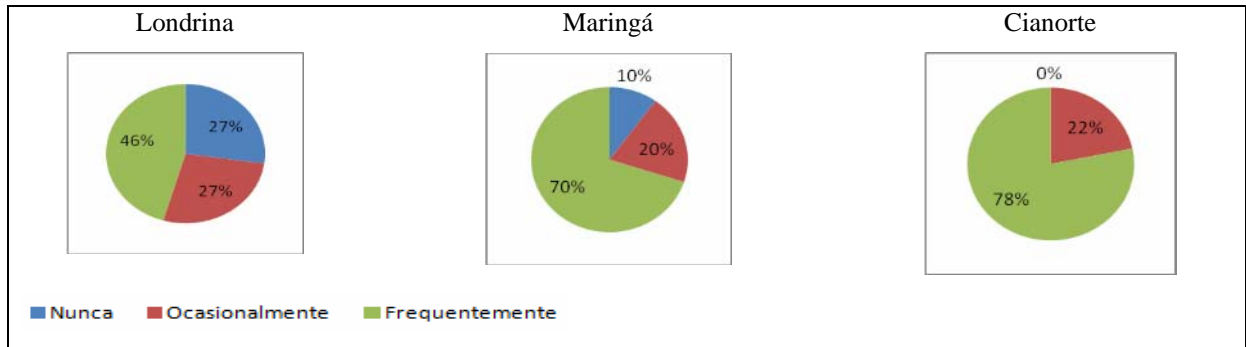
Em Londrina, além das empresas não visitarem outros fabricantes foi verificado que um percentual significativo também não abre a sua empresa para que outros fabricantes possam visitá-la ou adotam esse tipo de comportamento ocasionalmente, ambas com 27%. Cabe ressaltar que 46% das empresas afirmaram que abrem seu local de trabalho frequentemente.

No município de Maringá foi observado que a maioria das empresas entrevistadas (70%) frequentemente abre seu local de trabalho para a visita de outros fabricantes, 20% o faz ocasionalmente e apenas 10% nunca abrem suas empresas.

Mesmo Maringá apresentando resultado considerável em relação à abertura do local de trabalho a outras empresas, ainda o município de Cianorte é o que mais se destaca, onde 100% das empresas abrem o seu local de trabalho a outros fabricantes de produtos similares, sendo que 78% o fazem frequentemente e 22% ocasionalmente (Figura 18).

O nível de desenvolvimento dos arranjos e sistemas produtivos locais é maior nos municípios que possuem ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

**Figura 18** – Abertura do local de trabalho das empresas do setor de confecções para outros fabricantes de produtos similares, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

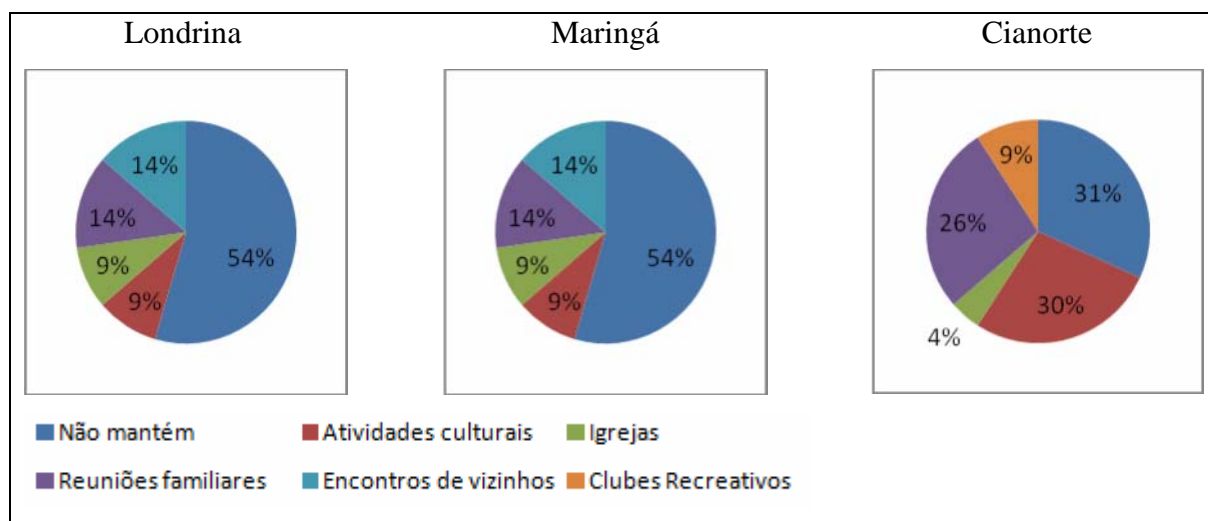
A maioria dos empresários do município de Londrina 54% não mantém nenhum tipo de interação social com outros empresários do setor, sendo que 14% encontram-se em reuniões familiares e encontros de vizinhos e 9% interagem por meio de atividades culturais e em igrejas.

Da mesma forma, em Maringá a maioria dos empresários entrevistados (55%) não mantém interação social com outros proprietários, 25% deles encontram-se em atividades culturais, 20% em igrejas e outros 20% em reuniões familiares.

Cianorte também foi o município que mostrou melhor resultado no que se refere à interação social entre os empresários, constatou-se que na maioria das empresas (69%) existe algum tipo de relação além das comerciais entre os empresários, seja em atividades culturais (30%), reuniões familiares (26%), clubes recreativos (9%) ou igrejas (4%) (Figura 19).

A interação social possibilita a troca de informações e experiências, o que leva ao aumento da confiança e à redução de incertezas e comportamentos oportunistas dentro das empresas, resultando em uma maior cooperação e eficiência competitiva (CLARO; HAGELAAR, 2002).

**Figura 19** – Interação social dos empresários entrevistados do setor de confecções com outros fabricantes de produtos similares, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Os principais fornecedores de bens e serviços especializados citados pelos entrevistados de Londrina estão localizados no estado do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, e em menor número estão em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Mato Grosso.

Da mesma forma, no município de Maringá os principais fornecedores de bens e serviços especializados encontram-se nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, também há alguns fornecedores no Ceará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

No município de Cianorte os principais fornecedores são dos mesmos estados que em Londrina e Maringá, ou seja, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além de fornecedores de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Esses fornecedores oferecem não apenas insumos e produtos. No município de Londrina, 38% das empresas da amostra declarou que existem outros tipos de cooperação com o empresário como: i) informações para melhoria e diferenciação dos produtos finais; ii) solução de problemas decorrentes de insumos fornecidos; iii) abertura para sugestões de como melhorar os produtos fornecidos; iv) explicação sobre as características dos produtos. Em 29% das empresas foi citado pelo menos um dos benefícios acima. Todavia, 33% das empresas alegam que os fornecedores não mantêm nenhum tipo de cooperação ou interação com a empresa.

Verifica-se uma melhora nas relações das empresas com seus fornecedores, pois de acordo com pesquisa de Arbex (2005), nesse ano o percentual de empresas que apresentava insatisfação com os fornecedores era de 70%.

De forma semelhante, em Maringá 32% das empresas entrevistadas afirmam que os fornecedores cooperam em todos os quesitos citados, 32% tem pelo menos dois benefícios, 10% apenas oferecem informações para a melhoria e diferenciação dos produtos finais e 26% não tem nenhum tipo de cooperação com as empresas além do fornecimento dos produtos.

Novamente, em Cianorte é onde se encontra a maior cooperação entre fornecedor e empresa, sendo que 44% das empresas responderam que os fornecedores cooperam em todas as atividades questionadas, 35% têm cooperação dos fornecedores em três dos cinco quesitos analisados, 9% apenas recebem informações sobre as características dos produtos comprados e com o menor percentual dentre os três municípios, 12% das empresas da amostra afirmam que não existe nenhum tipo de cooperação/interação dos fornecedores com as empresas.

A cooperação dos fornecedores permite maior acessibilidade às informações sobre produtos e tecnologias resultando em um maior grau de simetria de circulação dessas informações, possibilitando o desenvolvimento de novos produtos e aumento da competitividade (PRAHALAD; RAMASWAMY, 2004).

No que tange a cooperação multilateral investigou-se a relação das empresas com as entidades de classe (sindicato, associação setorial ou instituição local), sua participação em programas de apoio e os benefícios resultantes, a importância da contribuição de sindicatos, associações, cooperativas locais no tocante as seguintes atividades: i) auxílio na definição de objetivos comuns para o APL; ii) auxílio na definição de ações estratégicas de planejamento; iii) disponibilização de informações sobre matéria prima, equipamento, assistência técnica e consultoria; iv) identificação de fontes e formas de financiamento; v) abertura de canais de comercialização no mercado interno e externo; vi) prospecção sobre tendências de mercados e produtos; vii) criação de fóruns e ambientes para discussão; viii) promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica das empresas; ix) estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa local; e x) organização de eventos técnicos e comerciais. Por fim, questionou-se sobre quais são as dificuldades do APL que a empresa considera relevantes para compor a agenda de políticas governamentais.

Foi constatado que 91% das empresas entrevistadas no município de Londrina estão associadas em alguma entidade de classe, no entanto das empresas associadas 68% possuem vínculo somente com o sindicato, e apenas 23% são associadas tanto ao sindicato, quanto a outras entidades como SENAC, ACIL, SESI, SENAI e SEBRAE.

Os resultados obtidos direcionam para uma melhora na relação das empresas com as associações, visto que, em 2005, 77,5% das empresas indicavam algum relacionamento com o sindicato e apenas 10% mantinham algum tipo de relação com outras instituições (ARBEX, 2005).

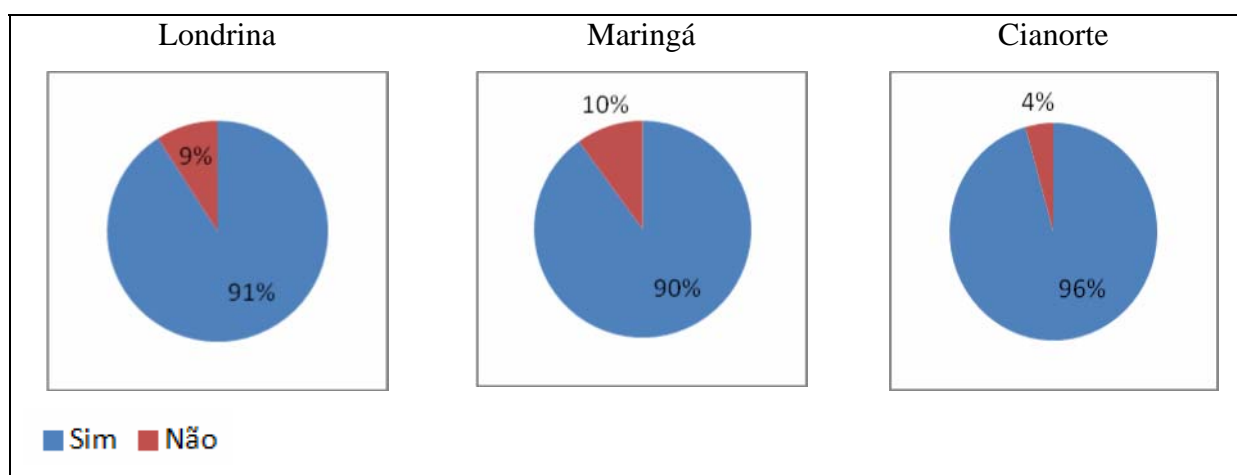
No município de Maringá, 90% das empresas estão associadas a alguma entidade de classe. Das empresas associadas, 50% possuem vínculo apenas com o sindicato e 50% estão associadas ao sindicato e à Associação Comercial.

O trabalho do IPARDES (2006b) já havia constatado que a maioria das empresas era filiada ao SINDVEST, no entanto indicou que os associados demonstravam insatisfação quanto aos serviços prestados pelo Sindicato.

O município que apresentou maior grau de associação das empresas a alguma entidade de classe foi Cianorte, onde se verificou uma representatividade de 96%. Além disso, também foi observado que a maioria das empresas não é associada apenas ao sindicato da categoria, mas também a associações locais como o ASAMODA, ASCOVEST e SEBRAE (Figura 20).

Os ambientes institucionalizados tornam o comportamento da empresa mais estável e previsível, resultando na redução de custos derivados das incertezas nas relações entre os atores (EDQUIST; JOHNSON, 1997; BERGER; BERGER, 2002).

**Figura 20** – Associação das empresas da amostra do setor de confecções a alguma entidade de classe, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

No município de Londrina foi verificado que a maioria das empresas entrevistadas (59%) nunca participou de nenhum programa de apoio ao APL, as 41% restantes participaram de programas promovidos pelo SEBRAE, SENAI e FIEP. Das

empresas que já tiveram participação, 56% afirmam que obtiveram resultados benéficos para a empresa como melhor gerenciamento e organização da empresa, aprofundamento sobre os conhecimentos do setor, conhecimento de novas tecnologias, melhoria da qualidade de seu produto, abertura de novos contatos e clientes por meio das viagens a feiras.

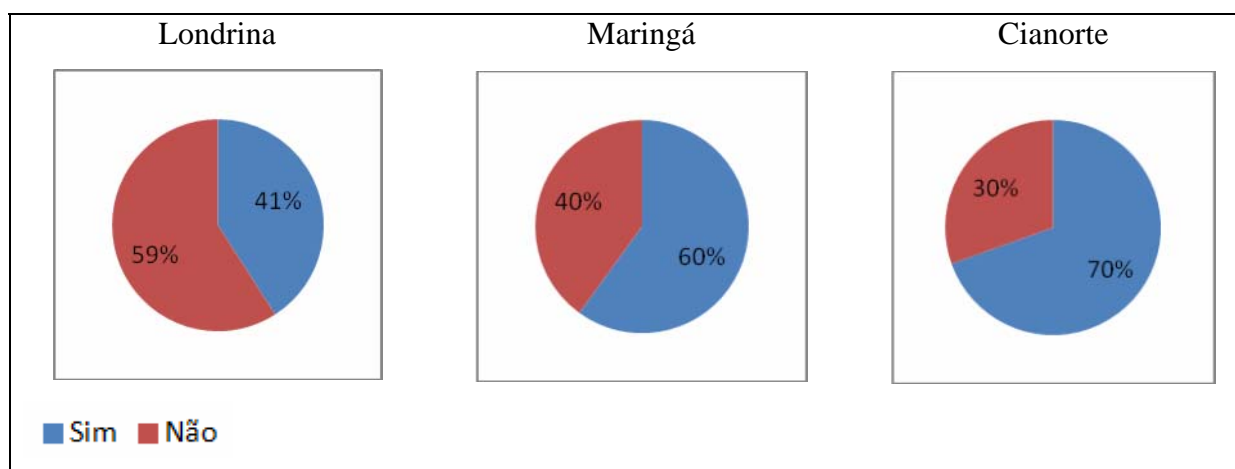
Em Maringá, inverte-se esse comportamento sendo que a maior parte das empresas (60%) já participou de algum programa de apoio ao APL promovidos pelo SEBRAE e FIEP e 83% delas afirmam que obtiveram ótimos resultados dessa participação. Esses dados mostram que a insatisfação dos empresários, no que tange às instituições de apoio, verificada também pelo IPARDES (2006b), já não está mais presente no município.

Dentre os resultados obtidos pela participação nos programas pode-se citar: i) novos contatos com fornecedores e clientes; ii) melhor planejamento dentro da empresa; iii) aprendizado de plano de negócio e formação de preços; iv) melhor gestão da empresa; v) novas ideias de *design* e vi) maior conhecimento sobre o setor.

Convergentes com Maringá e mais representativos são os resultados verificados em Cianorte, onde 70% das empresas entrevistadas já participaram de alguns programas de apoio ao APL coordenados pelo SEBRAE, SENAI e FIEP. Deve ser destacado o fato de que 100% das empresas que participaram de tais programas afirmaram que obtiveram resultados benéficos como: i) melhora na organização da produção; ii) melhora na qualidade do produto final; iii) ampliação do conhecimento sobre o setor; iv) obtenção de novos contatos; v) melhor controle financeiro; vi) criação de *layout* de produção; vii) abertura de canais de comercialização e viii) conhecimento sobre inovação tecnológica (Figura 21).

No município de Cianorte o IPARDES (2006c) já havia verificado um denso ambiente institucional, composto de associações de produtores e de comerciantes, que têm por função garantir o planejamento de ações estruturantes para o ramo; instituições de ensino que oferecem cursos específicos para a qualificação da mão de obra; instituições locais de apoio que dão suporte ao APL em questões financeiras e de gestão, além de estrutura oferecida pelo poder público municipal.

**Figura 21** – Participação das empresas da amostra do setor de confecções em algum programa de apoio coordenado por entidades locais ou instituições de apoio, por município – 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Buscou-se verificar o grau de importância que as empresas veem da contribuição de alguma entidade no tocante às atividades descritas na tabela 13.

No município de Londrina, na quase totalidade das atividades, a maioria das empresas entrevistadas acredita que teria uma importância alta um órgão para auxiliá-las. Algumas atividades atingiram 50% ou mais, quais sejam: 3, 5, 7 e 11. Embora, aproximadamente 20% das empresas relatem que não seria necessária a presença de uma entidade para auxiliá-las.

Em Maringá, foi constatado que as empresas entrevistadas acreditam que seria de extrema importância a presença de alguma entidade para auxiliá-las, praticamente em todas as atividades. A maioria das atividades obteve mais de 50% importância alta, em apenas quatro atividades<sup>34</sup> observaram-se percentuais para importância nula.

Já em Cianorte foi verificado o maior grau de importância da presença de entidades para as empresas entrevistadas, visto que 9 dos 11 quesitos questionados obtiveram uma representatividade maior do que 70% no grau mais elevado e somente duas atividades não alcançaram esse percentual, quais sejam: abertura de canais de comercialização no mercado externo (52%) e estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local (61%) (Tabela 13).

<sup>34</sup> Identificação de fontes e formas de financiamento, abertura de canais de comercialização no mercado externo, promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica das empresas e estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local

**Tabela 13** – Grau de importância da existência de alguma entidade nas atividades abaixo, segundo as empresas entrevistadas do setor de confecções, por município – 2010

	Atividades	Londrina				Maringá				Cianorte			
		Alta	Média	Baixa	Nula	Alta	Média	Baixa	Nula	Alta	Média	Baixa	Nula
1	Auxílio na definição de objetivos comuns ao APL	36%	23%	23%	18%	65%	35%	0%	0%	74%	26%	0%	0%
2	Auxílio na definição de planejamento estratégico	41%	27%	14%	18%	50%	40%	10%	0%	83%	13%	4%	0%
3	Disponibilização de informações sobre matéria-prima, consultoria	50%	32%	9%	9%	60%	25%	15%	0%	96%	4%	0%	0%
4	Identificação de fontes e formas de financiamento	36%	27%	14%	23%	35%	35%	10%	20%	74%	22%	4%	0%
5	Abertura de canais de comercialização (interno)	59%	10%	4%	27%	65%	30%	5%	0%	83%	17%	0%	0%
6	Abertura de canais de comercialização (externo)	36%	4%	23%	36%	45%	15%	5%	35%	52%	22%	4%	22%
7	Prospecção sobre tendência de mercado	50%	18%	5%	27%	70%	30%	0%	0%	83%	17%	0%	0%
8	Criação de ambientes para discussão	18%	36%	23%	23%	55%	35%	10%	0%	74%	9%	13%	4%
9	Promoção de ações dirigida à capacitação tecnológica	32%	50%	4%	14%	50%	40%	0%	10%	78%	22%	0%	0%
10	Estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local	18%	45%	14%	23%	60%	35%	0%	5%	61%	22%	13%	4%
11	Organização de eventos técnicos e comerciais	59%	18%	0%	23%	85%	15%	0%	0%	83%	17%	0%	0%

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Uma característica relevante de qualquer arranjo produtivo local é a existência de um alto grau de cooperação e confiança entre as empresas e as instituições que o integram, os dados mostram que ainda é possível melhorar esses quesitos, principalmente no município de Londrina (PUGA, 2003).

A fim de propor políticas governamentais para estimular o setor, investigaram-se junto às empresas as dificuldades que os APL's enfrentam, de acordo com a visão dos empresários entrevistados.

No município de Londrina, o principal problema encontrado refere-se à não participação das empresas, ou seja, à falta de cooperação. De acordo com os empresários, isso se dá devido à alta competitividade do setor, em que os produtos oferecidos são similares. As empresas defendem que o APL deveria ser segmentado, pois assim todos os empresários inseridos teriam os mesmos objetivos, o que facilitaria tomadas de decisões conjuntas.

Outro fator importante seria a implementação de políticas para incentivar o setor, dentre as mais citadas foram: i) barreiras à entrada dos produtos chineses; ii) mudança e redução da carga tributária; iii) padronização de preços e iv) maior comprometimento das instituições de apoio ao setor. Segundo alguns empresários entrevistados os cursos oferecidos por algumas instituições geram ônus e não atingem o resultado esperado, pois o que é visto na teoria não é possível executar dentro da empresa, o que leva a uma descrença nas instituições.

O trabalho de Arbex (2005) identificou algumas ações do poder público em prol do setor de confecções em Londrina. Entretanto, as empresas mostraram, em linhas gerais, não estar sentindo o efeito de políticas públicas para o setor.

Em Maringá, o principal problema encontrado é a mão de obra especializada, pois de acordo com empresários entrevistados, antigamente costureira era uma profissão que era passada de mãe para filha, hoje em dia as mães que são costureiras querem que suas filhas tenham outras profissões.

No que se refere às políticas governamentais para incentivar o setor, os problemas mais citados foram: i) falta de incentivos fiscais e de ações governamentais diante da força do setor na região; ii) facilidade de importação a preços muito menores que os internos; iii) custos trabalhistas; iv) carga tributária elevada; v) desenvolvimento de novas tecnologias a fim de suprir o problema da mão de obra; vi) capacitação dos empresários para melhor gestão da empresa; vii) instituições com profissionais que já vivenciaram o setor, a fim de elaborar propostas que sejam possíveis de serem implementadas; viii) incentivos para que as costureiras busquem se especializar.

Diversos entraves já haviam sido constatados em pesquisa do IPARDES (2006b) tais como: impostos elevados e tributação; fiscalização excessiva; nível da taxa de câmbio; falta de demanda pelos produtos e falta de capital de giro.

No município de Cianorte, dois foram os principais problemas encontrados. O primeiro, como em Maringá, é a questão da mão de obra, a reclamação efetuada refere-se ao custo elevado devido aos encargos trabalhistas e a obtenção de mão de obra qualificada. O segundo problema diz respeito aos *shoppings* atacadistas, os empresários reclamam dos altos custos e das vantagens obtidas em fechar acordos com os guias para levarem as excursões para determinados *shoppings*.

As políticas governamentais consideradas necessárias pelas empresas foram: i) reforma tributária; ii) incentivo aos pequenos empresários por meio de taxa de juros menores; iii) maior divulgação da força da região no setor para todo o Brasil; iv) melhor integração entre empresa e academia; v) barreiras comerciais aos produtos chineses; vi) maior apoio da prefeitura ao setor; vii) criação de um centro de capacitação e viii) crédito especial para capital de giro inicial.

As políticas sugeridas pelas empresas auxiliariam em vários dos obstáculos apresentados pelo MDIC (2006) como: incorporação de inovações tecnológicas; falta de capital de giro; baixa qualificação empresarial e falta de mão de obra qualificada.

O último fator analisado refere-se ao financiamento. Investigou-se a realização de expansão ou modernização da empresa nos últimos 5 anos, como esta foi financiada e se a empresa já obteve algum benefício fiscal.

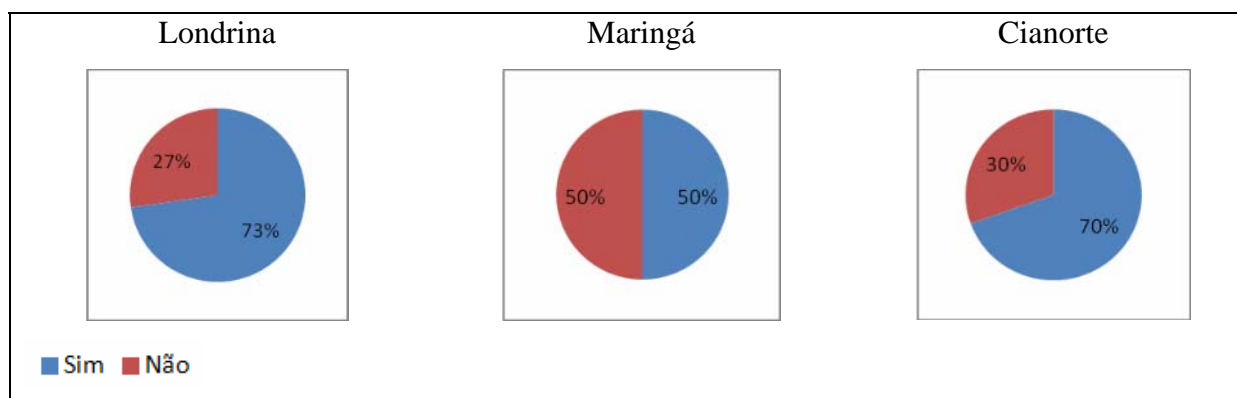
Em Londrina, a maioria das empresas entrevistadas (73%) realizou investimento para expansão e/ou modernização de sua capacidade produtiva nos últimos 5 anos. O financiamento desse investimento foi feito por 56% delas com capital próprio da empresa, 13% por meio de empréstimos familiares e 31% restante por uma combinação de capital próprio, empréstimo familiar e a bancos públicos, privados e agências de fomento.

No município de Maringá, 50% das empresas entrevistadas fizeram investimento nos últimos 5 anos, sendo que 60% destas o fizeram por meio de capital próprio, os restantes 40% além de capital próprio utilizaram também outras fontes como bancos e agências de desenvolvimento e bancos comerciais, tanto públicos como privados.

Semelhante à Londrina, no município de Cianorte 70% das empresas entrevistadas fizeram investimento para expansão e/ou modernização da capacidade produtiva nos últimos 5 anos. Em 88% dos casos o capital utilizado para esse investimento foi próprio, apenas 6% foi com empréstimo familiar e o mesmo percentual financiado por bancos comerciais públicos (6%) (Figura 22).

O financiamento com recursos próprios, reflete a dificuldade de acesso às mais variadas linhas de crédito, devido ao excesso de burocracia e, também, pelas condições desfavoráveis de acesso ao recurso, como a elevada taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras (IPARDES, 2006b).

**Figura 22** – Expansão e/ou modernização da capacidade produtiva nos últimos 5 anos das empresas da amostra do setor de confecções, por município - 2010



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Por fim, constatou-se que apenas 18% das empresas entrevistadas em Londrina já tiveram algum tipo de benefício fiscal, como: isenção de imposto, terreno cedido

pela prefeitura e isenção de água e luz. Em Maringá, esse percentual foi de 20%, e com benefícios referentes à tributação, doação de barracão e subsídios. Neste aspecto, pode-se destacar o município de Cianorte, onde 39% das empresas entrevistadas já tiveram algum benefício como doação do terreno/prédio e isenção de impostos.

**Quadro 2** – Resumo dos principais resultados da pesquisa de campo nos municípios de Londrina, Maringá e Cianorte – 2010

	Quesito	Londrina	Maringá	Cianorte
Caracterização das empresas	Atividade das empresas	-Marca própria (68%)	-Marca própria (80%)	-Marca própria (83%)
	Porte das empresas	-Predominância de micro e pequenas empresas	-Predominância de micro e pequenas empresas	-Predominância de micro e pequenas empresas
	Mão de obra	-Predominância de mão de obra feminina	-Predominância de mão de obra feminina	-Predominância de mão de obra feminina -Maior percentual de mão de obra masculina
	Qualificação da mão de obra	-Na empresa em serviços (50%)	-Fora da empresa em cursos e dentro da empresa em serviço (45%)	-Fora da empresa em cursos e dentro da empresa em serviço (52%)
Relações Interempresariais	Relações de subcontratação	-Predominância de subcontratantes -Maior percentual de empresas que não possuem relações de subcontratação	-Predominância de subcontratantes	-Predominância de subcontratantes -100% das empresas entrevistadas possuem relações de subcontratação
	Cooperação entre as empresas	-Predominância de empresas que não cooperam com outras (82%)	-Predominância de empresas que cooperam com outras (50%)	-Predominância de empresas que cooperam com outras (52%)
	Troca de ideias	-Ocasional (41%)	-Frequentemente (55%)	-Frequentemente (78%)
	Visita a outras empresas	-Ocasional (45%)	-Nunca (40%)	-Frequentemente (57%)
	Interação social	-Não mantêm (54%)	-Não mantêm (54%)	-Reuniões familiares, atividades culturais, igrejas e clubes (69%)
	Cooperação dos fornecedores	-Maior percentual de não cooperação dos fornecedores (33%)	-Predominância de cooperação dos fornecedores (74%)	-Maior percentual de cooperação dos fornecedores (88%)
Cooperação Multilateral	Associação à entidade de classe	-Predominância de empresas associadas somente ao sindicato	-Predominância de empresas associadas ao sindicato e a outras entidades	-Predominância de empresas associadas ao sindicato e a outras entidades
	Participação em programas de apoio	-Predominância de empresas não participativas (59%)	-Predominância de empresas participativas (60%)	-Predominância de empresas participativas (70%)
	Benefícios obtidos nos programas de apoio	-Melhor gerenciamento e organização da empresa -Aprofundamento sobre os conhecimentos do setor -Conhecimento de novas tecnologias -Melhoria da qualidade de seu produto -Abertura de novos contatos e clientes por meio das viagens a feiras.	-Novos contatos com fornecedores e clientes -Melhor planejamento dentro da empresa -Aprendizado de plano de negócio e formação de preços -Melhor gestão da empresa -Novas ideias de <i>design</i> -Maior conhecimento sobre o setor.	-Melhora na organização da produção -Melhora na qualidade do produto final -Ampliação do conhecimento sobre o setor -Obtenção de novos contatos -Melhor controle financeiro -Criação de <i>layout</i> de produção -Abertura de canais de comercialização -Conhecimento sobre inovação tecnológica
	Demanda dos empresários as instituições de apoio	-Baixa	-Média	-Alta

**Fonte:** Elaboração da autora.

## 5.2 AS INSTITUIÇÕES

Nesta seção são apresentados os resultados das entrevistas com órgãos institucionais, os quais possibilitaram a investigação da inter-relação entre os APL's e tais instituições. As questões referenciaram as políticas de apoio efetuadas pelas instituições para o setor, tais como: i) geração de interações locais; ii) envolvimento de instituições locais; iii) estímulo a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado; iv) alcance de um grupo relevante de atores locais quanto à sua posição na cadeia produtiva e v) cooperação e inovação.

No que se refere a essas políticas, analisou-se as que obtiveram sucesso e aquelas que foram mal sucedidas, e quais novas políticas as instituições recomendam para apoiar os APL's e o desenvolvimento do Estado. Por fim, procurou-se estabelecer uma relação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que a instituição contribui em alguns pontos questionados para ambas.

As instituições entrevistadas em Londrina foram SENAI; SEBRAE; SIVEPAR; UEL e PML.

O SENAI apoia o APL por meio de três tipos de políticas: i) para gerar interações locais; ii) envolvimento de instituições e iii) estímulo à geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado.

Obteve-se sucesso nas políticas citadas nos itens i) e ii) por meio do expressivo aumento do número de eventos relevantes para o setor. Entretanto, a política de geração, difusão e uso de conhecimento para o aprendizado não foi bem sucedida devido ao pouco envolvimento das empresas com as instituições de ensino, ou seja, o empresário ainda continua tentando realizar os seus projetos sem obter os conhecimentos técnicos básicos para sua execução.

Dessa forma, o SENAI acredita que para o fortalecimento do setor em Londrina seria necessária uma maior conscientização por parte dos empresários no que se refere à importância dos conhecimentos oferecidos pelas instituições de ensino.

Quanto ao SEBRAE, este oferece ao setor todas as políticas analisadas, quais sejam: i) interação das empresas em reuniões agendadas semanalmente a fim de discutir objetivos e estratégia para o fortalecimento do setor; ii) parcerias com UEL, Prefeitura e SENAI; iii) programas de consultoria e parceria com UEL e SENAI; iv) o alcance de um grupo relevante de atores locais na cadeia produtiva seria obtido por meio da associação das empresas às instituições; contudo, este item não obteve sucesso devido à falta de

envolvimento dos empresários e v) os empresários unidos poderiam cooperar entre si e ganhar competitividade. Todavia, como esse envoltório não ocorreu, o que impossibilitou o fortalecimento do APL, contribuindo assim para a sua dissolução.

Como pode ser observado, houve sucesso no envolvimento das instituições de ensino locais como SENAI e UEL, o que leva à recomendação do SEBRAE para o setor focalizar seus objetivos não mais na produção, já que não há cooperação dos empresários, mas na “inteligência da moda”, com projetos feitos em parceria com a UEL, como o *Design Moda*, a fim de fazer do município um polo de criação de estilistas.

Esta proposta é interessante visto que o município possui o curso de Moda da UEL, e de acordo com a entrevista, esta instituição apoia o setor por meio de todas as políticas questionadas da seguinte forma: i) a instituição participava das reuniões do APL; ii) há parcerias com SEBRAE, SENAI, CEF; iii) organiza palestras e mini cursos sobre *design*, gestão de produção, descarte sustentável e integração dos acadêmicos com a indústria por meio dos estágios; iv) no alcance de um grupo relevante de atores locais na cadeia produtiva – não obteve sucesso, pois não houve demanda dos empresários e v) neste item da cooperação e inovação, a UEL formou parcerias com as empresas para levar conhecimento à comunidade.

A UEL, como instituição, reconhece que as políticas adotadas para o apoio ao setor foram adequadas, só fracassaram pela falta de envolvimento dos empresários com o setor. Na sua visão é necessário que estes tomem conhecimento da importância das instituições de ensino para o fortalecimento do setor.

O SIVEPAR também coopera com as instituições em todas as políticas mencionadas por meio de participação nas reuniões, eventos para divulgação como “Londrina Moda Business”; trata-se de um projeto do condomínio têxtil, o qual se refere à criação de uma estrutura física para aproximar as empresas do setor a fim de facilitar a cooperação.

A justificativa da instituição para a não formação do APL está no fato tanto dos empresários que não aderiram ao projeto quanto na dificuldade de interação entre as instituições. Dessa forma, o SIVEPAR recomenda que as políticas sejam segmentadas, para aumentar a adesão dos empresários, gerando maiores vantagens.

A instituição que apresentou menor interação com as empresas em Londrina foi a PML, a qual elabora as políticas de apoio de acordo com a demanda dos empresários. A PML fez algumas palestras sobre o APL de Tecnologia do município para mostrar aos empresários como essas empresas se organizavam e colocou-se à disposição do setor de confecções para futuras demandas. No entanto, segundo a instituição até o presente momento nada foi pleiteado.

Por fim, comparou-se a importância que as empresas estabelecem e a intensidade das contribuições das instituições nas atividades listadas na tabela 14. Essa comparação corroborou a reclamação por parte das instituições frente a não participação dos empresários. Isso pode ser observado por meio dos percentuais obtidos pelas empresas, assumindo valores significativos apenas em duas atividades: i) abertura de canais de comercialização no mercado interno e ii) organização de eventos técnicos e comerciais.

Verificou-se elevada contribuição da maior parte das instituições nas seguintes atividades: i) auxílio na definição de objetivos comuns ao APL; ii) auxílio na definição de planejamento estratégico; iii) prospecção sobre tendência de mercado; iv) criação de ambientes para discussão; v) promoção de ações dirigida à capacitação tecnológica; vi) estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local; vii) organização de eventos técnicos e comerciais.

**Tabela 14** – Comparação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que a instituição contribui nas atividades abaixo, no município de Londrina – 2010

Atividades	INSTITUIÇÕES					EMPRESAS			
	SENAI	SEBRAE	UEL	SIVEPAR	PML	Alta	Média	Baixa	Nula
Auxílio na definição de objetivos comuns ao APL	B	A	A	A	N	36%	23%	23%	18%
Auxílio na definição de planejamento estratégico	B	A	A	A	N	41%	27%	14%	18%
Disponibilização de informações sobre matéria-prima, consultoria	B	A	M	A	N	50%	32%	9%	9%
Identificação de fontes e formas de financiamento	B	A	N	A	N	36%	27%	14%	23%
Abertura de canais de comercialização (interno)	B	M	N	A	N	59%	10%	4%	27%
Abertura de canais de comercialização (externo)	B	M	N	A	N	36%	4%	23%	36%
Prospecção sobre tendência de mercado	B	A	A	A	N	50%	18%	5%	27%
Criação de ambientes para discussão	B	A	A	A	N	18%	36%	23%	23%
Promoção de ações dirigida à capacitação tecnológica	B	A	A	A	N	32%	50%	4%	14%
Estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local	B	A	A	A	N	18%	45%	14%	23%
Organização de eventos técnicos e comerciais	B	A	A	A	N	59%	18%	0%	23%

**Legenda:** (B) Baixa; (A) Alta; (M) Média; (N) Nula

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

As inter-relações entre empresas e demais agentes (como universidades e instituições de apoio técnico) ainda mostraram-se fracas como já havia sido destacado por Arbex (2005), visto que o autor observou na aglomeração em estudo, um ambiente local

desenvolvido, em termos de infraestrutura e no que diz respeito à presença de instituições educacionais, de pesquisa e de apoio técnico. Entretanto, os elos entre as empresas do APL e tais instituições apresentavam-se muito pouco desenvolvidos.

Em Maringá as quatro instituições entrevistadas (SINDVEST, PMM SEBRAE, CESUMAR), participam de forma bastante ativa no setor. O SINDVEST atua no apoio ao APL por meio de todas as políticas mencionadas, ou seja, tanto para promover as interações locais e institucionais, como para difundir conhecimento e gerar cooperação e inovação entre as empresas.

Das políticas executadas pela instituição, destacam-se: i) Programa de Capacitação: o qual firmou parcerias com outras instituições como SEBRAE, SENAI e UEM para habilitar o empresário na melhor gestão da empresa; ii) convênio para aquisição de *software*: objetivando o controle da empresa; iii) PEIEX: Projeto de Extensão Industrial Exportadora.

O PEIEX objetiva identificar e capacitar as empresas a participar de ações realizadas pela APEX-Brasil.

A APEX-Brasil é a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, responsável pela promoção dos produtos e serviços brasileiros no mercado internacional. A base do trabalho da Agência é a parceria com o setor privado, buscando ampliar o número de empresas exportadoras, abrir novos mercados para os produtos e serviços nacionais e reforçar a presença brasileira em mercados tradicionais.

Entende-se que com esta iniciativa haverá indústrias mais competitivas a disputar espaço no mercado externo e, com o apoio da Agência, tornar o Brasil uma referência mundial em termos de exportação de produtos e serviços.

O benefício obtido pela empresa inscrita no PEIEX advém do conhecimento transmitido pela equipe de técnicos extensionistas e a implantação de melhoria indicada após o trabalho de análise da empresa, o que certamente aumentará sua competitividade, tornando-a apta a conquistar novos mercados e enfrentar desafios, como a exportação.

O trabalho do técnico extensionista não gera nenhum tipo de ônus para a empresa, porém em contrapartida o empresário deve disponibilizar parte do seu tempo e motivar seus colaboradores a realizar entrevistas e verificações de procedimentos e controles existentes em todas as áreas da firma. Também é fundamental a sua participação nos encontros de capacitação para melhoria de gestão e capacitação de processos e produtos.

Somente uma política efetuada pelo SINDVEST foi mal sucedida, a de criação de uma cooperativa de negócios, a qual objetivava a cooperação das empresas para a

aquisição de produtos em conjunto a fim de reduzir custos. De acordo com a instituição tal política não obteve sucesso devido à forte segmentação do setor e à diversidade no porte das empresas.

A instituição possui dois novos projetos de políticas a serem implantadas: i) Programa de Gestão Empresarial: criado a partir do resultado do Programa de Capacitação, o qual sinalizou a deficiência dos empresários na gestão da empresa. Este novo projeto busca tornar o empresário apto a gerir sua empresa em todas as áreas, seja financeira, produtiva ou de relacionamento interpessoal, o que levará a uma melhor eficiência; ii) Projeto Eventos Itinerantes: voltado para a divulgação do setor em outros Estados.

O SEBRAE também apoia o APL em todas as políticas mencionadas da seguinte forma: i) geração de interações locais: reuniões e palestras com objetivo de informar e discutir sobre as dificuldades e estratégias do setor; ii) envolvimento de instituições locais: atuação em rede das instituições; iii) estímulo a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado: oferta de cursos e consultorias; iv) alcance de um grupo relevante de atores locais quanto à sua posição na cadeia produtiva: adesão significativa das empresas e v) cooperação e inovação: com o apoio dos empresários consegue-se agir de forma cooperativa e a difusão do conhecimento possibilita melhorias na inovação.

Segundo o SEBRAE, a adoção dessas políticas permitiu uma melhora na qualidade e na produtividade dos produtos do município, uma maior conscientização para as tendências da moda, e uma maior integração das instituições, tanto com as empresas como para com outras instituições. Cabe ressaltar a dificuldade encontrada para adoção de políticas voltadas para a busca de novos mercados devido à falta de recursos e ao valor cambial.

Dessa forma, a instituição recomenda que as novas políticas sejam focadas na prospecção de mercados, pesquisas para novas coleções e inovação.

A Prefeitura por meio da CODEM atua como elo das empresas com as instituições, ajudando na articulação e elaboração de projetos, o que resulta na abrangência de todas as políticas de apoio citadas na pesquisa.

Formuladas por membros da CODEM e por presidentes e dirigentes de entidades e instituições que compõem o Conselho, além de lideranças políticas locais e não membros, as propostas do documento denominado “Maringá 2030” tem como tema central o desenvolvimento econômico. Espera-se que o município se torne economicamente desenvolvido, com elevados níveis de emprego e riqueza e com renda equitativamente distribuída.

Das estratégias criadas nesse documento, para alcançar maior desenvolvimento econômico, as que beneficiarão o setor de confecções são as seguintes: i) consolidação de parques industriais com atividades produtivas de alto valor agregado, dotando-as de toda infraestrutura necessária; ii) implantação do projeto trem de passageiro para transporte de massa urbana e regional; iii) dar visibilidade à região através de um portal de informações e de divulgação; iv) ampliar a estrutura de turismo e de cultura, como centro de eventos, espaços para congressos, feiras e exposições; v) integrar as instituições de ciência e tecnologia a outros instrumentos de promoção do desenvolvimento de Maringá; vi) constituir os APL's e aportar tecnologia; vii) estimular as empresas a utilizar e aproveitar, para seu crescimento e conquista de novos mercados, o acervo tecnológico disponível no município; viii) estimular as pequenas e micro empresas a se organizarem em associações, APL's, *clusters* e/ou cooperativas para o desenvolvimento de cadeias produtivas; ix) preparar as empresas para o mercado global, proporcionando-lhes perfil inovador, gestão estratégica e informações eficientes (CODEM, 2011).

A Prefeitura ainda dispõe de outros dois projetos: i) Projeto Rota da Moda: visa a criação do polo inter-regional Maringá-Londrina; e o ii) Projeto Visibilidade: objetiva potencializar os eventos e divulgá-los para o mercado nacional e internacional.

O Projeto Visibilidade é uma proposta de substituir o Paraná Moda, projeto de divulgação que acabou em 2008 por problemas internos, mas durante o período que esteve em vigor gerou visibilidade para o setor.

A instituição de ensino CESUMAR trabalha de forma ativa com as instituições abrangendo todas as políticas, como exemplo pode-se citar as parcerias feitas com o SEBRAE e SINDVEST, o Projeto de Estágio que oferta mão de obra especializada para as empresas, e os cursos de extensão oferecidos na área de gestão e criação. O CESUMAR defende novas políticas de apoio focalizadas em uma maior integração com a academia, visto que esta tem maior eficiência em pesquisas, a fim de gerar maior aperfeiçoamento e atualização para o setor.

Quanto à comparação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que as instituições contribuem nas atividades listadas na tabela 15, constatou-se que em grande parte das atividades as instituições oferecem de forma satisfatória seus serviços. Todavia, é necessário que as instituições direcionem atenção aos pontos deficitários como: i) disponibilização de informações sobre matéria-prima, consultoria; ii) abertura de canais de comercialização no mercado interno e externo e iii) estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local.

**Tabela 15** – Comparação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que a instituição contribui nas atividades abaixo no município de Maringá – 2010

Atividades	INSTITUIÇÕES				EMPRESAS			
	SINVEST	SEBRAE	PMM	CESUMAR	Alta	Média	Baixa	Nula
Auxílio na definição de objetivos comuns ao APL	A	A	A	A	65%	35%	0%	0%
Auxílio na definição de planejamento estratégico	A	A	A	M	50%	40%	10%	0%
Disponibilização de informações sobre matéria-prima, consultoria	M	A	B	A	60%	25%	15%	0%
Identificação de fontes e formas de financiamento	M	B	M	B	35%	35%	10%	20%
Abertura de canais de comercialização (interno)	B	M	N	B	65%	30%	5%	0%
Abertura de canais de comercialização (externo)	A	B	N	B	45%	15%	5%	35%
Prospecção sobre tendência de mercado	A	A	B	A	70%	30%	0%	0%
Criação de ambientes para discussão	M	A	A	A	55%	35%	10%	0%
Promoção de ações dirigida à capacitação tecnológica	A	A	A	A	50%	40%	0%	10%
Estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local	M	A	B	A	60%	35%	0%	5%
Organização de eventos técnicos e comerciais	A	A	B	A	85%	15%	0%	0%

**Legenda:** (B) Baixa; (A) Alta; (M) Média; (N) Nula

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

Os resultados direcionam para uma melhora das inter-relações entre as empresas e instituições, visto que a pesquisa do IPARDES (2006b) constatou a presença de várias instituições de apoio, no entanto, a intensidade da interação entre instituições e empresas era ainda reduzida, sendo que poucas afirmaram ter estabelecido alguma forma de intercâmbio, o qual consistia na maioria dos casos em treinamento profissional e feiras.

Em Cianorte, as instituições entrevistadas foram as seguintes: UNIPAR, UEM, SINVEST, ASCONVEST e PMC. Cabe ressaltar que o SEBRAE atua em conjunto com Maringá, por esse motivo não será abordado novamente.

Na UNIPAR foi verificadas políticas para gerar interações locais e institucionais a partir da organização de eventos como a Expovest, a qual é considerada a maior feira de atacado do vestuário pronta entrega do sul do Brasil, enaltecendo a capacidade produtiva de Cianorte.

Também foram implementadas políticas para estimular a geração, difusão e uso do conhecimento para o aprendizado por meio da oferta de cursos de extensão referentes à modelagem, desenho em *corel draw* e ficha técnica, além do Projeto CIUNEM, o qual se refere à inclusão do acadêmico na indústria pelo estágio.

Preocupada com a entrada dos produtos chineses no mercado nacional, que vêm afetando significativamente o setor de confecções a UNIPAR recomenda que sejam propostas novas políticas para proteger a indústria de confecções nacional e capacitar a empresa familiar, visto que o setor apresenta uma tendência para esse tipo de empresa.

Já a UEM afirma que apesar dos esforços em promover interações locais e estimular a geração, difusão e uso do conhecimento, não foi obtido sucesso nessas políticas devido ao comportamento da classe empresarial, a qual tem apresentado baixa demanda. Dessa forma, a instituição propõe que as novas políticas sejam relacionadas à conscientização dos empresários sobre a importância das interações locais e institucionais, as quais são capazes de gerar e difundir o conhecimento, possibilitando maior competitividade no mercado.

O SINVEST contribui com o APL por meio de todas as políticas mencionadas: i) geração de interações locais: reuniões para trocar ideias sobre os objetivos e ações estratégicas para o setor; ii) envolvimento de instituições locais: participação das instituições nas reuniões e parcerias em projetos; iii) estímulo a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado: parceria com SEBRAE e SENAI e missão para a Itália, visando interação por intercâmbio e busca de conhecimentos em parceria com a PMC ; iv) alcance de um grupo relevante de atores locais quanto à sua posição na cadeia produtiva: grande adesão por parte das empresas e v) cooperação e inovação: principalmente com parcerias no município de Maringá.

A instituição afirma que todas as políticas são importantes por clarificar as ideias dos empresários, fazendo enxergarem a concorrência de modo diferente, onde agora a partir da cooperação conseguem ganhar competitividade.

Ainda que as políticas adotadas tenham tido resultados benéficos, a instituição sugere que seja criado um centro tecnológico para melhorar a capacitação da empresa, difundir o conhecimento e gerar inovação.

Outra instituição que se relaciona efetivamente com o setor é a ASCONVESTE, onde se verificou políticas de interações locais e institucionais por intermédio de convenções, reuniões e contatos mensais com as empresas para verificar o comportamento de vendas e as dificuldades enfrentadas pelo setor, programas de treinamento e assessoria para estimular e difundir o conhecimento, cooperação com o município de Maringá, objetivando alavancar as vendas e o Projeto Turismo de compras para divulgação do polo em nível estadual.

A instituição recomenda como nova política de apoio ao APL e ao desenvolvimento do Estado um projeto de conscientização do polo na atuação do atacado.

A PMC também contribui com o APL, principalmente na geração de interações locais e institucionais e visibilidade do setor. O incentivo promovido pela instituição ao setor é verificado por diversos projetos como: i) Organização de feiras: a instituição organiza duas feiras anuais para divulgação das coleções; ii) Convênios: parcerias com órgãos estaduais, municipais e regionais para buscar incentivos; iii) Divulgação do polo: Propagandas a nível regional (“Cianorte seu roteiro de compras”), e esse ano pretende divulgar a nível nacional e missão para Europa, objetivando contatos e divulgar a capital do vestuário.

Embora a Prefeitura tenha um número satisfatório de convênios que auxiliam nas verbas para a organização das feiras, defende a necessidade de maior auxílio do governo federal para o setor.

Ao comparar a importância que a empresa estabelece e a intensidade que as instituições contribuem nas atividades listadas na tabela 16, é observado que as empresas do município de Cianorte demandam de forma mais expressiva o apoio das instituições. Estas, ainda que contribuam de forma significativa para o setor, principalmente pela atuação do SINDVESTE, ASCONVEST e PMC, podem auxiliar ainda mais as empresas, sobretudo por uma maior integração com as instituições de ensino.

**Tabela 16** – Comparação entre a importância que a empresa estabelece e a intensidade que a instituição contribui nas atividades abaixo no município de Cianorte – 2010

Atividades	INSTITUIÇÕES					EMPRESAS			
	UNIPAR	UEM	SINVESTE	ASCONVESTE	PMC	Alta	Média	Baixa	Nula
Auxílio na definição de objetivos comuns ao APL	M	B	A	A	M	74%	26%	0%	0%
Auxílio na definição de planejamento estratégico	N	B	A	A	M	83%	13%	4%	0%
Disp. de informações	N	N	A	M	A	96%	4%	0%	0%
matéria-prima, consultoria	N	B	M	M	N	74%	22%	4%	0%
Identificação de fontes e formas de financiamento	N	N	M	A	M	83%	17%	0%	0%
Abertura de canais de comercialização (interno)	N	N	M	A	B	52%	22%	4%	22%
Abertura de canais de comercialização (externo)	A	N	A	M	M	83%	17%	0%	0%
Prospecção sobre tendência de mercado	A	B	A	A	A	74%	9%	13%	4%
Criação de ambientes para discussão	M	B	M	M	B	78%	22%	0%	0%
Promoção de ações dirigida à capacitação tecnológica	A	B	A	A	B	61%	22%	13%	4%
Estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local	A	N	A	A	A	83%	17%	0%	0%
Organização de eventos técnicos e comerciais									

**Legenda:** (B) Baixa; (A) Alta; (M) Média; (N) Nula

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir do estudo de campo.

O IPARDES (2004a), já havia constatado a baixa integração do setor com as instituições de ensino, quanto às inter-relações com as instituições de qualificação técnica e de gestão, como o SEBRAE, os autores destacam uma maior atuação. Já no relacionamento com o poder público, a participação mais direta favoreceu a inclusão de parte da classe empresarial que se mantinha afastada do processo de consolidação do APL.

A análise das instituições permite verificar que estas têm papel fundamental no desenvolvimento do APL. Conforme observado, nos municípios de Maringá e Cianorte, onde o setor é mais desenvolvido, existe a presença ativa das instituições. No entanto, para que isso ocorra é necessário que haja a demanda por parte das empresas, o que não ocorre em Londrina (NORTH, 1990).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica produtiva dos APL's do "Corredor da Moda" e suas implicações ao crescimento econômico do setor e das regiões norte e noroeste do Paraná.

A fim de alcançar tais objetivos, a metodologia utilizada no presente estudo, teve por base o levantamento de informações primárias e secundárias, realizada em duas etapas: a primeira etapa apresentou a caracterização do setor de confecções por meio de dados secundários dos anos de 1995 a 2010. Essa caracterização mostrou que os APL's do "Corredor da Moda", formado por Londrina, Maringá e Cianorte, apresentam comportamentos divergentes, visto que no município de Londrina houve um menor dinamismo do setor, evidenciada pela diminuição da participação do número de estabelecimentos, do pessoal ocupado e do valor adicionado fiscal (VAF), além da diminuição da mão de obra absorvida.

A pesquisa confirma a literatura, de que as aglomerações do município de Londrina são ainda pouco desenvolvidas e tem perdido espaço para outros municípios, como Maringá, por exemplo. Neste município, o setor de confecções apresentou crescimento ao longo dos anos, principalmente no que tange ao pessoal ocupado, absorção de mão de obra e IFDM, corroborando estudos que destacam este setor como uma das atividades industriais mais relevantes para o município.

O melhor resultado foi verificado no município de Cianorte, o qual apresentou variações positivas e crescentes em todas as variáveis (número de estabelecimentos, absorção de mão de obra, PIB, VAF, rendimento médio e índice Firjan de desenvolvimento municipal), a única variável que apresentou decréscimo refere-se à participação do pessoal ocupado. De acordo com a literatura e a presente pesquisa esse desempenho decorre da dinâmica econômica pouco diversificada, visto que a atividade industrial no município é motivada principalmente pela indústria de confecções.

Todavia, nos últimos anos verificou-se nos três municípios uma perda de dinamismo do setor que pode ser decorrente de inúmeros fatores, tais como: a crise financeira internacional de 2008, concorrência chinesa, falta de políticas de apoio, pouca interação e cooperação entre as empresas e instituições.

Na segunda etapa do estudo referente à pesquisa de campo nos municípios dos APL's de Confecções do "Corredor da Moda" (Londrina, Maringá e Cianorte), foram

utilizados formulários específicos em uma amostra de empresas e instituições, a fim de registrar a dinâmica produtiva de cada município, bem como a inter-relação entre as empresas e as instituições. Este estudo permitiu verificar que as características e o desempenho das empresas e instituições têm grande influência no comportamento do setor na região, o que foi apresentado na caracterização dos APL's.

No que se refere à caracterização das empresas e mão de obra, Londrina apresentou resultados superiores a Maringá e Cianorte somente na escolaridade dos proprietários e na contratação de mão de obra de municípios vizinhos. Quanto à qualificação da mão de obra observou-se que a maioria das empresas entrevistadas em Londrina investe em treinamento, no entanto, este é feito na própria empresa em serviço, diferente do comportamento das empresas pesquisadas em Maringá e Cianorte, onde a maioria delas utiliza-se de cursos oferecidos por instituições de apoio.

O município de Maringá destacou-se no tipo de sociedade e gestão da empresa, visto que a maior parte das empresas configura-se como sociedade limitada, fato que protege o patrimônio particular do proprietário, além da gestão da empresa ser familiar, o que de acordo com a revisão de literatura reduz o risco da falência pelo conhecimento do negócio e pela construção de laços estáveis com os parceiros.

Já em Cianorte observou-se maior estabilidade das empresas entrevistadas, pois de acordo com a literatura as empresas que tem maior concentração de capital próprio não correm o risco no que diz respeito a pagamento de juros e dívidas financeiras. Outro fator positivo é o tipo de gestão, em Maringá, por exemplo, a maioria das empresas é administrada de forma familiar. No entanto, devido ao fato de muitas empresas serem individuais, incorre no risco da exposição do patrimônio particular do empresário.

Na análise das relações de subcontratação, interempresariais e cooperação multilateral verificou-se que no município de Londrina não há eficiência coletiva, pois as relações intra e inter firmas, bem como entre as firmas e outras instituições ainda se apresentam incipientes, conforme já havia sido verificado por outros trabalhos. O município apresentou resultados inferiores à Maringá e à Cianorte no que se refere às relações de subcontratação, cooperação entre as empresas, troca de ideias entre os empresários, visitas em outras empresas, abertura da empresa para visita de outros empresários e participação em programas de apoio promovidos pelas instituições.

As relações interempresariais são mais expressivas no município de Cianorte, posto que este apresentou os melhores resultados na cooperação com outras empresas do setor, tais como: troca de ideias com os demais empresários, visita a outros

fabricantes de produtos similares, abertura da sua empresa a outros fabricantes; interação social com outros empresários e cooperação dos fornecedores de matéria prima. O município de Maringá ocupou o segundo lugar em todos os quesitos, exceto na visita a outros fabricantes, no qual Londrina obteve percentual mais significativo.

No que tange a cooperação multilateral, ou seja, as relações das empresas com as instituições, observou-se que existe uma maior cooperação no município de Cianorte, o qual mostrou maior grau de associações a alguma entidade de classe, a maior participação em projetos de apoio ao APL e maior demanda no auxílio das instituições. Novamente Maringá ocupou o segundo lugar em todas essas questões, exceto na associação a entidade de classe, a qual foi mais expressiva em Londrina. Contudo, a maioria das empresas em Maringá é associada a diversas instituições; já em Londrina, essa associação é somente com o sindicato.

Dessa forma, a pesquisa confirma que o desenvolvimento de elos de ligação entre empresas, consumidores, fornecedores e outras instituições é importante não apenas para a busca da eficiência, mas também para aumentar a capacidade inovativa. Assim, o papel da cooperação entre agentes locais tem particular relevância no desenvolvimento de vantagens competitivas e de inovações, fatores essenciais para a dinâmica competitiva das empresas.

De acordo com caracterização do setor, apresentada no capítulo 4, o setor de confecções tem enfrentado dificuldades nos últimos anos. Estas foram questionadas aos empresários e suas informações possibilitaram a proposição de algumas políticas governamentais, tais como: i) barreiras à entrada dos produtos chineses; ii) mudança e redução da carga tributária; iii) padronização de preços; iv) maior comprometimento das instituições de apoio ao setor; v) maior incentivo fiscal; vi) desenvolvimento de novas tecnologias a fim de suprir o problema da mão de obra; vii) capacitação dos empresários para melhor gestão da empresa; viii) reforma trabalhista; ix) maior divulgação da força da região no setor para todo o Brasil; x) melhor integração entre empresa e academia; xi) criação de um centro de capacitação e xii) crédito especial para capital de giro inicial.

Por fim, apresenta-se o resultado das entrevistas com as instituições, as quais possibilitaram a investigação da inter-relação entre as empresas dos APL's e as referidas instituições. Em Londrina foram entrevistadas: SENAI; SEBRAE; SIVEPAR; UEL e PML, as quais oferecem diversos tipos de políticas, exceto a Prefeitura que contribui de acordo com a demanda dos empresários. Contudo, essas políticas fracassaram pela falta de cooperação e de demanda dos empresários no município, o que confirma a baixa identidade cultural entre os empresários do setor e fraca imersão das empresas no local.

Em Maringá as quatro instituições entrevistadas (SINDVEST, PMM SEBRAE, CESUMAR) participam de forma bastante ativa no setor, oferecendo de forma satisfatória seus serviços. Todavia, é necessário que as instituições direcionem atenção aos pontos deficitários como: i) disponibilização de informações sobre matéria-prima, consultoria; ii) abertura de canais de comercialização no mercado interno e externo e iii) estímulo ao sistema de ensino e pesquisa local.

Já em Cianorte foi observado que as empresas do município demandam de forma mais expressiva o apoio das instituições. Estas, ainda que contribuam de forma significativa para o setor, principalmente pela atuação do SINDVESTE, ASCONVEST e PMC, podem auxiliar ainda mais as empresas, sobretudo por meio de uma maior integração com as instituições de ensino UNIPAR e UEM.

Em suma, a caracterização do setor em conjunto com o estudo de campo permitiu verificar que o setor de confecções apresentou maior crescimento nos municípios de Cianorte Maringá, decorrente de uma melhor inter-relação entre os APL's e as instituições de apoio, maior cooperação entre os agentes e processos de aprendizagem.

Dessa forma, conclui-se que existe uma dinâmica entre os municípios que compõem o Corredor da Moda, todavia, essa dinâmica é mais intensiva nos municípios de Cianorte Maringá, contribuindo para o maior desenvolvimento desses APL's e maior crescimento econômico da região. A dinâmica inferior no município de Londrina decorre principalmente do baixo grau de cooperação e confiança entre as empresas e as instituições que integram o setor.

## REFERÊNCIAS

ABDI. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Série cadernos da indústria ABDI**. Panorama setorial têxtil e confecção. Brasília, 2008. v.2.

ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. **Relatório setorial da indústria têxtil Brasileira 2009**. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/>> Acesso em: mar. 2010.

ALBAGLI, S; BRITO, J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.

ALBUQUERQUE, E. M. **Análise da performance produtiva e tecnológica dos clusters industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2000. (Nota técnica, 28/00).

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n. 14, dez 1996 (IPEA).

\_\_\_\_\_. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.23, jun., 2001.

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.

ARBEX, M. A. **Aglomeração industrial de empresas do vestuário no município de Londrina. 2005**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de pós graduação em administração, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

ARROW, K. J. “*The economic implications of learning by doing*”. **Review of Economic Studies**; n.29, 1962.

ATORA, E. R. A.. **As pequenas e médias empresas - PME's da indústria do vestuário da região de Londrina**: um estudo sob a ótica da exportação. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração – PPA. UEL/UEM. Londrina, 2003.

BALESTRO, M. V.. **Confiança em Rede**: a experiência da rede de estofadores do polo moveleiro de Bento Gonçalves. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. Tradução Ricardo Brinco. **Ensaio FEE**, PortoAlegre, Ano 16, v. 1, 1995.

BASTOS, V.. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**: competitividade da indústria de vestuário – nota técnica setorial. Campinas: IE/Unicamp, 1993.

BECATTINI, G.. 'The Marshallian industrial district as a socio-economic notion'. In: PYKE, F.; BECATTINI, G. E SENGENDERGER, W. (Ed.). **Industrial Districts and Inter-Firm Co-Operation in Italy**. International Institute for Labour Studies. Geneva, 1990.

BERGER, P. L.; BERGER, B. O que é uma instituição Social? In: FORACHI, Marialice; MARTINS, José. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

BÊRNI, de A. D. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Saraiva. 2002.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BORIN, E. C. P. **O Sebrae e os arranjos produtivos locais : o caso de nova Friburgo/RJ**. 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Ministério do trabalho e emprego. relação anual de informações sociais (RAIS)**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/Acesso/RaisOnLine.asp>> Acesso em: jun 2011.

BRITO, J. **Características estruturais dos clusters industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2000. (Nota técnica, 29/00).

\_\_\_\_\_. Cooperação Tecnológica e Aprendizado Coletivo em Redes de Firms: sistematização de conceitos e evidências empíricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA da ANPEC, 19., 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

CAMARA, M. R. G.; SOUZA, L. G. A. de; OLIVEIRA, M. Ap. de. O corredor da moda do norte-noroeste do Paraná à luz dos arranjos produtivos locais..**Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.110, p 33-68, jan./jun. 2006.

CAMPOS, C. A.;; TRINTIN, J. G.; VIDIGAL, V. G. Estrutura de governança: o caso do arranjo produtivo local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR). **Textos de economia**, Florianópolis, v.12, n.1, p.134-155, jan./jun.2009.

\_\_\_\_\_. **Evolução de arranjos produtivos locais (APL) do setor de confecção no Estado do Paraná entre 1995 a 2006**. In: VII ENABER, 2009a, São Paulo.

CAMPOS, C. A. de; CALLEFI, P. Arranjos produtivos locais de confecção no Paraná: uma análise comparativa. **Informe Gepec**, Toledo, v. 13, n. 2, p. 85-103, jul./dez. 2009.

CAMPOS, C. A. de; PAULA, M. N. de. Do aglomerado industrial ao APL: uma análise da indústria de confecções de Cianorte (PR). **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.147-176, jan./jun. 2008.

CAMPOS, A. C. de; CERCHIARI, C. S.; VIGNANDI, R. S.. Caracterização e evolução da configuração industrial paranaense nos anos recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS - ENABER, 9., 2011, Natal. **Anais...** Natal: ENABER, 2011.

CARDOSO JR., J. C.. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 31-59, nov. 2001.

CARREIRA, S. S. **Análise dos fatores de sucesso das empresas do ramo de confecções na Região Noroeste do Paraná: corredor da moda – período 1990 a 2000.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). UFSC/Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis 2001

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H.. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. **Estratégias para a conquista de competitividade global com base na experiência italiana.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE.** In: GLOSSÁRIO de arranjos produtivos locais. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/REDESIST, 2005. Disponível em:<<http://www.ie.ufrj.br/redesist>> Acesso em: 13 mar 2010.

CASSIOLATO, J. E.; CAMPOS, R. R.; STALLIVIERI, F. Processos de aprendizagem e inovação em setores tradicionais: os arranjos produtivos locais de confecções no Brasil. **Revista Economia**, set./dez. 2007.

CASTRO, J. B. de; SOUSA, M. J.; SILVESTRE, P. H.B. A dinâmica do arranjo produtivo local das indústrias de confecções em Goiânia entre 2000 e 2004. **Revista de Economia da UFG**, Anápolis, v.2, n.2, jul./dez. 2006.

CASTRO, S. D. ;BRITO, L. Dinâmica produtiva da indústria de confecções de vestuário em Goiás. **Conjuntura Econômica**, Goiana, v. 07, p. 20-27. 2006

CAVALVANTE, L. R. M. T. **Proposta teórica em economia regional:** uma proposta de sistematização. Universidade Federal da Bahia, jun. 2002.

CLARO, D. P.; CLARO, P. B. de O.; HAGELAAR, G. Rede estratégica na seleção e na manutenção de relacionamentos com fornecedores: o caso MONL. In: RAUSP. **Revista de administração**, São Paulo. v. 38, n. 3, p. 181-191, jul./set. 2002.

CODEM. **Objetivos, diretrizes e estratégias:** Maringá 2030. Maringá. 2011.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista Economia Contemporânea.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

COOPER, Cary L.; ARGYRUS, Chris (Org.). **Dicionário enciclopédico de administração.** São Paulo: Atlas, 2003.

COSTA, S.; BERMAN, D.; HABIB, R.L. **150 Anos da Indústria Têxtil. Brasileira.** Rio de Janeiro: Senai-Cetiq/Texto&Arte, 2000.

CUNHA, C. Renan da; MELO, M. C. de O. L. A confiança nas relações interorganizacionais. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 11, 2004. Edição especial,

DAFT, R. L.. **Organizações: teoria e projetos**. São Paulo: Pioneira, 2002.

DIAS, E. dos S. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano**. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte. Dissertação (Curso de pós-graduação em geografia – Área de desenvolvimento regional e urbano). Universidade Federal de Santa Catarina, Floripa, 1998.

DUTRA, I.; SOUZA, M. J. B.; FELIX, L. A.. Pesquisa de marketing. **Apostila da disciplina: Organizações e mercado** – Mestrado em Administração (PPA-UEM/UEL). Marçõ, 2003.

EDQUIST, C.; JOHNSON, B. Institutions and organizations in system of innovation. In: EDQUIST, C.: **System of innovation – technologies, institutions and organizations**. London: Printer, 1997.

FILHO, R. S.; PAULA, N. M. de. Incentivos à Formação de APL's no Brasil: A atual distribuição espacial das iniciativas e evidencias de uma falsa política industrial. **Informe Gepec**, v. 12, n 1, jan/jun. de 2008.

GAROFOLI, G. "Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène" In: BENKO, G. ; LIPIETZ, A. **Les régions qui gagnent**. Paris, 1992.

HODGSON, G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Econômica**, v.3, n.1, p. 97-125, junho 2001.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H.. The triple c approach to local industrial policy. **World Development**, Oxford, v. 24, n. 12, p. 1859-1877, 1996.

IBGE. **Área Territorial Oficial** - Consulta por Unidade da Federação.2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>> Acesso em 2 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo da População**. 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php)> Acesso em: 2 mai 2012.

Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI). **Brasil Têxtil 2007**. Disponível em: <<http://www.iemi.com.br>>

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003.

\_\_\_\_\_. **Panorama regional da indústria paranaense: 1995-2002**. IPARDES, Curitiba, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense**, texto apresentado no seminário promovido pela SEPLAN-PR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Arranjo Produtivo Local do Vestuário da região Umuarama-Cianorte no Estado do Paraná.** Curitiba: 2004a.

\_\_\_\_\_. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná :** etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. – Curitiba : IPARDES, 2005.

\_\_\_\_\_. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (Apelos) do Estado do Paraná :** etapa 3 - Caracterização estrutural preliminar dos APL's pré-selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. - Curitiba : IPARDES, 2005.

\_\_\_\_\_. **Arranjo produtivo local de bonés de Apucarana:** nota técnica / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. – Curitiba: IPARDES, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Arranjo produtivo local de confecção do Município de Maringá.** Curitiba, 2006b. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/publicações/estudos>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Arranjo Produtivo Local do Vestuário de Cianorte:** Nota técnica. Instituto IparDES de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006c.

**IPEA. Identificação, mapeamento, e caracterização estrutural de Arranjos Produtivos Locais no Brasil.** DISET. 2006

KACHBA, Y. R.; VAZ, C. R.; KOVALESKI, J. L.. Análise das Estratégias de planos de ação APLs de Confecção do Brasil: pesquisa documental do SEBRAE. SEGeT. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia** , 2008.

KRUGMAN, P. What's new about the New Economic Geography? **Oxford Review of Economic Policy**, v.14, n.2, 1998.

KUPFER, D. **Trajatórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização.** Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

LUPATINI, M.. **Relatório Setorial Preliminar:** setor têxtil e vestuário. FINEP: Rede DPP. Rio de Janeiro, 12 jan. 2004.

MAIA, K. “Confecções em Cianorte: um distrito industrial?”. **Revista de Economia**, Curitiba: n.19, p.137-176, 1995.

MALERBA, F. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, v. 102, p. 845-859, jul. 1992.

MARCON, M.; MOINET, N. **La stratégie-réseau.** Paris: Éditions Zéro Heure, 2000.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MDIC. **Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte/Maringá**. Paraná.2006. Disponível em:<[www.mdic.gov.br/arquivos](http://www.mdic.gov.br/arquivos)>. Acesso em: 06 jun 2012.

MYTELKA, L.K e FARINELLI, F. (2000). *Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness*. Seminário *Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness*, IE-BNDES, Nota Técnica 5, Rio de Janeiro.

NEIT. **Relatório de acompanhamento setorial: têxtil e confecção**. Instituto de Economia.UNICAMP.Campinas. 2008.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, M. Ap.;CAMARA, M. R. G.; BAPTISTA, J. R. V. O setor têxtil-confecções do Paraná e seus segmentos regionais especializados: 2000-2004. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 33, n. 1 (ano 31), p. 83-115, jan./jun. 2007.

PAIVA, C. Á.. **O que são sistemas locais de produção**, 2002. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/eeg>>. Acesso em 09 mar 2011.

PERROUX, F. “*Note sur la Notion de Pôle de Croissance*”. **Economie Appliquée**. Janvier/Juin, 1955.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PLANETA CONTÁBIL. **Guia do Empresário: abertura de empresa individual e sociedade Ltda**. Disponível em: <[http://www.planetacontabil.com.br/ContabilidadeDocs/guiadocs/PlanetaContabil\\_GuiaEmpresario\\_Individual\\_Sociedade.pdf](http://www.planetacontabil.com.br/ContabilidadeDocs/guiadocs/PlanetaContabil_GuiaEmpresario_Individual_Sociedade.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2012.

PORTER, M. Clusters and the new economics of competitions. **Harvard Business Review**, Nov/dez, 1998.

PORTER, M. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Campus: Rio de Janeiro, 1999.

PRAHALAD, C. K.; RAMASWANY, V.. **O future da competição: como desenvolver diferenciais inovadores em parceria com os clientes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PREFEITURA DE CIANORTE. **A cidade que se redescobriu e se tornou a Capital Nacional do Vestuário**. Disponível em:<[www.cianorte.pr.gov.br](http://www.cianorte.pr.gov.br)> Acesso em: 21 maio 2012.

PROCHNIK, V.. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio - Cadeia Têxtil e Confecções**. Nota Técnica Final. UNICAMP. Campinas. 2002.

PUGA, F. P. **Alternativas de apoio a MPMES localizadas em arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

RABELLOTTI, R. Is there an “Industrial district model”? Footwear districts in Italy and Mexico compared. **World Development**, Oxford, v. 23, n.1, p. 29-41, 1995.

RAIS/TEM. **Relação anual de informações sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho, 1995-2010.

REDESIST. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Questionário para arranjos produtivos locais. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (Coord.) **Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE**. RedeSist: Abr, 2003.

RICHARDSON, G. B. “The Organization of Industry”. **Economic Journal**, Sep., 1972.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

\_\_\_\_\_. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RODRIGUES, M.A.; MONTEIRO, W. F. de, CAMPOS, A. C.; PARRÉ, J. L. **Identificação e análise espacial das aglomerações produtivas do Setor de confecções na Região Sul**. Anpec, 2009.

ROSA, A. R.; COSER, C. **A abordagem institucional na administração: a produção científica brasileira entre 1993 e 2003**. 2004. Disponível <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/art\\_cie/art\\_01.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_01.pdf)> Acesso em ago.2006.

SAITO, A.. **Capital próprio ou de terceiros: vantagens e desvantagens de cada decisão**. IBMEC São Paulo. News Empreender. Abril/Maio/Junho. Edição 7. Ano 2002. Disponível em:<[http://arquivos.insper.edu.br/Hotsite/cempnews/edicao\\_07/destaque\\_a.htm](http://arquivos.insper.edu.br/Hotsite/cempnews/edicao_07/destaque_a.htm)> Acesso em: 28 maio 2012.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. **Arranjos e sistemas produtivos locais em “espaços industriais” periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros**. Belo Horizonte:UFMG/Cedeplar, 2002. Texto para discussão.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations**. London: Sage Publications, 1995.

SCHIMITZ, H . Eficiência coletiva:Caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Publicado em: Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.164-200, 1997.

SCHIMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: Introduction. **World development**, v.27, n.9, p. 1503-1514, 1999.

SENAI. Departamento Regional do Paraná. **Rotas estratégicas para o futuro da indústria paranaense : roadmapping de produtos de consumo – 2015**. / SENAI. Departamento Regional do Paraná. – Curitiba: SENAI/PR, 2007.

SERRA, N. O desempenho das MPEs no setor têxtil-confecções. **Relatório de Pesquisa. SEBRAE e IPT**. jul., 2001.

SLACK, N.. **Vantagem competitiva em manufatura: atingindo competitividade nas operações industriais**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, N. de J. Teoria dos polos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

SOUZA, L. G. A. de ; CAMARA, M. R. G. ; ARBEX, M. A. **Cooperação entre firmas localizadas em arranjos produtivos locais (APLs):** um estudo nas empresas do vestuário de Londrina (PR). **GEPROS – Gestão da Produção, Operações e Sistemas**. Ano 1, n.3, 2006.

SUZIGAN, W. **Aglomeracões industriais:** avaliação e sugestões de políticas. NEIT/IE-UNICAMP. São Paulo Brasil. 2001.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. Redes de aprendizado em sistemas complexos de produção. In: **ERA. Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 94-105, out./dez. 2002.

TRINTIN, G. J.; GONÇAVELS, A. L. A importância do arranjo produtivo local do setor de confecção de Maringá-Cianorte no Paraná: uma avaliação do papel das instituições locais. **VIII Encontro de Economia Paranaense**. 2011.

VARGAS, M. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação:** um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil. 2002 Tese (Doutorado). UFRJ/IE/, Rio de Janeiro. 2002.

VEZOZZO, C.; CORREIA, E. N.; LEITE, M. A. N. **Caderno Setorial Indústria**. 2004.

VIEIRA, J. T. S. **Impacto do Controle e Gestão Familiares** sobre a performance das empresas. Dissertação (Mestrado). FGV: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2009.

WAGNER III, J. A.; HOLLENBECK, J. R.. **Comportamento organizacional:** criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 1999.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE

### A1 – Descrição dos setores econômicos, segundo IBGE

<b>SETORES ECONÔMICOS</b>	
<b>1</b>	<b>Indústria de Extração de Minerais</b>
<b>2</b>	<b>Indústria de Produtos Minerais não Metálicos</b>
<b>3</b>	<b>Indústria Metalúrgica</b>
<b>4</b>	<b>Indústria Mecânica</b>
<b>5</b>	<b>Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação</b>
<b>6</b>	<b>Indústria de Materiais de Transporte</b>
<b>7</b>	<b>Indústria da Madeira e do Mobiliário</b>
<b>8</b>	<b>Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica</b>
<b>9</b>	<b>Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa</b>
<b>10</b>	<b>Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas</b>
<b>11</b>	<b>Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos</b>
<b>12</b>	<b>Indústria de Calçados</b>
<b>13</b>	<b>Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etílico</b>
<b>14</b>	<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública</b>
<b>15</b>	<b>Construção Civil</b>
<b>16</b>	<b>Comércio Varejista</b>
<b>17</b>	<b>Comércio Atacadista</b>
<b>18</b>	<b>Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização</b>
<b>19</b>	<b>Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica</b>
<b>20</b>	<b>Transporte e Comunicações</b>
<b>21</b>	<b>Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão</b>
<b>22</b>	<b>Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários</b>
<b>23</b>	<b>Ensino</b>
<b>24</b>	<b>Administração Pública Direta e Indireta</b>
<b>25</b>	<b>Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca</b>
<b>26</b>	<b>Atividade não Especificada ou Classificada</b>

**Fonte:** Elaboração própria, à partir de MTE/RAIS.

## A2 – População estimada por faixas etárias, por interpolação intercensitária

<b>FAIXAS ETÁRIAS</b>
<b>População estimada total</b>
<b>População estimada de 0 a 4 anos</b>
<b>População estimada de 4 a 9 anos</b>
<b>População estimada de 10 a 14 anos</b>
<b>População estimada de 15 a 19 anos</b>
<b>População estimada de 20 a 24 anos</b>
<b>População estimada de 25 a 29 anos</b>
<b>População estimada de 30 a 34 anos</b>
<b>População estimada de 35 a 39 anos</b>
<b>População estimada de 40 a 44 anos</b>
<b>População estimada de 45 a 49 anos</b>
<b>População estimada de 50 a 54 anos</b>
<b>População estimada de 55 a 59 anos</b>
<b>População estimada de 60 a 64 anos</b>
<b>População estimada de 65 a 69 anos</b>
<b>População estimada de 70 a 74 anos</b>
<b>População estimada de 75 a 79 anos</b>
<b>População estimada de 80 anos e mais</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir do IPARDES

## A3 – Formulário Empresas

**FORMULÁRIO EMPRESAS**

Município: \_\_\_\_\_ Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

**CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA**

01 Nome da empresa: \_\_\_\_\_

02 Razão social: \_\_\_\_\_

03 Endereço: \_\_\_\_\_

04 Municípios: \_\_\_\_\_ 05 CEP: \_\_\_\_\_

06 Telefone ( ) \_\_\_\_\_ 07 Fax: ( ) \_\_\_\_\_

08 Home Page: \_\_\_\_\_ 09 E-mail: \_\_\_\_\_

10 Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

11 Cargo / função: \_\_\_\_\_

12 Ano de fundação: \_\_\_\_\_

13 Código de atividade da empresa (segundo código da CNAE): \_\_\_\_\_

14 Origem do capital (%):

Cod	Origem		Percentual
01	Nacional	Próprio	
		Terceiros	
02	Estrangeiro		
	Total		100%

15 Tipo de sociedade:

01 – Individual ( )

02 – Sociedade limitada ( )

03 – Sociedade anônima ( )

16 Número de sócios: \_\_\_\_

17 Escolaridade atual do proprietário ou do sócio majoritário:

01 – Analfabeto ( )

02 – Ensino fundamental incompleto ( )

03 – Ensino fundamental completo ( )

04 – Ensino médio incompleto ( )

05 – Ensino médio completo ( )

06 – Técnico de nível médio ou Pós-médio ( )

07 – Superior incompleto ( )

08 – Superior completo ( )

09 – Pós graduado ( )

18 Tipo de gestão

01 – Familiar ( )

02 – Profissional ( )

03 – Dirigida pelo sócio majoritário ( )

04 – Outro (descreva): \_\_\_\_\_

<b>MÃO-DE-OBRA</b>
--------------------

19 Número de empregados na empresa.

Cod		Ano abertura	Após 5 anos	Ano Atual
01	Total			
02	Formais			
03	Informais			

20 Número de funcionários na empresa por gênero e especialidade

Cod		Ano Abertura	Após 5 anos	Ano Atual
01	Homens			
02	Mulhers			
03	Mão de obra especializada			

21 A empresa contrata mão de obra de outros municípios?

01 – Sim ( ) Quais municípios? \_\_\_\_\_

02 – Não ( )

22. A empresa proporciona qualificação e/ou capacitação da mão-de-obra?

01 – Não realiza ( ) \_\_\_\_\_ →

**Passa para a questão 24**

02 – Realiza na empresa, em serviço ( ) \_\_\_\_\_ →

**Passa para a questão 24**

03 – Realiza na empresa, em atividade específica de treinamento (curso). ( ) → **Passa para a questão 24**

04 – Realiza fora da empresa ( )

05 – Realiza fora e dentro da empresa ( )

23 Indique a instituição ou o agente realizador da qualificação e/ou capacitação da mão-de-obra. \_\_\_\_\_

<b>RELAÇÕES DE SUBCONTRATAÇÃO</b>
-----------------------------------

24 A empresa atua como subcontratada ou subcontratante de outras empresas, por meio de contrato ou acordo de fornecimento regular e continuado de peças, componentes, materiais ou serviços ou como fabricante de produto final associado a uma rede de produção?

01 – Não tem relações de subcontratação ( ) \_\_\_\_\_ → **Passa para a questão 29**

02 – Sim, é apenas subcontratante ( ) \_\_\_\_\_ → **Responda as questões 25 e 26**

03 – Sim, é apenas subcontratada ( ) \_\_\_\_\_ → **Responda as questões 27 e 28**

04 – Sim, é subcontratante e subcontratada ( ) → **Responda as questões 25, 26, 27 e 28**

25 Indique o número de empresas subcontratadas

01 – De empresa no próprio município: \_\_\_\_

02 – De empresa localizada fora do Município: \_\_\_\_

03 – Quais municípios? \_\_\_\_\_

26 Para a empresa subcontratante marcar com X a atividade contratada por localização da empresa subcontratada.

Cod	Atividade	Dentro do município	Fora do município
01	Fornecimento de insumos e componentes.		
02	Etapas do processo produtivo (montagem, embalagem, etc.)		
03	Serviços especializados na produção (laboratoriais, engenharia, manutenção, certificação, etc.)		
04	Administrativas (gestão, processamento de dados, contabilidade, recursos humanos)		
05	Desenvolvimento de produto (design, projeto, etc.)		
06	Comercialização		
07	Serviços gerais (limpeza, refeições, transporte, etc.)		

27 Indique o número de empresas subcontratantes.

01 – De empresa no próprio município: \_\_\_\_

02 – De empresa localizada fora do Município: \_\_\_\_

03 – Quais municípios? \_\_\_\_\_

28 Para a empresa subcontratada marcar com X a atividade realizada por localização da empresa subcontratante.

Cod	Atividade	Dentro do município	Fora do município
01	Fornecimento de insumos e componentes.		
02	Etapas do processo produtivo (montagem, embalagem, etc.)		
03	Serviços especializados na produção (laboratoriais, engenharia, manutenção, certificação, etc.)		
04	Administrativas (gestão, processamento de dados, contabilidade, recursos humanos)		
05	Desenvolvimento de produto (design, projeto, etc.)		
06	Comercialização		
07	Serviços gerais (limpeza, refeições, transporte, etc.)		
08	Produtos completos		

<b>ESTRUTURA PRODUTIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO</b>
---

29 Informe a capacidade instalada da empresa.

1 – Capacidade de produção anual (em volume): \_\_\_\_\_

2 – Nível atual de utilização da capacidade instalada (%): \_\_\_\_\_

30 Indique o destino das vendas totais da empresa, em 2010, por regiões de mercado.

Cod	Destino	Percentual vendas	Quais Municípios/ Estados/ Países
01	No Paraná		
02	Em outros Estados		
03	No Exterior		
	Total	100%	

31 Faixa de faturamento da empresa (em R\$):

Cod	Faturamento	Porte da empresa
01	Até 108.000	Micro
02	De 108.001 a 216.000	
03	De 216.001 a 576.000	
04	De 576.001 a 1.200.000	
04	De 1.200.001 a 1.440.000	Pequena
06	De 1.440.001 a 1.800.000	
07	De 1.800.001 a 10.500.000	
08	De 10.500.001 a 60.000.000	Média
09	Acima de 60.000.001	Grande

32 Indique o destino das vendas totais da empresa, em 2010, por regiões de mercado.

Cod	Mercados	Percentual das vendas totais	Quais Municípios/ Estados/ Países.
01	No Paraná		
02	Em outros Estados		
03	No Exterior		
	Total	100%	

<b>RELAÇÕES INTEREMPRESARIAIS</b>
-----------------------------------

33 A empresa coopera com outros fabricantes de produtos finais similares?

Cod	Cooperação	Quais Municípios
01	Não coopera	
02	No arrendamento de maquinário	
03	No desenvolvimento de produtos	
04	No marketing	
05	No treinamento de mão-de-obra	
06	Na compra de matéria-prima	
07	Na troca/empréstimo de materiais	
08	Outros	

34 A empresa troca idéias ou discute dificuldades e estratégias com outros fabricantes de produtos finais similares?

	<b>Cod</b>	<b>Troca de idéias</b>	<b>Quais Municípios</b>
	01	Nunca (Não)	
	02	Ocasionalmente	
	03	Frequentemente (Sim)	

35 A empresa visita outros fabricantes de produtos finais similares?

	<b>Cod</b>	<b>Visita a Outros Fabricantes</b>	<b>Quais Municípios</b>
	01	Nunca (Não)	
	02	Ocasionalmente	
	03	Frequentemente (Sim)	

36 A empresa abre seu local de trabalho para outros fabricantes de produtos finais similares?

	<b>Cod</b>	<b>Abertura do local de trabalho</b>	<b>Quais Municípios</b>
	01	Nunca (Não)	
	02	Ocasionalmente	
	03	Frequentemente (Sim)	

37 Além das relações comerciais, o empresário mantém algum tipo de interação social com os fabricantes de produtos finais similares?

	<b>Cod</b>	<b>Abertura do local de trabalho</b>	<b>Quais Municípios</b>
	01	Não mantém interação social	
	02	Em atividades culturais	
	03	Em clubes recreativos e esportivos	
	04	Em igrejas	
	05	Em partidos políticos	
	06	Em reuniões familiares	
	07	Em encontros informais de vizinhança	
	08	Outros	

38 Localização dos três principais fornecedores de bens e serviços especializados.

--	--	--

39 Além do fornecimento de bens e serviços especializados, seus fornecedores mantêm algum outro tipo de cooperação e/ou interação com a empresa?

01 – Não existe cooperação/interação ( )

02 – Apoiia/colabora/oferece informações para melhoria e diferenciação de produtos finais ( )

03 – Oferece apoio/colaboração para solução de problemas decorrentes de produtos/insumos fornecidos ( )

04 – Solicita sugestões de como melhorar os produtos/insumos fornecidos ( )

05 – Explica as características dos produtos/insumos fornecidos ( )

06 – Outros (descreva)\_\_\_\_\_

### COOPERAÇÃO MULTILATERAL

40 A empresa é associada a alguma entidade de classe (sindicato, associação setorial, ou outra instituição local)?

01 – Sim ( ) Qual(is)?\_\_\_\_\_

02 – Não ( )

41 A empresa participa de programas de apoio coordenados por entidades locais ou por instituições de apoio (GOVERNO ESTADUAL, TECPAR, SISTEMA FIEP, SEBRAE, BRDE ou outra)?

01 – Sim ( )

02 – Não ( ) → **Passa para a questão 45**

42 Qual(is) programa(s)?

\_\_\_\_\_

43 A empresa já se beneficiou dos resultados de algum dos programas de apoio coordenados por entidades locais ou por outras instituições de apoio?

01 – Sim ( )

02 – Não ( ) → **Passa para a questão 47**

44 De que forma a empresa se beneficiou dos resultados desses programas de apoio?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

45 Marque com X como a sua empresa avalia a importância da contribuição de sindicatos, associações, cooperativas locais no tocante às seguintes atividades:

		Importância			
		Alta	Média	Baixa	Nula
01	Auxílio na definição de objetivos comuns para o APL				
02	Auxílio na definição de ações estratégicas (planejamento)				
03	Disponibilização de informações sobre matérias-primas, equipamento, assistência técnica, consultoria, etc.				
04	Identificação de fontes e formas de financiamento				
05	Abertura de canais de comercialização (mercado interno)				
06	Abertura de canais de comercialização (mercado externo)				
07	Prospecção sobre tendências de mercados e produtos				
08	Apresentação de reivindicações comuns				
09	Criação de fóruns e ambientes para discussão				
10	Promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica de empresas				
11	Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa local				

12 Organização de eventos técnicos e comerciais

13 Outro. Descreva:

46 A empresa participa ou participou de algum tipo de programa específico de apoio ao APL, promovido pelo Governo Federal?

01 – Sim ( ) Qual(is)? \_\_\_\_\_

02 – Não ( )

47 Quais são as dificuldades do APL que a empresa considera relevantes para compor a agenda das políticas governamentais?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### FINANCIAMENTO

48 A empresa realizou investimento para a expansão e/ou modernização da capacidade produtiva nos últimos 5 (cinco) anos?

01 – Sim ( )

02 – Não ( )

49 – Como a empresa financiou a expansão e/ou modernização da capacidade produtiva?

01 – Capital próprio (empresa e/ou sócios) ( )

02 – Empréstimo familiar ( )

03 – Bancos e agências de desenvolvimento (BNDES, BRDE, Agência de Fomento) ( )

04 – Bancos Comerciais públicos (BB, CEF, Bancos Estaduais) ( )

05 – Bancos Comerciais privados ( )

06 – Cooperativas de crédito ( )

07 – Sistema financeiro internacional ( )

08 – Outros. Descreva: \_\_\_\_\_

50 – A empresa utilizou benefícios fiscais de infraestrutura ou outro para sua instalação no município?

01 – Sim ( ) Qual(is)? \_\_\_\_\_

02 – Não ( )

## A4 – Formulário Instituições

**FORMULÁRIO INSTITUIÇÕES**

Município: \_\_\_\_\_ Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

**CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

01 Nome da instituição: \_\_\_\_\_

02 Telefone ( ) \_\_\_\_\_

03 E-mail: \_\_\_\_\_

04 Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

05 Cargo / função: \_\_\_\_\_

06 Ano de fundação: \_\_\_\_\_

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE APOIO**

07 Segundo sua avaliação quais foram as políticas de apoio aos APLs mais eficazes ou bem sucedidas? Tipo de política:

01 – Para gerar interações locais ( )

02 – Para envolver instituições locais ( )

03 – Para estimular a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado ( )

04 – Atingir um grupo relevante de atores locais quanto à sua posição na cadeia produtiva ( )

05 – Para cooperação e inovação ( )

06 – Outra especifique: \_\_\_\_\_

08 Das políticas citadas acima, quais surtiram efeitos? Especifique com exemplos.

09. Quais políticas de apoio aos APLs NÃO foram bem sucedidas? Explique por que.

10. Quais novas políticas para apoiar os APLs e o desenvolvimento do estado você recomenda?

11 Marque com X a instensidade que a sua instituição contribui para o APL nos quesitos abaixo

		Importância			
		Alta	Média	Baixa	Nula
01	Auxilio na definição de objetivos comuns para o APL				
02	Auxilio na definição de ações estratégicas (planejamento)				
03	Disponibilização de informações sobre matérias-primas, equipamento, assistência técnica, consultoria, etc.				
04	Identificação de fontes e formas de financiamento				
05	Abertura de canais de comercialização (mercado interno)				
06	Abertura de canais de comercialização (mercado externo)				

07	Prospecção sobre tendências de mercados e produtos				
08	Apresentação de reivindicações comuns				
09	Criação de fóruns e ambientes para discussão				
10	Promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica de empresas				
11	Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa local				
12	Organização de eventos técnicos e comerciais				
13	Outro. Descreva:				